

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
UNIFESP – CAMPUS BAIXADA SANTISTA

Cássio Vinícius Afonso Viana

Leituras clínico-políticas das trajetórias de adolescentes em formação para a luta política

Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Saúde

Santos

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
UNIFESP – CAMPUS BAIXADA SANTISTA

Cássio Vinícius Afonso Viana

Leituras clínico-políticas das trajetórias de adolescentes em formação para a luta política

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências, sob orientação da Prof. Dra. Jaquelina Maria Imbrizi.

Santos

2020

*dedico este trabalho a Izabelle Cristina Bispo Menezes
que segue em mim e em nós, viva.*

SUMÁRIO

ITINERÁRIO	5
BÚSSOLA	8
PRIMEIRO DES-FECHO	23
Adolescentes e Situações Sociais Críticas	23
Críticas Sociais e Adolescentes	31
De-formações em experiências: o Instituto Camará Calunga	41
SEGUNDO DES-FECHO	49
O sofrimento e sua dimensão sócio-política	49
Escutatórias e Trajetórias	55
Vai passar sempre pela mulher que sou.	58
Des-cobrir é um processo.	68
Entre solidão e companhia.	79
CONCLUIR OU DES-FECHAR	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

AGRADECIMENTOS

Sou grato, principalmente, aos adolescentes que me inspiraram a pensar esta pesquisa e que estiveram ao meu lado nessa trajetória. Agradeço pela convivência e pela confiança que construímos juntos, pelas partilhas sobre a vida e pela disponibilidade em tecer relações cheias de histórias e memórias que levarei comigo.

Ao Instituto Camará Calunga e à minha equipe que, insistentemente, com carinho e rigor, seguem me formando um psicólogo comprometido eticamente com a coletividade e com a luta para a mudança desse sistema político-econômico. Aos profissionais e amigos que passaram pela equipe do Camará desde o começo de minha trajetória por aqui e que seguem marcados no meu corpo e nas minhas linhas escritas.

À Valéria, minha parceira neste trabalho, que dividiu comigo as lágrimas e gargalhadas no acompanhar desses anos com estes meninos e meninas. Sigo sendo admirador profundo das marcas e memórias que ela deixa em quem trabalha e convive com ela.

Ao meu pai e minha mãe, que me encorajaram e me sustentaram para trilhar caminhos que eles não puderam seguir. Aos meus irmãos, amigas e amigos que escutaram minhas inquietudes e me acolheram neste processo.

À minha orientadora, que me acompanha desde 2011 e seguiu sendo parceira de meus dilemas e perguntas.

À universidade pública que me abriu possibilidades e caminhos, me fez ler o mundo com outros olhos e transformou a minha história por meio de políticas públicas de inclusão socioeconômica.

ITINERÁRIO

*“(...) Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as
insignificâncias (do mundo e as nossas).*

*Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado.
Sou fraco para elogios.”.
(Manoel de Barros, 2001)*

Sem a pretensão de guiar aquilo que a leitura desse trabalho pode disparar, intento logo de abertura apresentar um percurso não usual dessa escrita. Esse trabalho, por ter sido efeito de um convite de adolescentes, acabou por se desenhar de outras maneiras que não as tradicionais. Aqui, tentei escrever sem apresentações, objetivos, métodos e conclusões – sem o roteiro clássico de um projeto de pesquisa. Entretanto, já me antevendo: essas informações estarão presentes, diluídas pelas linhas aqui produzidas.

Por assim ser, essa dissertação também não tem capítulos - talvez alguns itens para que você possa respirar e prestar atenção em algo desimportante, ou insignificante. Ou passar um café. Ou dar um até breve à leitura. É possível que a sensação de estar à deriva esteja presente durante o seu ler, se assim for, ainda não me decidi se me desculpo pelo inconveniente ou se me alegro por lhe contagiar com essa sensação tão cara e potente que senti ao longo da escrita.

O texto tem uma introdução que logo se apresenta com uma frase de uma adolescente em um contexto de grupo operativo. Você não tem informações prévias desse contexto, mas não se preocupe, elas aparecerão. Nessa introdução “desintrodutória” apresento em resumo meu trajeto até o projeto de pesquisa: de onde a dissertação nasce, que corpos ela passa e transpassa, sua história, a narrativa das terras que adubaram esse nascer. Com um contexto mínimo de como essa pesquisa se desenha e é desenhada, faço o convite ao primeiro desfecho dela.

O primeiro desfecho começa dizendo das meninas e meninos dessa pesquisa: os adolescentes. Faço uma breve apresentação do ser adolescente em situações sociais críticas (Broide & Broide, 2016), por quais concepções já passamos quando nos referimos a eles, que influências temos, que compreensões teóricas fizemos - para nos situarmos minimamente próximos aos sujeitos da pesquisa.

Ora, se nesse primeiro item dizemos de como adolescentes são vistos socialmente e como são criticados, no segundo item te convido a pensar nas críticas sociais produzidas por eles. Faço uma breve apresentação dos ativismos políticos disparados e sustentados por adolescentes nos últimos anos no Brasil e na América Latina, a fim de traçar um panorama regional de como esses ativismos se relacionam com o item terceiro desse primeiro desfecho: O Instituto Camará Calunga.

Nesse item apresento o cenário provocador dessa pesquisa, o local onde produzimos todas as trocas e intensidades desse percurso. Quem é, o que faz, como faz e como produz e sustenta esse pesquisar. E tantas outras experiências que perpassam a vida dos adolescentes ouvidos. Cenário contextualizado, a pesquisa convida ao segundo desfecho dela.

Abrimos este item conversando com as autoras e autores que fundamentam esta pesquisa, principalmente no que se relaciona à dimensão sociopolítica do sofrimento (Rosa, 2016). Ora, esses autores e conceitos já terão sido previamente apresentados, mas aqui tento recuperar como cheguei até eles e como passei a me relacionar com eles a partir do contexto que estava inserido para a produção desta pesquisa no trabalho que eu desenvolvia no Instituto.

Até esta parte do texto, objetivos e métodos da pesquisa já foram apresentados. E no item “Escutatórias e Trajetórias” os dados produzidos começam a aparecer e, assim, serem analisados. Neste item, apresento alguns sujeitos da pesquisa por meio de narrativas. Dois personagens, numa pequena narrativa, são apresentados inspirados nas suas produções escritas. “Vai passar sempre pela mulher que sou”, “Des-cobrir é um processo” e “Entre solidão e companhia” apresentam seis adolescentes que participam do grupo, dois por história, e fornecem elementos de análise dos seus contextos e de suas lutas. O método de apresentação foi criado por meio de uma mistura de narrativas na qual incorporo trechos dos escritos dos sujeitos e crio uma narrativa nova articulando duas trajetórias de adolescentes, a cada uma delas sugeri um título.

Saliento aqui que em todo o trabalho a dimensão do “ativismo” está relacionada a uma relação ativa do adolescente consigo mesmo e com os territórios que habita e convive. Compreendo ativismo como uma postura crítica à sua realidade e história e que visa à transformação social, alinhado ao trabalho que o Camará desenvolve. Não sou nem intento ser capturado por histórias de superação ou de final feliz, mas sim histórias reais,

com suas complexidades e paradoxos. Por isso, sustento o conceito de “ativismo” em “formação”, ou seja, uma experiência processual e coletiva de construir leituras críticas das realidades em que esses adolescentes vivem por meio do compartilhar as experiências cotidianas. Isto é, uma versão da palavra “ativismo” que não corresponde ao sentido mais usual da palavra: como se dissessem de lideranças juvenis exemplares, mas no sentido aqui atribuído diz, principalmente, de partir de singularidades para pensar ações críticas no mundo.

As análises dessas narrativas seguem logo após suas descrições, dialogando com os elementos que considere relevantes nas intervenções clínico-políticas dessa pesquisa.

Por fim, não fecho nem concluo este trabalho. Como ao longo do texto, “desfecho” apresentando brevemente um apanhado das experiências e de suas aberturas, assim como as contribuições que deixam para as meninas e os meninos, a organização e as redes que ela se envolve. A dedicatória desta produção será melhor apresentada nas linhas finais deste texto.

Espero que a leitura, antes de mais nada, dispare inúmeras dúvidas. É delas que nos alimentamos.

BÚSSOLA

Com a escrita dessa pesquisa, quero, ao máximo, convidar o leitor a acompanhar o processo da maneira mais orgânica possível, trazendo para a linguagem do texto a forma como tentamos, em muitas mãos, fazer desse processo um caminho em que o que mais importava era o meio, e não sua finalidade.

Aqui, portanto, depois de avaliado em exame de qualificação, deixo de maneira mais clara e formatada, como estratégia de ser bússola para o leitor, os objetivos e metodologia da pesquisa, de maneira mais sucinta. O intuito dessa estratégia é situar o leitor para então convidá-lo aos devaneios, devires e derivas que talvez a escrita o proporcione. Nela, estarão mais detalhes dessas intenções e modos de fazer. De antemão, entretanto, a apresento assim:

Objetivos

Geral: Fazer leituras das trajetórias de adolescentes em situações de violações críticas de direitos humanos que se encontrem em processos de formação para o ativismo político.

Específicos:

- Analisar, sob o referencial das intervenções psicanalíticas clínico-políticas, os sofrimentos e a potência criativa de adolescentes e jovens em suas trajetórias de formação para o ativismo político - por meio da construção de narrativas pelo pesquisador a partir de análise dos escritos dos adolescentes e crônicas do grupo operativo.
- Identificar as contribuições coletivas e grupais no cuidado aos sofrimentos causados ou relacionados às violações de direitos humanos.
- Contribuir e articular referenciais de pesquisa no campo da participação e ativismo político juvenil brasileiro e latino-americano.

Método:

O projeto desenhou uma metodologia que pautou a pesquisa sobre um grupo de adolescentes, de diferentes periferias da cidade de São Vicente. Começou a partir de um convite dos integrantes do grupo no decorrer de um projeto no Instituto Camará Calunga,

e o grupo foi se fortalecendo, com flutuações, entradas de novos sujeitos, saída de outros, etc.

Tratou-se de uma pesquisa de base qualitativa, com aportes da pesquisa-intervenção (Rocha & Aguiar, 2003), tendo como referência as contribuições da psicanálise implicada que reconhece que “pesquisa e intervenção não estão, (...), em campos distintos” (Rosa, 2004, p.343). Ao se propor a ser pesquisa-intervenção, por meio do referencial e do método psicanalítico, a pesquisa intencionou produzir incidências no campo subjetivo, social e institucional.

Os encontros grupais do coletivo de adolescentes foram pensados também na perspectiva de grupos operativos (Pichón-Rivière, 2005), os quais tiveram como tarefa a análise do processo formativo dos adolescentes no Instituto, os sofrimentos, afetações e rupturas produzidas neste caminho. Como papéis deste grupo tivemos em destaque, o coordenador, que muitas vezes foi o pesquisador/educador do grupo, a coordenadora (uma educadora da instituição), uma cronista e ainda os participantes adolescentes.

Nesse sentido, esta pesquisa desdobrou-se em dispositivos que abordassem e colocassem em análise as trajetórias dos adolescentes, suas especificidades/singularidades, mas que também não se limitassem a elas e dessem a devida importância ao grupo e à escuta coletiva enquanto instrumento clínico de intervenção psicanalítica.

O procedimento metodológico se dividiu em frentes de acompanhamento e análise. A primeira chamamos de “dispositivos de memória: narrativas e escrita de si”. A proposta consistiu em também acompanhar as trajetórias dos sujeitos da pesquisa por meio da construção de diários nos quais os adolescentes relatassem suas experiências singulares e coletivas, apostando na escrita enquanto um espaço de reflexão crítica, de organização e elaboração psíquica e de instrumento facilitador de concretude do processo e coletivização de vivências. Eles receberam cadernos que foram preenchidos por eles durante todo o processo, com a proposta de compartilhar os afetos (alegrias, conquistas, dores, traumas, sonhos e projetos de vida) de suas trajetórias e a construção do pensamento crítico na experimentação de espaços políticos durante suas formações.

A aposta seria o relato escrito como um ato de reescrita de sua própria história. Apesar de não terem produzido tanto material escrito como era a intenção no início da pesquisa, os relatos escritos foram considerados nas análises que compõem esta

dissertação. A segunda foi exatamente os grupos operativos realizados com eles, semanalmente, melhor detalhados a seguir dos quais foram produzidas crônicas pela cronista sobre cada um dos encontros.

O ponto de partida desta etapa foi exatamente garantir o espaço de cuidado e análise por meio da coletividade, na convivência em grupo entendendo a grupalidade não meramente como um agrupamento de pessoas. Reconhecendo que a partir desse dispositivo, o sofrimento pudesse ser compreendido na sua esfera política.

Para ocupar a função de cronista do grupo, o pesquisador convidou uma aluna de graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Paulo- Campus Baixada Santista. Na prática, a cronista produziu relatos escritos a respeito da experiência vivida acompanhando aquele grupo e estas crônicas foram material de análise desta pesquisa.

O tempo dos encontros com o coletivo de adolescentes durou todo um semestre (para a produção dos dados no segundo semestre de 2018, mas o dispositivo ainda segue até a finalização deste texto), realizados na sede do Instituto Camará Calunga. Em algumas datas, excepcionalmente, os encontros aconteceram em território ou em outros espaços em que todos estiveram reunidos. Com média de 2 horas de duração, em todos eles estiveram presentes o pesquisador, a cronista, a educadora parceira e os jovens.

Procedimentos:

I. Dispositivos de memória

I.a. Os dados produzidos na pesquisa se pautaram por narrativas e escrita de si que foram escritos em diários pelos adolescentes que relataram suas experiências singulares e coletivas.

I.b. A escuta clínico-política no grupo que foi registrada pela cronista: Os encontros do grupo aconteceram semanalmente, às quintas-feiras pela manhã, das 8:30h às 11:30h, com duração de 2h. O pesquisador foi o responsável pela condução do grupo, trabalhando em parceria com uma educadora social do Instituto, com formação em pedagogia, que atuou como co-coordenadora e uma cronista (estagiária do Estágio de Psicologia da UNIFESP/BS no Camará).

II. A análise dos dispositivos de memória foi realizada pelo pesquisador levando se em conta os autores que discutem as juventudes ativistas e as contribuições da psicanálise implicada e análise institucional.

INTRODUÇÃO: Que tudo que se sabe, se deixe também saber ¹

*(...)Não gosto das palavras
fatigadas de informar. (...)
Dou respeito às coisas desimportantes
e aos seres desimportantes.(...)
Sou um apanhador de desperdícios:
amo os restos
como as boas moscas.(...)
Porque eu não sou da informática:
eu sou da invencionática.*

Só uso a palavra para compor meus silêncios.

(Manoel de Barros, 2003)

Este pesquisar é um trajeto *invencionático*. Aqui, este trabalho se abre sem qualquer pretensão de ser fechado ou concluído. Inspirado em Manoel de Barros, essas linhas que pretendem ser tecidas aqui neste texto, ao longo de uma trajetória de acompanhamento e cuidado com adolescentes, serão relatos de pensamentos e experiências, diálogos e contrapontos de uma pesquisa que não pretende capturar nada. Que não pretende classificar, definir, culpabilizar ou individualizar. Estas linhas, que, neste exato momento, tem inúmeras possibilidades de vir a ser, intencionam reconhecer a adolescência e juventude como lugares potentes de existência e de manifestação política e criativa.

É nesta intencionalidade que esta pesquisa nasce. É assim que ela se abre. Em uma ideia de aproximação e compartilhamento com adolescentes e jovens que se propõem disponíveis para uma formação crítica e política sobre suas vidas, seus territórios e nossas sociedades. Estes adolescentes, com nome, corpo e voz são meninas e meninos marcados, tarjados e atacados por uma lógica cruel e assassina do capital, que os priva, os aparta e os subjuga na marginalidade, negando e dificultando o acesso a serviços públicos de cuidado, assistência e produção cultural. Meninas e meninos que resistem e re-existem diariamente em seus territórios e, no encontro coletivo facilitado pelo Instituto Camará

¹ Este título se inspira numa frase dita durante um encontro do grupo operativo desta pesquisa e não tem autoria individual, mas é fruto de uma produção coletiva. Ele abre, portanto, para uma justificativa sobre a introdução desta dissertação que brinca com os tempos verbais na escrita – ora projetando e abrindo possibilidades e intenções futuras de como será a pesquisa, ora pensando e escrevendo em ato presente, ora relatando experiências que já aconteceram ao longo da mesma pesquisa. O que se propõe a identificar, através de recurso literário, um texto que foi sendo alterado durante todo o processo.

Calunga, buscam espaço para se fortalecerem, conviverem e ampliarem possibilidades de ler e agir no mundo. Buscam abrir outras possibilidades de ser adolescente e jovem, em proposição, e, menos, em contraposição ao ser adulto. Essas e esses meninos têm sido companhia, força e convite a abrir meu corpo ao mundo e ousar à *invencionática*.

O ato de inventar e viver reais experiências talvez não tenha um início tão claro, se faço uma recuperação histórica dos caminhos que me levam à produção dessa pesquisa. Algumas cenas, entretanto, recuperam minha memória como um espaço-tempo que começa a construir minhas inquietações, meus afetos, e minhas paixões pelo, o que aqui tenta se traduzir como, processo de pesquisa. Recordo-me de uma chuva torrencial que caía na Baixada Santista, de alagamentos clássicos e uma absoluta ingenuidade do meu corpo quando no caminho para o meu primeiro dia de estágio no Instituto Camará Calunga, no ano de 2014.

Há seis anos, eu chegava em um espaço que me acolheria, sob o recorte do estágio curricular do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, num projeto que objetivava aproximar a abordagem clínico-institucional² como estratégias de cuidado em saúde para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que são o público do Instituto. Havia ali um contrato de um ano de estágio, alguns educadores, sentados ao redor de uma mesa plástica, cadeiras sujas em um prédio bastante castigado estruturalmente. Nada parecia promissor.

Até que nas vozes daquela roda começaram a aparecer as pessoas e as histórias. Desse dia em diante, uma trajetória determinante de quem sou começou a ser esculpida em intensidade. Nada eu sabia sobre a pobreza dos grandes centros: física, monetária. Abandono escrachado do Estado. Violência perversa do mercado. Sob o cuidado do Instituto, eu, ali jovem, era convidado a conhecer e a conviver com outras vidas que eu não imaginaria possíveis até ali. Nas chuvas e sóis. Sob o pretexto de me preparar para ser psicólogo, morri e nasci muitas vezes. E diariamente fui construindo um pouco do que eu reconheço aqui como sendo a minha pesquisa de mestrado.

² O Instituto Camará Calunga tem convênio de estágio em psicologia, na área de Análise Institucional, desde o ano de 2011, recebendo estagiários de quarto e quinto anos, com duração de um ano letivo. O estágio intenciona acompanhar as ações diretas e indiretas do Instituto: desde as ações com crianças e adolescentes nos territórios de atuação, até as composições de rede (reuniões, conselhos, eventos) decorrentes desse trabalho.

A convivência com outras infâncias e juventudes passou a ser diária, dali do começo de 2014 até o processo dessa pesquisa. Em tempos e intensidades essa convivência só aumentou e por isso colocou tantos questionamentos no que eu sou. Recupero abaixo um trecho de um escrito do meu segundo dia de estágio, em março de 2014, nos territórios da cidade de São Vicente, lugar onde alguns dos sujeitos dessa pesquisa ainda moram:

“Caminhávamos em direção ao rio, pois ali na margem a escola se estruturava. Escola esta que demonstrava boa estrutura e também cordialidade. Atrás e à direita, o mangue pintava a umidade e fazia refúgio do clima seco que sentíamos. Uma vista de encher os olhos, pela sutil beleza que nasce discreta para quem ousa parar um pouco para observar. As casas, na rua ao qual dava acesso às águas, ilustravam o que é viver às margens: sem espaço, quase que dentro do rio. Quase que também mangue, senão abraçada a ele. O lodo trazia um tom verde às paredes que pareciam ser engolidas, ou camufladas pela vegetação. No quintal, uma boneca sem cabelo estava jogada entre as flores. Lembrei que ali, também, a infância nascia e se constituía de uma forma inimaginável para mim. A pobreza me afeta bastante, me faz sentir um aperto, às vezes. Minha presença passa a parecer um atrevimento, por sequer conhecer como uma vida ali emerge.

Nessas ruas que andamos e conhecemos os lugares que são importantes, o detalhe (se é que eu posso assim chamar) que me atravessava era o olhar. Os olhares curiosos que passam sobre nós enquanto falávamos sobre e conhecíamos as ruas. Sentia-me invadido por eles. Meu corpo estranho que insistia em fazer presença ali. Eu observava cada pessoa que também passava pelas ruas. E com o tempo, fui me sentindo ainda mais estranho: nós, estagiários, eramos as únicas pessoas brancas ali.

Pensei que o sol se refletia em nós, na nossa pele branca, nos nossos corpos desacostumados, não marcados pelo sol. Nossos corpos não-calungas. Nossa pele que evidenciava outra vida, a dos centros, não a das margens onde a vegetação invade o rio e não faz sombra nos caminhos do dia-a-dia. Senti-me estranho novamente. Meu corpo que denunciava a mim mesmo minha inexperiência, minha falta de realidade daquilo que nós nos propúnhamos a conhecer. Há tanto pra se conhecer!”.

A busca por investigar essas possibilidades inúmeras de viver, de ser criança e ser adolescente nas dificuldades e violências sócio-políticas tão, primeiramente, castradoras,

me apresentou também trajetórias de adolescentes e de jovens que diariamente ousavam dizer que aquela vida e aquele espaço não eram somente falta, mas potência, força e poesia. Essas vidas em ações coletivas tinham críticas e propostas de transformação de sociedade, de territórios e de modos de subjetivação (principalmente).

Desde esse ano, conheci os adolescentes que hoje são sujeitos dessa pesquisa, alguns deles, nesse dia acima relatado, estavam me conhecendo, ainda crianças. Com outros tons de conversa, outras ingenuidades, tantas aberturas para as marcas que viveríamos juntos dali em diante.

Moradores dos territórios esquecidos pela cidade, das palafitas sobre os mangues, dos bairros em que a simples pronúncia do seu nome causa espanto e repúdio do lado nobre da cidade. Adolescentes negros, que vivem nesses territórios de ilegalidade geográfica, de ocupação, de irregularidade sanitária. Adolescentes entre 13 e 18 anos que nessas condições de moradia e de existência foram ao longo de suas trajetórias fazendo aliança com o coletivo do Instituto Camará Calunga para se abrir e experimentar viver outras possibilidades e para produzir coletivamente pensamento crítico e alternativas para essas condições.

Nesses seis anos que componho esse coletivo ocupei diferentes lugares: primeiramente como estagiário, depois enquanto educador popular a partir da formação que fiz ali, num recorte para a formação de grupos. Em seguida como psicólogo na equipe, no atendimento e no acompanhamento de crianças e jovens. Estive ainda como coordenador de projeto e de equipe multidisciplinar e, atualmente, como integrante de um processo formativo para a luta política de adolescentes e jovens, sob o ângulo da cogestão, já ocupando um cargo de um dos gestores do Instituto. Em todos estes espaços, a dimensão desse rompimento com aquilo que violenta e marginaliza, e a construção de sonhos e práticas coletivas que criem alternativas para esses cenários, a partir da escuta e da ação dos adolescentes, me provoca a pensar com mais afinco e carinho esse processo.

Esse olhar mais direcionado a essas trajetórias de rompimentos, de emancipação, de desistências, de alianças, de lutos e de afetividades complexas tem se fortalecido desde o convite desses adolescentes, que eram de dois territórios distintos de trabalho do Camará, para ter um espaço de elaboração, escuta e conversa somente com eles, nas suas linguagens e propostas. É importante situar que os territórios de atuação do Instituto Camará são regiões periféricas da cidade, que tem em comum vulnerabilidades sanitárias,

estruturais em serviços públicos (alguns deles com ausência dos mesmos) e uma baixa oferta de espaços coletivos e/ou culturais não vinculados às igrejas ou ao tráfico, para crianças e adolescentes.

Esse grupo se reuniu informalmente e procurou a mim e a outra educadora e nos convidou a ser mediadores desse espaço com eles, espaço de conversa, “espaço só de adolescente”. Seria secreto e íntimo. Para falar de si e de nós.

O convite foi aceito e investido. Eu, homem, branco, cis, de classe média, psicólogo, com uma série de privilégios era convidado por eles para dialogar. Ao meu lado, outra educadora, mulher, negra, que tinha uma trajetória de mais de 14 anos no Instituto (havia chegado ali aos 13 anos como uma adolescente encaminhada para atendimento psicossocial), pedagoga e bailarina, feminista, como minha parceira na condução de um grupo de cuidado e escuta. Foram dois anos de encontros semanais, recheados de outros eventos, que caminharam para que esses meninos e essas meninas pudessem passar a assumir um lugar de cogestão do Instituto.

Criamos então um dispositivo de formação e gestão chamado “Coletivo Co-Gestor” no qual esses adolescentes e jovens passariam por um processo de formação política para analisar suas vidas, trajetórias e territórios, conhecer e se apropriar do sistema político brasileiro e da situação contemporânea latino-americana, como ainda exercitar experiências de gestão e assumir gradualmente a cogestão da Organização, numa experiência crítica de participação ativa.

Esta Escola de Formação Crítica para os adolescentes do coletivo “Co-Gestor” se faz o campo onde se realizou esta pesquisa de mestrado. Eram três eixos de formação nos encontros que acontecem três vezes na semana no período da manhã. O primeiro eixo “História e formação da sociedade” se dedicava a compreender historicamente como a sociedade se constituiu e se constitui atualmente, que lutas travaram essa história e que movimentos podem inspirar as lutas contemporâneas.

O segundo eixo “América Latina” se propôs a aproximar os adolescentes da história, cultura e arte latino-americanas, muitas vezes por meio da língua espanhola, isto é, encontros que aconteceram em língua espanhola a fim de oferecer espaços de convívio e aprendizagem de uma outra língua, conectada às necessidades e intenções da formação política.

E o terceiro eixo, fruto desta história que relato aqui, no qual pudemos, eu em parceria com esta educadora referida, realizar um processo de cuidado grupal, no qual os integrantes se reúnem semanalmente para compartilhar as dificuldades e as potências que encontram na formação e em suas vidas diárias nos territórios. Tendo, portanto, um espaço de partilha de seus desejos, sofrimentos e experiências, espaço de acolhimento dos efeitos dessa formação e, também, na produção de conhecimento a respeito desta experiência. Esse terceiro Eixo contou, para além dos encontros semanais presenciais, com uma metodologia de produção de diários (que é parte dos procedimentos metodológicos desta pesquisa), os quais são dispositivos de elaboração e partilha da formação durante toda a semana, como ainda das experiências e trajetórias vividas por eles em suas vidas cotidianas e territórios.

Espaço de cuidado e escuta, acima de qualquer outra coisa. Espaço de intimidade, de acolhimento, de festa e sofrimento, de luto e de luta. Martin-Baró (2017), intelectual latino americano, certa vez escreveu que a psicologia poderia ser muito menos irrelevante para os condenados da terra. Este grupo de alguma forma era uma aposta para ser mais relevante. O grupo compreende a demanda cada vez mais clara de que o saber psicológico seja colocado à disposição e sirva “à prioritária e crescente satisfação das necessidades básicas do povo” (p.26), entendendo enquanto estas necessidades básicas, não só o direito à alimentação, à moradia digna, mas também o cuidado em saúde e a oferta de dispositivos de ações reflexivas e críticas, reconhecendo os adolescentes e jovens como sujeitos de desejos.

Esse espaço, portanto, se tornou o desencadeador de uma pesquisa de mestrado que tem um olhar para essa adolescência e seus processos de subjetivação, reconhecendo a dimensão sócio-política do sofrimento (Rosa, 2016) como categoria de análise. Fazer leituras, portanto, das trajetórias desses adolescentes em situações de violações críticas de direitos humanos que se encontrem em processos de formação para a luta política.

Com a intenção de analisar, sob o referencial das intervenções psicanalíticas clínico-políticas, o mal-estar e a potência criativa desses meninos e meninas e identificar as contribuições coletivas e grupais no cuidado dos sofrimentos causados ou relacionados às violações de direitos humanos. Tendo como parâmetro, a partir da experiência vivida até aqui, de como a participação na luta política pode ser uma resistência à reprodução da violência que assola a sociedade.

Penso que a convivência diária com os adolescentes e suas experiências coletivas convidam à leitura de que essas mesmas experiências têm de pautar a centralidade da luta política contemporânea, isto é, tem de ser o ponto de partida e o objetivo dessa luta. Sim: cuidar dessas trajetórias. Carinho para com elas. E, a partir daí, descentrar as instituições em uma organização outra, as quais condigam com suas linguagens, seus interesses e experiências, como ainda se organizem a partir delas. Com isso, historicamente, promover um marco para movimentos de lutas que passem a ser, mais radicalmente, pautadas em trajetórias singulares, amparadas pelas experiências vividas e com o objetivo de garantir outras experiências que ampliem seus repertórios de análise e de conhecimento de mundo.

Não somente no campo do sujeito, estas experiências que trago aqui como desencadeantes dessa pesquisa convidam a pensar que são as trajetórias coletivas um instrumento para fortalecer a formação de movimentos sociais juvenis cada vez mais heterogêneos. E, também, o quanto estes espaços coletivos podem ser campos de atuação e de pesquisa que coloquem em diálogo a formação de sujeito, com olhar para a dimensão do cuidado em saúde, aliada a novas propostas de organização de sociedade.

A construção de leituras críticas sobre as trajetórias desses adolescentes nos espaços comunitários e coletivos que os formam para a luta política pode se tornar contribuições mútuas para a psicologia e os movimentos sociais e potentes alianças para repensar a sociedade. No que diz respeito ao cuidado em saúde, acompanhar como se dariam estes processos, atentos ao exercício de serem sujeitos de seus desejos – para que eles não só produzam rupturas, violências, estagnações mas tenham garantido espaços de elaboração, cuidado e atenção para os efeitos subjetivos, efeitos da violação de seus direitos.

Investigar a trajetória de adolescentes e jovens e suas construções de pensamento crítico para o ativismo político é um processo que exige, necessariamente, rigor científico e uma presença clínica. As intervenções psicanalíticas clínico-políticas são diretrizes importantes que, segundo Rosa (2016), podem contribuir com o exercício da escuta do sujeito, que articula a singularidade e o contexto social, pensando conjuntamente o laço social. Trata-se também de fazer referência ao método da psicanálise implicada (Rosa, 2016, p.28) que inclui a análise das implicações do pesquisador no processo de pesquisar e que, ao pesquisar, intervém nas situações que produzem sofrimento político.

Isto significaria colocar a abordagem psicanalítica para servir de dispositivo que traga à luz as experiências cotidianas de ser adolescente e jovem nesses territórios, saindo do campo do não-dito, aquele do silenciamento ao qual essas vidas acabam submetidas se não falam ou elaboram suas experiências. Como a autora afirma, há uma transmissão que acaba por operar de outro modo, à revelia do sujeito, sem espaço para a elaboração: não dizer tem efeito para as outras gerações (Rosa, 2009) alimentando a ignorância, a repetição e a angústia sem história.

Aposto que a escuta das experiências (no plural, reconhecendo-a processual), muitas vezes, traumáticas, é necessária, pois ela abre porta para que a angústia possa encontrar canais de expressão e elaboração dos acontecimentos traumáticos e do luto, que adquirem uma face política. Richard (2011) afirma que “os adolescentes parecem ser o testemunho do ‘atual mal-estar na cultura’”, ao passo que Radiszcz, Cabrera & Jiménez (2017) afirmam que a própria experiência de ser adolescente na atualidade é uma experiência política por ser ela própria uma forma de “expressar de maneira específica, devido as suas próprias condições na cultura, os modos que circulam o mal-estar nas sociedades contemporâneas” (p. 1, tradução livre) fazendo alusão ao conceito de Freud (1856/1939) em o Mal-estar na Civilização.

Freud, quando teoriza o mal-estar não necessariamente fala das dimensões de classe social na produção dessa sensação, ele não diz a respeito de como a desigualdade social e as violações de direitos podem contribuir para aumentar o mal-estar no contemporâneo. Mas, a partir das compreensões contemporâneas da dimensão sociopolítica dos sofrimento (Rosa, 2016), essa associação, ao meu ver, pode ser feita com tranquilidade, reconhecendo as ausências estruturais e afetivas que são fruto da forma de viver a vida às margens e em vulnerabilidade, são fatores que contribuem ainda mais para isso. Neste trabalho, entretanto, estamos mais interessados na dimensão sociopolítica do sofrimento e no modo de fazer resistência às condições históricas, sociais e culturais que a produzem. Estas resistências, muitas vezes, se refere à luta coletiva com vistas à transformação das condições que produzem a desigualdade social.

E, por isso, esse processo de subjetivação precisa estar acompanhado de devidos espaços de interpretação e elaboração. Rosa (2016, p.29) afirma: “(...) a experiência da psicanálise facilita ou opera nos obstáculos para construir a travessia de tornar-se sujeito desejante à revelia dos discursos alienantes”. Para a psicanalista:

“Detectar a política (...) situa o sujeito e permite que ressignifique o seu desejo em função da causa. Dito de outro modo, o trabalho analítico permite ao sujeito deparar-se com o desejo que o causa, desejo esse inserido e significado de certo modo no campo do jogo relacional e suas determinantes históricas, culturais e políticas” (Rosa, 2016, p. 22).

Os encontros do grupo têm essa intenção: olhar coletivamente para a dimensão sociopolítica do sofrimento desses adolescentes, a partir de uma escuta analítica e territorial, pois os remetem imediatamente às suas vidas em território, seus laços sociais. Penso que nesse espaço vamos fazendo uma clínica política que faz nascer um: “campo epistemológico ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e violência e que abrem inúmeras questões” (Broide & Broide, 2016, p.31).

Facilitar e construir espaços de escuta clínico-política dessas trajetórias justifica a emergente necessidade de colocar a psicologia em alianças a projetos que combatam a desigualdade e as condições que levam ao extermínio da juventude brasileira, principalmente aquela que ousa romper com os ciclos de subordinação e submissão nas periferias das cidades: o ciclo que destina ao jovem a quase que única possibilidade de se esforçar psicologicamente para sobreviver. A exclusão, os silenciamentos, a ausência do suprimento de necessidades básicas, no âmbito familiar, no âmbito econômico, a fome e os entraves para o acesso à arte e à produção cultural os obrigam a destinar todos seus esforços psíquicos à sobrevivência.

Nosso trabalho no Instituto Camará Calunga, principalmente neste grupo, é oferecer um espaço de ancoragem ao sujeito³ (Broide & Broide, 2016) e, assim, nos comprometemos com a criação de outras leituras psíquicas, porosas, reconhecendo que são por meio destas outras possibilidades de leituras que as singularidades desses sujeitos emergem, que o desejo aparece, onde consciente e inconsciente ganham linguagem, isto é, “(...)possibilitar a passagem do circuito cristalizado e fixado da identificação imaginária e doentia do inexorável destino, do pavor, à reinvenção do presente” (Broide

³ Para os autores, as ancoragens são os fios que amarram os sujeitos à vida, isto é, as conexões que sustentam a existência e os conectam à criação, e não somente à repetição ou reprodução das violências de seus contextos.

& Broide, 2016, p. 24). Ao oferecer um espaço no qual experiências, afetos e modos de dizer podem ser compartilhados já pressupõe um modo de vivenciar o laço social.

Reconhecer e apostar que os rompimentos com estados de subalternização que os adolescentes realizam não só produzem sofrimento, mas expandem e abrem possibilidades de potência criativa. Espaço não só do trauma, mas da produção de desejo. Potência de criação singular, que fortalecida em espaços grupais, produz movimentos para repensar a sociedade: alterar formas de olhar e viver nos territórios e em comunidade.

Minha trajetória com essas meninas e meninos me permite afirmar que ali há sujeitos. Há diversos sujeitos em caminhos de insurreição, de insubordinação. E que estão se rebelando a determinadas forças que os aprisionam. Uma ordem econômica, social e política que os impede da condição desejante e de ter acesso aos bens culturais e educacionais, à alimentação e à moradia dignas. Penso que enquanto psicólogo, profissional de saúde, eu tenho como dever ético-político estar, justamente, ao lado deles e delas, compondo com eles dali onde emerge a vontade de estar juntos e transformar juntos aquilo que ameaça suas possibilidades de viver.

Num dos encontros que me preparam para esta pesquisa, no escopo do cumprimento curricular da pós-graduação da Universidade Federal de São Paulo, alguém diz que *a pesquisa é algo que no meu corpo pede passagem*. Me reconheço na afirmação. Algo pede passagem no meu corpo ao pensar nessas meninas e meninos. Suas dores, suas angústias, seus lutos, suas forças e potenciais. Suas existências políticas. Seus lugares e não-lugares na pólis de São Vicente, município dormitório da Baixada Santista, cidade desigual, cruel, abandonada. Uma terra sonâmbula, como no enredo de Mía Couto (2007), que mescla a agressividade da guerra de seu narcotráfico poderoso à passividade do sono, àquele do cansaço, do corpo fatigado da exploração da cidade vizinha. Terra onde dormem os explorados.

Dorme também a juventude periférica na primeira cidade do Brasil? Se dorme, sonha? Sonha acordada a juventude vicentina? Espera? Aceita? Luta? Está a despertar? Ao pedir passagem em mim e no meu corpo, estes adolescentes me convidam a conversar com eles. Sobre viver e sobreviver.

Portanto, nada do que nascerá aqui pretende se fechar. Ao leitor peço rigor e força para a leitura. Seguirei atento. Insisto: os apontamentos, as amarrações, os alinhavares destes acompanhamentos serão inconclusos. Des-fecharão. Este é o pedido dos meninos:

que tudo que se sabe, se deixe também saber – por outros, pelos sujeitos da pesquisa, pelos pesquisadores, pelas referências bibliográficas, pelas geografias, pelas companhias, pelos tiranos e pelos companheiros.

Negri (2011) me traduz:

“Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação. E trata-se de cavar, a partir do ponto mais baixo: este ponto (...) é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; *pois tudo isso é vida e não a morte*” (p.54, grifo meu).

Tem sido honesta esta pesquisa. Cotidiana. Que seja recheio.

PRIMEIRO DES-FECHO

Adolescentes e Situações Sociais Críticas

"(...) no a una adolescência en general, sino a muchachas y muchachos que están creciendo, con una serie de preguntas alrededor de su cuerpo, con necesidades diversas que pasan, no solo por lo biológico o psicológico y lo económico, sino por lo afectivo y emocional, inserto en la cultura que lo forma, o deforma, lo construye o destruye, lo educa o lo mal educa" (García, 2018, p. 9).

Pensar a relação da adolescência e juventude brasileira com a política e as ações políticas que partem dos, ou se originam nos, grupos juvenis, nos faz um convite a, também, tentar compreender quais leituras e quais pressupostos embasam a escolha desta associação: juventude e ativismo/luta política.

Este trabalho se depara, primeiramente portanto, com um olhar para as terminologias e definições de “adolescência” e/ou “juventude”, de onde ou para onde partem essas concepções éticas e políticas e, neste sentido a proposta desta dissertação é problematizar essas concepções: disparadores que apontem questionamentos ou ousem construir compreensões à contramão de algumas definições um tanto hegemônicas.

Os campos da adolescência e da juventude são temas não só de interesse, mas bases nas quais se fundam este trabalho. Adolescentes e jovens não são somente sujeitos desta pesquisa, são processos da vida que não foram escolhidos ao acaso: a associação da juventude com produção e influência na política é de onde parte esta pesquisa.

Quando pesquisamos juventude, encontramos na bibliografia, em linhas gerais, o reconhecimento hegemônico desta ser uma fase cronológica da vida: momento posterior à infância e momento anterior à adultice. E, por muitas vezes, as terminologias “adolescência” e “juventude” são tratadas como sinônimos, não necessariamente fazendo diferenciação entre essas duas etapas⁴. A escolha por uma ou outra terminologia vai variar por partir de pressupostos etários, sociológicos e/ou psicológicos. Isto é, cada área do

⁴ A adolescência e a Juventude, neste item da dissertação, por muitas vezes são referidas como “etapas” ou “fases”, em virtude das referências bibliográficas utilizadas como base para a recuperação histórica que aqui fazemos.

conhecimento, sejam elas as bibliografias mais do campo da psicologia, sejam mais do campo das ciências sociais, farão uso de diferentes nomenclaturas e este trabalho dialoga com as duas fontes, por isso, muitas vezes, elas podem parecer serem tratadas como similares. Reconhecemos diferenças e singularidades entre essas nomenclaturas, mas, neste trabalho, não pretendemos aprofundar essas discussões, apesar de apresentarmos as concepções de autores que se debruçam sobre o tema.

Os referências da sociologia e da psicanálise brasileira e latino-americana historicamente foram fazendo opções de nomeação - por vezes vêm à tona mais fortemente a juventude, e por outras a adolescência. Se fizermos um recorte mais geográfico ou ainda histórico-linguístico, o Brasil (Brasil, 1990; Moreira, 2011; Saraiva, 2005) e Cuba (Garcia, 2018; Castro, 2006; Colectivo de autores, 1995; Garcia Baptista, 2002), por exemplo, na atualidade, vão optar mais fortemente pelo uso da temática da adolescência, e outros países como Argentina, Colômbia e Uruguai seguem mais familiarizados com a terminologia juventude. A escolha deste trabalho, entretanto, ao se referir aos sujeitos da pesquisa será no termo “adolescente(s)”, baseada nos grupos operativos vivenciados, nos quais os adolescentes preferiram ser assim nomeados.

Suponho que o recorte de classe e raça e a preferência pelo termo “adolescentes” neste grupo não se trata de acaso. Sob o recorte do termo adolescente, esses meninos e meninas seguem protegidos pelo ECA (Estatuto da Criança e do *Adolescente*) e se identificam nos termos das políticas públicas que conhecem quando tratam de suas faixas etárias. Ao passo que o termo “juventude”, nesse recorte, parece não estar associado a conotações mais positivas. Afinal, quando tratamos dos números dessas faixas etárias, estão associados termos como “genocídio da juventude negra”, “jovens negros mortos ou assassinados”.

Compreendemos que, a depender do recorte social/de raça a adolescência pode ser encurtada ou alongada, isto é, ela compreende uma idade que pode variar até os 18 anos. Jovens brancos, de classe média, geralmente são reconhecidos como adolescentes quando referidos em diversas situações, principalmente naquelas em que se envolvem com atos infracionais ou atos considerados rebeldes. O mesmo cenário não é observado para adolescentes pobres e negros, que cada vez mais cedo, são considerados jovens, trazendo à conotação da palavra responsabilização e culpabilização em decorrência das exigências na entrada no mercado de trabalho para ajudar no sustento da família, por exemplo. O adolescente negro pouco desfruta da proteção e do perdão dedicados à adolescência e sua

instabilidade e/ou rebeldia, rapidamente ele se torna jovem infrator, e é cobrado das “responsabilidades” de jovens como o trabalho, ou ainda, autorizado à punição e reclusão. Com este cenário contextualizado, me parece que a preferência pelo termo adolescente passa pelo fato de que, respaldado nessa terminologia, os meninos e meninas podem se sentir mais protegidos e em segurança, para se colocarem em posições vulneráveis no grupo.

O reconhecimento da adolescência ou juventude enquanto uma fase temporal (não somente cronológica) posterior à infância e anterior à adultice revela a dificuldade de compreender e de ler a juventude a partir da afirmação e/ou da proposição. Há uma certa predominância no reconhecimento da adolescência, enquanto período de transição, provisório, ou seja, *um entre* uma fase e outra que tem características ou definições mais claras e identitárias, como a infância e o ser adulto. Nosso contato com as adolescências e juventudes que não têm esse recorte social nos convida a expandir e dizer, portanto, de juventudes, no plural, como diversas e bastante diferentes entre si.

A definição a partir daquilo que não é, e não a partir do que é, já afetou mais fortemente a conceituação, por exemplo, da infância. Viana, Imbrizi & Jurdi (2017) recuperam como a infância foi sendo historicamente um espaço de preparação para o ser adulto, isto é, uma etapa anterior a ser adulto (e não a primeira etapa de ser humano, por exemplo), numa perspectiva desqualificada do ser criança. E, como ao longo do tempo, essas identificações foram encontrando espaço de desconstrução e desmistificação para dar lugar a uma concepção de infância que a compreende como: um sujeito com voz e vez na dimensão social, não mais marcado somente em incompletude, mas com singularidades.

Se hoje conseguimos com mais clareza entender e conceituar a infância a partir de uma atitude propositiva (apesar de ainda resistirem forças que marcam a infância como aquilo que não é adulto), avançamos historicamente nesta compreensão e já conseguimos, com mais clareza, lugar e espaço para discutir e reconhecer este momento com características próprias e, com isso, avançar no reconhecimento da criança enquanto sujeito social e de direitos.

As juventudes, entretanto, caminham mais lentamente para uma leitura social propositiva e menos ancorada na falta, ou na transição. As contribuições de Abramo (1994), Abramo (1997), Broide (2010), Broide & Broide (2016) e Rosa (2016) nos

ajudam a recuperar um pouco a interface da compreensão do ser adolescente/jovem e sua incidência política.

Abramo (1997) nos convida a olhar, a partir de uma perspectiva histórica, na qual a leitura do jovem no Brasil foi sendo *desfocadamente visível*. Isto é, os jovens foram sendo vistos como problemas, problemas que clamavam por intervenção e salvação (sejam elas de si mesmos – os próprios jovens – seja da sociedade em relação aos jovens). A juventude foi se tornando alvo da sociedade – aqueles que se devem reintegrar à ordem social. Conformados em um imaginário social, sustentado pela mídia principalmente, a juventude segue sendo considerada aquela que é uma fase difícil, de transição, com um pano de fundo sempre em que é motivo de preocupação.

Numa análise mais detalhada das últimas décadas, com um olhar para a compreensão da juventude da luta política, a autora nos convida a identificar uma grande dificuldade social em considerar os jovens efetivamente como sujeitos, não conseguindo ir além da percepção do jovem enquanto problema social. Sempre que o jovem é trazido à tona para a discussão política, ele está associado aos problemas que ele sofre ou causa, às suas privações e desvios (drogas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, violência, etc).

É difícil encontrar nesse campo das políticas públicas a juventude associada à enunciação, proposição ou ativismo/protagonismo, salvo raras exceções que são datadas dos últimos anos, muito recentemente. “Os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania enquanto privação ou mote de denúncia, e nunca – ou quase nunca – como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção ou negociação de direitos” (Abramo, 1997, p. 28).

A tematização da juventude a partir do senso comum no Brasil tem sido um problema grave e persistente, e endossado pela mídia, que sofisticada e dissemina principalmente a juventude associada à desordem, imaturidade e violência, mas também no pensamento acadêmico como uma fase de desequilíbrio hormonal, de busca incessante por identidade, incerteza, rebeldia, descontrole moral, inconstância, isto é, aquele em quem não se pode confiar. Abramo (1997) afirma “(...) uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade”, isto é, um retrato projetivo da sociedade sendo o alvo das angústias, dos medos, dos problemas, como também das esperanças.

A associação da juventude como uma ameaça de ruptura da ordem social é endossada pela sociologia funcionalista (Eisenstadt, 1976), que vai ressaltando como característica inerente à juventude momentos específicos e dramáticos de desordem moral no qual o jovem está tentando alcançar o ser adulto, isto é, um sujeito social livre, adequado aos papéis sociais no status quo. Qualquer desvio desse caminho, aceito como conturbado desde que não desvie do objetivo, é preocupante. O foco real dessa preocupação é sempre moral, sendo esta depositária do medo, em que é preciso, nesse caso, estar a postos para se tomar atitudes de contenção (Bessant, 1993/1994).

“Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são às falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como ‘problema’: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a continuidade social” (Abramo, 1997, p. 29).

Ao recuperarmos de maneira mais próxima a história das visões de juventude nas últimas décadas no Brasil, podemos reconhecer que se consolida a visão da juventude como espaço de transgressão e delinquência, quase que de maneira inerente, nos anos 50. É uma herança que esta época colhe dos anos anteriores quando os jovens de classe média passam a manifestar de maneira pública transgressões e/ou a expor uma vida mais turbulenta. Isto é, quando os “atos delinquentes” deixam de serem vistos somente naqueles que já eram considerados praticantes de tais atos (os marginalizados, os migrantes, etc). No momento em que os jovens brancos e de classe média começam a ter a visibilidade desses mesmos atos, o discurso social da juventude vai passando a relacionar intimamente a delinquência com uma condição etária, como um momento em si mesmo quase que patológico, demandando intervenção adulta, conforme afirma Abramo (1997).

Ao localizar o problema não nos atos, mas na dimensão etária, ou seja, na idade, a juventude vai responder a essas acusações no mesmo antagonismo à idade adulta, começando, portanto, movimentos culturais juvenis como o rock’n’roll, no fim da mesma década. Nos anos 60 e começo dos 70, essas culturas juvenis que se fortalecem (o movimento hippie, o movimento contracultura, os movimentos pacifistas, por exemplo) vão demonstrando atitudes críticas dos jovens frente ao modelo de sociedade imposto a

eles e trazendo à juventude a dimensão da possibilidade de transformação social: ali vai nascendo para a sociedade adulta a associação da juventude com a revolução, e seu consequente medo dela.

No período subsequente, a juventude vai se tornando uma característica daqueles que se recusam permanentemente a se adaptar ao *modus operandi* da época e vai borrando um pouco suas delimitações etárias, ganhando uma perspectiva de estado de espírito, associado a subversão e resistência. Nesse momento no Brasil, os jovens passam a se articular enquanto movimentos como acima referidos, criando entidades estudantis, mobilizações com pautas próprias da juventude como também da agenda pública do Brasil, passando a carregar o imaginário social e o pânico dos revolucionários da década passada e recebendo, nesse período, enfrentamento duro para abafar, controlar e remodelar esse comportamento. Se por um lado, a juventude é vista como perigosa porque tem capacidade de mobilização, por outro vai carregando consigo um imaginário de que ela é a esperança da mudança da organização política, trazendo inovação, idealismo e utopia enquanto inerentes, mesmo que por detrás dessa esperança estejam ainda muito fortemente arraigados à ideia de juventude enquanto rebeldia sem causa, herança dos anos 50 (Abramo, 1994).

Já nos anos 80, vem a contraposição a essa concepção de juventude, com aspecto mais consumista, individualista e conservadora. Recusando-se a esse papel de revolucionário, a juventude passa a ser vista nesse momento apática à vida política (numa perspectiva geral de acordo com a tematização reconhecida e pesquisada pela autora, apesar de reconhecermos as várias resistências juvenis que não passaram por esse recorte, mas que certamente existiram invisibilizadas). A partir daqui, ser jovem é ser incapaz de oferecer alternativas a essa ordem social, negando seu papel como fonte de mudança. O jovem, agora, sob outro ângulo vai sendo descredibilizado, como aquele que não é sujeito da vida pública porque não se interessa por ela, porque está preocupado com suas conquistas individuais. Características que seguem nas visões da juventude nos anos 90, mesmo que o cenário se altere bastante e os jovens passem a ocupar mais os espaços públicos, em movimentos mais diluídos e heterogêneos.

Nos anos 90, como nos esclarece Abramo (1997), o individualismo e a fragmentação da juventude vão se tornando cada vez mais associados à violência, aos desvios morais (as gangues, os arrastões, o vandalismo, as patologias antissociais, as drogas, a criminalidade, etc). Nos anos 90, inicia-se, mais fortemente, uma mistura desde

as concepções dos desvios dos anos 50, como a revolução e subversão dos anos 60 e 70 e o individualismo dos anos 80. Neste cenário, vamos ter uma juventude que não tem outra saída senão a de ser criminalizada e medicalizada enquanto estratégia de contenção e adequação. Nesse sentido, é nessa época que os jovens vão se tornando aqueles que são promotores de uma dissolução da sociedade, como também vítima delas: aí é o jovem pobre marginal e bandido ou um jovem em situação de risco. De toda forma, uma juventude que precisa de ajuda adulta. Abramo (1997, p. 32) conclui que os jovens são percebidos:

“(…), como encarnação de todos os dilemas e dificuldades com que a sociedade ela mesma tem se enfrentado. E nessa formulação, como encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que a juventude tem alcançado (...).”

É neste breve histórico que é construído na academia e no senso comum as concepções e visões contemporâneas sobre adolescência e juventude. Num cenário de semi-visibilidade, criminalizada a depender do recorte social, alvo das mais sofisticadas intervenções, a adolescência vai tentando ganhar espaço no cenário social e político e contrapor essa visão hegemônica baseada na ausência, na incapacidade e no desvio. A produção do ser adolescente e jovem no contemporâneo com toda certeza é atravessada por essas e tantas outras forças, mas vai colocando sob a mesa a necessidade de reconhecer a juventude como sujeito de enunciação e de direitos no cenário público.

Enquanto sujeito de direitos e capaz de críticas e mobilizações, o cenário dos anos 2000 em diante vai construindo uma concepção de adolescências e juventudes a partir de escutas e construções coletivas, ouvindo-os, e também por meio de mobilizações estudantis e juvenis para as pautas vigentes deste novo século. Isso se deve ao fato da pluralização de escutas de outras juventudes que passam a ser visibilizadas a partir de um cenário político institucional que garantiu acesso e miscigenação das produções nas universidades, como ainda investimento na visibilidade, escuta e produção em parceria com os movimentos sociais.

Falamos aqui de um cenário político de absoluto investimento em participação popular, principalmente no âmbito federal (nos referimos à gestão do Partido dos

Trabalhadores (2002-2016), que teve massiva implantação de ferramentas de participação popular). Investimentos em conselhos de políticas públicas, em conferências de juventude, conferências de crianças e adolescentes, além de espaços formativos e de integração de jovens por todo o Brasil para pensar políticas públicas adequadas e condizentes com a heterogeneidade de adolescências e juventudes do país. Aliam-se aqui, uma outra postura dos adultos e do sistema político institucional, que se colocam na posição de interesse e escuta com a reivindicação e fortalecimento dos movimentos de juventude que construíram esses espaços fazendo resistência aos movimentos contrários – silenciadores e adultocêntricos⁵.

Neste trabalho, visamos reconhecer os adolescentes como sujeitos interessados e capazes de pensar, criticar e agir nas realidades em que vivem e que carregam consigo as compreensões e identificações como as dos autores acima citados, mas também convidam a pensar conjuntamente como é possível o exercício das juventudes nos contextos que vivem e nas oportunidades que lhe são oferecidas.

⁵ O período desse processo é o mesmo em que o Instituto Camará Calunga tem maior visibilidade e influencia, participando ativamente de diversos espaços como estes – que será mais detalhado adiante.

Críticas Sociais e Adolescentes

Mas eu prefiro que fique assim: “sou jovem, não aceito violência”. Não é a mesma coisa. É diferente. Eu prefiro “não aceito”. Pode deixar do jeito que tá, não é para mudar.

(Fala de uma adolescente, grupo operativo)

A frase acima descrita é recolhida de uma situação no grupo operativo. Os adolescentes se reuniam para a composição de um samba-enredo que representasse os jovens na instituição, naquele momento específico do ano⁶. A tarefa reunia os adolescentes envolvidos na pesquisa e contava com a presença de alguns adultos que mediavam o processo da escrita e a composição harmônica. Nesse contexto se instaurou um embate entre uma adolescente e um destes adultos quando ele insistia na mudança de um verso da música escrita pelos adolescentes. O verso dizia “sou jovem, não aceito a violência, trago minha irreverência, eu não bato continência” e a proposição era por uma substituição para “sou jovem, digo não à violência (...)” sob a justificativa que ficaria mais harmônica na canção.

A adolescente insistiu fortemente na não alteração pois, de acordo com ela, não significava a mesma coisa. Os adultos insistiam que sim, significava. Ela insistia que não. “Não é a mesma coisa”. “Deixa do jeito que está”. De maneira enfática, ela defendeu até que se concordassem manter os versos originais.

A posição da adolescente faz um convite bastante interessante para entendermos por que a insistência na ênfase de que não é a mesma coisa. ‘Dizer não’ é diferente de ‘não aceitar’ e a diferença está justamente na atitude propositiva dessa situação em específico: o convívio com a violência. ‘Não aceitar’ implica em atitude, e não somente em negação daquele ato. ‘Não aceitar’ necessariamente vem com uma questão coletiva a ser transformada, e ‘dizer não’ pode passar por uma posição individualista na qual se

⁶ O Camará é proponente, há 13 anos, de uma manifestação lúdica no período do Carnaval denominada Eureka (Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente) – um bloco carnavalesco composto por crianças e adolescentes que visam pautar temáticas relevantes aos direitos humanos. O Bloco, anualmente, conta com a participação direta de crianças e adolescentes na proposição, composição, execução da temática, alegorias, samba-enredo, bateria, harmonização, enredo, alas e tudo que é pertinente a um desfile de carnaval.

simplifica a questão como se enfatizasse a responsabilidade individual, numa negação que é passiva daquilo que tem de ser de âmbito coletivo.

Ora, a cena entre um homem adulto e uma adolescente mulher num embate é um tanto desconfortável para os presentes: a resistência da menina na defesa do verso não passava necessariamente por uma explicação com discurso apurado sobre as diferenças conceituais no uso daquelas ou outras palavras. Passava mais por um corpo que sabia do que se tratava e conhecia, na prática, qual era essa diferença. Havia uma mensagem corporal ali naquela pele. A força que sustentava essa argumentação passava, naquele instante, muito mais pelo corpo do que pela voz, advinda de um lugar singular de existência. Foucault (2005) afirma a importância de perceber as leis invisíveis do discurso que estão nas posições sociais e relações de poder que estruturam a sociedade.

O lugar do adolescente e do jovem enquanto propositivos frente às situações que os afetam, subjugam e/ou oprimem ainda encontra bastante resistência nos adultos. Uma invisibilidade, quando não numa desqualificação. A rebeldia sem causa ou a suposta hiperbolização dos problemas seguem sendo os discursos silenciadores dos adultos sobre os jovens. Esse estereótipo os afasta e os cristaliza em identidades sociais fictícias e simplistas e, conforme Sposito (1996, p.99),

“não permite que interroguemos o sujeito (...) ao qual atribuímos determinadas características a priori e negamos o direito de fala, isto é, nos negamos escutar o que ele teria a nos dizer sobre si mesmo. Mais ainda, a heteronomia anula qualquer processo de autonomia, pois acabamos por considerar que o jovem é incapaz de produzir orientações a partir de si mesmo, e que as definições que lhe são imputadas exteriormente são as suas próprias definições.”.

O movimento da adolescente no grupo nos ajuda ainda a pensar quais as forças sustentariam esse corpo no ato. Quais forças produzem essa atitude coletiva de “não aceitar”, seja na própria situação *hipotética* do verso, seja naquele momento em que o defende. Seus pares adolescentes ali presentes nos apontam para que reconheçamos um outro laço social, este que sustenta essa atitude. Existe ali, naquele momento, entre os adolescentes, um processo de apropriação criativa de uma outra identidade – ela não defende o verso sozinha - que imediatamente vai propondo descristalizar esta lógica hierárquica e pre-concebida de adolescência: a daquela que diz “não”, e não aquela que “não aceita”.

Kehl (2000) nos ajuda a pensar essa relação do adolescente com outros adolescentes como um importante dispositivo de reconhecimento e coletivização dos novos traços identificatórios, pois ela, ao passo que produz uma orfandade (de uma relação hierárquica com o pai), também contribui para uma pertinência extra-familiar (uma relação horizontal), numa reconfiguração do laço social, no qual essa fratria funcionaria como um espaço ético, em laços sociais não mais totalitários ou narcísicos. Coutinho & Andrade ainda complementarão: “(...) é na fratria que os adolescentes muitas vezes encontram uma ancoragem para o trabalho de elaboração dos ideais de adolescência”. (p.55).

Essa construção de um outro laço social implicará em um ativismo, que é político, para a transformação do *status quo*. Político porque é “ação no espaço entre as relações, ou seja (...) tem no horizonte a produção do mundo comum” (Rosa, 2016, p.23). O que esclarece Freud (1856/1939) quando afirma que viver em sociedade implica conviver com o mal-estar inevitável, mas também é a partir da cultura que se pode encontrar modos de enfrentá-lo. É nesse ponto que mal-estar e laço social se interlaçam: a partir de uma proposição ativa de transformação, como no ato simbólico da adolescente acima relatado. Ora, o trabalho de subjetivação – e de outras leituras – das adolescências e juventudes passará por modos de fazer laços sociais inéditos.

A partir do fortalecimento coletivo - em pares, grupos, na fratria - os adolescentes têm feito leituras críticas ativas da sociedade e produzido efeitos inéditos para uma outra cultura. É uma nova aposta ética e política que seus movimentos têm encontrado e transmitido: no reconhecimento do desamparo das lógicas totalitárias e das diferenças de cada um, apostando no viver coletivo como construção de caminhos comuns possíveis para a sustentação do desejo (Coutinho, 2009), uma lógica que romperá com as identificações narcísicas que excluem os diferentes e incluem somente o idêntico.

Essas lógicas podem ser observadas em diferentes movimentos de adolescentes e jovens na contemporaneidade brasileira e latino-americana. As ocupações nas escolas do Estado de São Paulo, que se deflagraram por todo o país, a militância juvenil na Argentina, que resultou numa gestão militante kischnerista, o movimento juvenil e feminista #NiUnaMenos argentino que se expandiu para toda América Latina, como ainda o movimento #YoSoy132 no México são alguns exemplos do deslocamento da concepção de juventude sem causa e passiva, para uma atuação outra que convida a análises mais complexas.

Entendemos *contemporâneo* aqui não somente como aquilo que é corrente no momento atual, mas numa perspectiva mais complexa, que vai ao encontro das idéias de Agamben (2009), reconhecendo aquele que não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue entrever nestas a parte da sombra, (o não dito, o implícito, o entre linhas), aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo (isto é, de colocá-lo em análise, de enfrentá-lo), aquele que recebe em pleno rosto o facho das trevas que provém do seu tempo, e convive com ele, sem negá-lo ou ignorá-lo.

“De fato, a adolescência é uma questão de mudanças: de início, pelas transformações somáticas; depois, por aquelas que dizem respeito à atividade fantasística e, enfim, pelas modificações que intervêm no conjunto da vida psíquica” (Kernier & Cupa, 2012, p. 454). Acrescentamos aqui que ao passo que as modificações intervêm no conjunto da vida psíquica, a vida psíquica intervém no laço social promovendo mudança na cultura.

Adolescentes organizados, entre 2015 e 2017, produziram e protagonizaram um movimento conhecido como “Ocupa Escola” que convidou o país a ressignificar o olhar que faz sobre sua adolescência, principalmente aquela de escolas públicas. No país em que o estigma da juventude pobre “se expressa no número de mortes de jovens negros, na violência legitimada exercida pelo Estado, nas chacinas, no encarceramento em massa” (Fefferman et al, p. 82, 2018) adolescentes e jovens forjaram um outro jeito de viver e estudar por meio deste movimento grande, inédito no país e radicalmente provocado e produzido por e para os próprios adolescentes.

Este movimento político-social inovou pela dimensão, mas também pelas estratégias e dispositivos. Protagonizado por estudantes de escolas e universidades em todo o Brasil, as ocupações nasceram como forma de protesto e resistência diante de medidas que ameaçavam investimentos na educação, sejam em quantidades numéricas e orçamentárias, como em medidas qualitativas estruturais, que haviam sido tomadas pelos governos em âmbito estadual e federal. Seu disparador aconteceu em São Paulo no ano de 2015, diante do risco de fechamento de quase cem escolas de nível médio proposto pelo governo estadual. Em 2016, ganhou expressividade no Rio de Janeiro, inicialmente em apoio à greve dos docentes e, por fim, como um movimento à parte, com suas assembleias e pautas próprias. Ao final do mesmo ano, o movimento se disseminou enormemente por mais de mil escolas em todo o Brasil, além de centenas de universidades. O crescimento se deu também em resistência à Proposta de Emenda à

Constituição (PEC) 241, que propunha limitação aos gastos públicos na área da educação, e a Medida Provisória (MP) 746, que determinava reforma do ensino médio no país. Nesse momento, as ocupações ganharam uma dimensão que surpreendeu e envolveu grande parte da sociedade, suscitando afetos de grande intensidade, seja do lado dos que o apoiaram, seja dos que se opuseram a ele, conforme Coutinho & Poli (2019).

O movimento mostrou, principalmente, a possibilidade de transformação dos laços sociais dentro e fora da escola. Colocar para circular os lugares cristalizados anteriormente por meio de novas posições discursivas em relações já estabelecidas (Andrade & Coutinho, s/a). A partir de organizações coletivas em auto-gestão e co-gestão, exercício de dispositivos de escuta e invenção de ferramentas que convidassem e concretizassem experiências democráticas no espaço escolar - corresponsabilidade, cuidado e zelo com o patrimônio público, formação política descentralizada, artes, culturas e conteúdos curriculares – isto é, outras metodologias educativas que não tradicionais, numa gestão juvenil. Kupfer (1996) afirma que para aprender a crescer é necessário superar o mestre, tornar-se seu próprio mestre a partir da apropriação de seus ensinamentos. Na prática, os adolescentes tomaram a escola e fizeram a escola que gostariam de ter. “Para além do momento de ocupação (...) os jovens nos dão indícios de ocupar outro lugar (...) menos passivo e contido, tal como se espera” (Coutinho & Andrade, 2017, p.52).

O movimento foi diverso e bastante disseminado em todo país, apesar de não ter contagiado tão drasticamente os territórios de maior vulnerabilidade dos grandes centros. Na Baixada Santista, por exemplo, escolas públicas em bairros residenciais foram ocupadas, outras escolas em periferias foram ocupadas, mas muitas escolas das regiões mais críticas não tiveram o potencial de mobilização que chegassem a este ponto.

Identificação e alteridade são elementos cruciais para observar as manifestações políticas juvenis contemporâneas, elementos que reconheço como disparadores da coletividade, ou da instauração democrática inevitável quando nessas condições. A sustentação coletiva a partir do encontro com as diferenças foi a estratégia criada pelos adolescentes frente às experiências traumáticas de compulsoriamente ter de, muitas vezes, migrar de territórios por conta do fechamento das escolas. Uma atitude propositiva, antes de qualquer outra coisa, enfrentando as angústias das imprevisibilidades de um ato tão revolucionário e que enfrentaria tantos poderes - dos mais cotidianos na relação, muitas vezes, tirana com o professor, até os mais violentos, com o Estado e seu braço assassino:

a polícia militar. Tratam principalmente de um ativismo político outro, que reconhece na diferença um espaço de criação e de potência para as possibilidades imprevisíveis. De mudança psíquica intensa e dolorosa, mas que imediatamente convoca outras sociabilidades e, por isso, com potencial de transformação das dimensões sociais e políticas da vida humana.

“La territorialización de sujetos colectivos abre las puertas a la creación de un mundo nuevo y diferente al capitalismo hegemónico” (Zibechi, 2017, p. 31) que tem se apropriado do aparato educacional brasileiro. Numa luta para ter escolas, os adolescentes estudantes fizeram acontecer uma escola emancipadora, ao ter sido emancipada por eles mesmos.

Movimento similar a esse também foi protagonizado por adolescentes na cidade de Buenos Aires, Argentina a partir do ano de 2010. A princípio, a partir de unidades representativas como a Coordinadora Unificada de Estudiantes Secundarios (CUES) e depois em 2012 a partir da disseminação descentralizada, ocupações em diversas escolas da cidade tratavam de fazer resistência à reforma curricular imposta às escolas técnicas. A partir de metodologias democráticas de assembleias, rodas e ocupações noturnas, como também o uso massivo de redes sociais tecnológicas, como Facebook e Twitter. Os estudantes, entretanto, se fortaleceram para além da reivindicação inicial, e em 2013 o movimento se avolumou com pautas estruturais e novas formas de organização: “de reivindicar la democracia a exigir mejoras edilicias, de la primacía de representación en centros a la realización de asambleas, elección de delegados y la construcción de espacios de mayor horizontalidad.” (Nuñez, Chmiel & Otero, 2018, p. 146). Um conflito entre gerações marca o movimento argentino, no qual a juventude reivindica uma escola que esteja de acordo com a contemporaneidade e não enraizada nas décadas anteriores, seja nos conteúdos curriculares, seja nas metodologias educativas. A juventude se torna um valor, uma causa pública atrelada ao seu processo educativo (Vazquez, 2013), e vai carregar consigo a reivindicação pela democracia nestes espaços.

O que é interessante salientar é que o movimento juvenil estudantil argentino vai reconhecer como intrínseco à juventude as liberdades democráticas, reivindicando radicalmente a associação da juventude com a democracia, isto é, militando por um laço social anticapitalista. A luta do movimento de adolescentes e jovens vai ao encontro do estado democrático de direito, buscando a garantia de seus instrumentos (institucionais ou não) de participação igualitária, principalmente na conquista de aparatos legais. Esse

processo, de acordo com Vazquéz (2015), é compromisso político e militante dos jovens que resultaram numa produção socioestatal da juventude: houve garantia de leis e de novos regimentos para a educação, mais horizontais. Nuñez, Chmiel & Otero ainda complementam: “la emergencia de prácticas políticas estudiantiles (...) reconfiguraron el espacio publico al tornarse visibles más allá de la escuela. (...) uma suerte de reencantamiento con lo publico. (...)” (2017, p.148).

Vommaro (2015) ainda complementa dizendo que esse reencantamento convidou a sociedade a re-pensar e se reapropriar do público, seja o público estatal, seja aquilo que é público mas não estatal, recriando sentidos para uma outra relação da sociedade com a cidade e também com seu sistema político institucional, a partir da apropriação dele pelos jovens.

Penso que o movimento argentino abre dimensões diferentes das brasileiras, mas se assemelha na convocação para a emergência de outras cidadanias, vinculadas a novidade e disposição da juventude, outras relações sociais e políticas a partir da angústia, luta e desejo de adolescentes e jovens que colocaram em movimento concepções sociais.

Na Argentina, esse movimento cresce para além das escolas e uma ressignificação social da política institucional pelos jovens fez crescer de maneira volumosa a vinculação de adolescentes e jovens a partidos políticos e à luta partidária (Vazquéz, Rivarola & Cozachcow, 2017). Uma transformação identitária, inclusive, do adolescente e do jovem e seu lugar na política e na sociedade, com uma alteração de manifestações juvenis políticas mais territoriais e locais, para outras mais abrangentes e profissionais, nas instituições.

Se por um lado, os jovens assumiram papel na gestão dando caráter juvenil à era Kirch, acoplados no estado, em 2015, a juventude dispara outro movimento na América Latina: o “#NiUnaMenos”, mobilizados pelo feminicídio brutal de adolescentes argentinas. O movimento de adolescentes próximas às meninas assassinadas foi difundido via internet e marcaram e contaram com atos públicos, a princípio, com adesões de mulheres feministas, mas que cresceu de maneira significativa com repercussão internacional e ampliação da pauta pelos direitos das mulheres e contra a violência sexual de mulheres por toda a América Latina. Os laços de identificação são primordiais para colocar em análise sob o fenômeno juvenil e feminista da qual algumas mulheres argentinas protagonizam, “na construção de laços que possibilitem a entrada nos grupos

sociais, entrada que modifica o sujeito e seu sintoma, particularmente na dimensão de seus ideais” (Rosa, 2002, p.3) As identificações, desejos e ideais articulam fortemente esse movimento juvenil por conta das similaridades dos aspectos identitários que, nesse caso, o gênero, vai promover.

As opressões de gênero à mulher na sociedade argentina tem sido um fator determinante para seus ativismos políticos. Numa ótica psicanalítica, a adolescência não está associada a esse movimento político por acaso, a adolescência pode ser caracterizada como um processo de luto da infância por conta da maturação sexual, intimamente relaciona à relações e identidades de gênero, que vão colocar em movimento a construção de novos laços sociais em virtude desse luto, laços sociais sustentados pelo desejo e identificação. O ativismo, assim como a adolescência, nasce de uma morte.

“(…) en un territorio profuso, en el que comenzaron a coexistir retóricas de distinto tipo, inteligencias diversas,(…) tenacidades militantes y organizativas, novedades tecnológicas, compromisos feministas y pericia en medios de comunicación” (López, 2015), o campo das tecnologias desse movimento se destacam ainda mais por serem próprias da juventude, também em linguagem e imagem: uma disseminação capilarizada, as pautas de identificação que se ploriferaram, heteroginizam e se amplificam por recursos modernos de ativismo político. Aqui as redes sociais são as propositoras e levam às ruas, se internacionalizam e globalizam a partir dessa descentralização.

Rovetto (2015) nos convida a pensar a relação íntima de juventude e tecnologia para os ativismos políticos:

“podemos advertir ciertas prácticas de reconocimiento de identificación con determinadas posiciones enunciativas en las redes. Em este sentido, podemos sostener que las prácticas de producción, apropiación y circulación de estas narrativas visuales en la red irrumpen, transformando los imaginarios y modelos de contagio que invitan a subvertir los clásicos estereotipos de género, desplazarlos y ejercitar el extrañamiento de la mirada, produciendo estrategias intersubjetivas de construcción política con la tecnología y a través de esta” (p. 32-33).

E a compreender a potência de alcances destas redes na transformação da cultura, principalmente quando esta tem um apelo identitário e convida à transformação de pautas

políticas tão necessárias para a vida social, e para o cuidado da dimensão sociopolítica do sofrimento.

Belmonte *et.al.*(2018) afirma que estas estratégias dos adolescentes são interessantes porque comunicam de maneira a produzir uma apropriação dos discursos, que têm o poder de reafirmar identidades múltiplas, produzindo identificação não homogênea, e influenciando sobre a estrutura social de política e cultura.

A estratégia do movimento argentino tem uma nova insurgência no ano de 2018, com o movimento Nosotres pela descriminalização do aborto no país. O debate e a difusão do tema que se inicia no movimento de 2015 ganha forma por meio de estratégias muito semelhantes a da erupção do #NiUnaMenos. A #AbortoLegalYa também nasce do movimento de adolescentes secundaristas e das estratégias de ocupação nas escolas para mobilização pública pela garantia de debate político institucional e ampliação dos direitos reprodutivos das mulheres. O movimento tem repercussão ainda maior com alcance das redes sociais e com milhares de pessoas nas ruas do país defendendo a causa das mulheres, com recorte e olhar especial às adolescentes. Mais uma vez as adolescentes e suas pautas identitárias promovem sensibilização e transformação da cultura para o debate árduo e complexo em relação ao aborto, com repercussão midiática favorável ao movimento⁷. A ocupação juvenil do congresso, efeito dos movimentos anteriores, e a era kirschneirista endossam o movimento à causa juvenil e inclusive permitem a aprovação primeira na câmara dos deputados, mesmo que barrada em segunda instância no senado. Um passo importante de mobilização adolescente e juvenil que contaminou toda a América Latina, com visibilidade global para um movimento embrionariamente juvenil.

Belmonte et al (2018) ao discorrer sobre a identidade juvenil latino americana vai reconhecer que: “(...) uno de los componentes de la redefinición y aparición de estas nuevas identidades [juveniles], comprendidas como identificaciones, es la situación política del país que los obliga a organizarse, migrar o redefinir nuevos espacios de interacción.” (p. 135). Esses espaços de interação não só fisicamente, como em espaços virtuais de comunicação, que vão construindo imaginários discursivos com grande

⁷ As estudantes argentinas: motor da campanha pelo aborto legal. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/12/internacional/1528833992_241165.html.. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

alcance de seguidores e formação de redes e que vão explorar o ativismo juvenil disruptivo do sistema político corrente.

Identificamos, também, portanto, no movimento mexicano, esta estratégia virtual como expressão social juvenil, principalmente no movimento #YoSoy132, movimento de crítica ao sistema capitalista predominante no México e ao seu sistema político e democracia. O nome faz referência a um vídeo disponibilizado no Youtube, nele 131 estudantes contestam declarações de políticos nos meios tradicionais de comunicação que buscavam desqualificar a importância de um protesto estudantil contra o presidente naquele momento. O movimento estudantil do ano de 2012 denunciava a ausência de transparência política, corrupção e manipulação e monopólio dos meios de comunicação, com o lema de “romper el imaginário político y ensayar formas de organización política (...) demandando justicia y democracia real (...) creemos que es posible construir outro poder” (Belmonte et al, 2018, p. 137).

É interessante compreender que a descentralização vai se fazendo estratégica para a adolescência porque é espaço de rompimento com a relação pai-líder. A fratria, mais uma vez, se mostra importante estratégia psíquica para a articulação dos ativismos políticos. São movimentos de jovens e para jovens, que se recusam a colonização tirana do pai, do mestre, do adulto. “El movimientos reclama la diferencia como epicentro de la actividad política y de la participación ciudadana como forma democratizadora de una democracia insuficiente.” (Bemonte et al, 2018, p. 138).

Em uma luta capilarizada, e fortalecida, consideramos aqui que os movimentos sociais contemporâneos se relacionam com a adolescência e juventude como aqueles com uma absoluta capacidade de articulação, por meio de estratégias pouco tradicionais e uma habilidade de sensibilização importante para dias tão difíceis do levante do conservadorismo cego e reacionário que se reacende na América Latina.

De-formações em experiências: o Instituto Camará Calunga

A pergunta que dispara o processo dessa pesquisa acontece em uma experiência local de formação, de desconstrução e de peculiaridades, que reconheço como muito potente de ser aprofundada, tematizada e analisada. Canclini (2013) forja um conceito de “movimientos glociales” que tratam de “diversas mezclas interculturales que se insiertam en la relación local-global-local” (p. 48) que creio ser pertinente para a proposição desse trabalho. O cenário contemporâneo brevemente apresentado no discorrer desse texto interfere de maneira muito direta na produção desta pesquisa, e principalmente nas intenções, análises e produções do cenário desta: o Instituto Camará Calunga, espaço de formação e convivência com crianças e adolescentes no qual componho o grupo de gestão.

O Instituto Camará Calunga tem sede na cidade de São Vicente, localizada na Baixada Santista, vizinha à cidade de Santos, e inicia sua trajetória a partir de trabalhadores e militantes da Luta Antimanicomial e Movimentos da Infância, no ano de 1997. Nestes 22 anos de trabalho, sua metodologia e suas formações alcançaram não só níveis locais, como também regional, nacional e nos últimos anos tem adquirido uma visibilidade internacional.

Suas referências teórico-metodológicas para a prática nos territórios vulnerabilizados⁸ do município são principalmente a Pedagogia Social e a Educação Popular, no campo da educação (Freire, 1979, 1996) e o Acompanhamento Terapêutico, no campo da saúde (A casa, 1991). A Redução de Danos (Brasil, 2003; Lancetti, 2006) compõe a metodologia para trabalhos com sujeitos em situação de drogadição.

Formulação e controle social de políticas públicas são estratégias muito fortalecidas no trabalho, uma Organização que tem como prerrogativa não se filiar ao serviço público, mas insistir na produção de redes para o comum, com vistas à garantia de direitos. A parceria sempre presente na história da organização com o poder público caminha para evidenciar as tensões e lacunas que existem na relação comunidade-gestão pública, se esforçando para visibilizar a vida existente nos territórios, com suas

⁸ A escolha pelo termo “vulnerabilizados” e não pela sentença “em vulnerabilidade”, como costumeiramente nos referimos, tem a intencionalidade de marcar que os territórios não são nem estão em vulnerabilidade por sua essência ou por circunstância, mas sim intencionalmente por agentes que são responsáveis por isso, como o mercado e o Estado.

singularidades e coletividades, para que estas inspirem políticas públicas eficazes e mais qualificadas.

Nesse caminho, por isso, tem contribuído com a construção de referências metodológicas, pelo qual tem sido reconhecido ao longo da trajetória com prêmios tais como o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, o Prêmio Itaú-Unicef, o Prêmio Carrano de Direitos Humanos e o Prêmio Patrícia Accioli de Direitos Humanos. O Camará passa a ganhar visibilidade nacional a partir do ano 2000, quando integra um coletivo de instituições para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, principalmente nos eixos de prevenção e atendimento, a partir das experiências que produzia na cidade. Em virtude dessa experiência, prestou consultoria técnica ao Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro, sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, articulando e fortalecendo as redes de enfrentamento em todo o Brasil, com ênfase na promoção da saúde e prevenção.

Formação coletiva é o objetivo primeiro da Instituição, seja com as crianças e adolescentes, seja na educação permanente de trabalhadores sociais. As diversas equipes que já compuseram essa trajetória são convidadas a se aprofundar nas práxis dos acompanhantes terapêuticos e nos educadores formadores de grupo, reconhecendo o grupo como um dispositivo de formação de sujeitos.

Apesar de ter no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes seu marco inicial, o trabalho ampliou essas temáticas quando passou a conviver intensamente com essas meninas. A partir desta convivência, conheceu a complexidade dessas vidas sem o recorte da condição de exploração sexual, mas todas as outras camadas que compunham a complexidade dessa situação. Daí conheceu outras pessoas, as famílias, os vizinhos, enfim, as redes nos territórios da cidade. Essa talvez marque uma característica importante do trabalho: articular vários tipos de atuação, com “acompanhamento dos processos de vida de crianças e jovens, mobilização social em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, integração família-jovens-equipe do Camará, promoção de saúde e ações socioeducativas de fomento à participação/protagonismo juvenil”, conforme Gorgatti (2017, p. 15).

O território é cerne do trabalho da instituição, que apesar de ter uma sede física, pouco ocupa este espaço para as ações, pois elas se desdobram a partir desses territórios. Ao estar nos territórios, e com o foco voltado aos mesmos, o recorte fica mais difícil de ser feito e, nessa trajetória, diversas temáticas foram disparadoras dos trabalhos com as pessoas na formação de coletivos comunitários, sejam elas as temáticas culturais, as socioambientais, as clínicas de saúde mental, a educação integral, e educação social de rua, etc. Reconhecendo que a vida, assim como ela é, acontece em todos estes aspectos e o interesse segue sendo conviver coletivamente com essas diferentes vidas, e pensar e analisá-las para um fortalecimento comunitário. Daí em diante, são inúmeras as conexões a partir da experiência de convívio em uma sociedade inclusiva, plural, heterogênea e reflexiva, principalmente – e isto é formativo. Para todos.

Passos, Kastrup & Escóssia (2012) quando discorrem sobre os mergulhos na experiência, os agenciamentos entre teoria e prática dão um pouco de contorno para a prática intensa do Instituto. Apesar de muitas vezes dolorida e perigosa, a tarefa dos grupos segue sendo problematizar as instituições e os saberes instituídos a partir da presença viva no território, na crueza da realidade, nas conexões com as pessoas e no compromisso absoluto de viver com elas seus cotidianos. Por isso, algumas contribuições da cartografia ajudam a pensar junto essa experiência, assim como Vicentin (2006, p. 113) quando afirma: “A experiência é um pensar que não economiza ações. É um pensar-fazendo, uma forma de conhecer encarnada, corporificada e não entendida apenas como processo mental”.

Essa formação na e pela experiência marca também o trabalho analisado nessa pesquisa, com adolescentes e jovens num processo formativo para a luta política. Ora, o que cabe aqui ao olhar para as experiências desses meninos e meninas diz muito mais daquilo que é comum, do que daquilo que é extraordinário. Do comum da vida. Do cotidiano. Do jeito junto, para além de trajetórias capturadas pelas verborragias do capitalismo empreendedor. Reconhecer luta política aqui diz de reconhecer atitudes políticas em si e no mundo a partir de um olhar crítico sobre si e seu território. Um ativismo que tem de ser problematizado em sua própria palavra: aqui, me juntaria à Bondía (2002) e forjaria um conceito de *ativismo-passional*, pois é aberto à experiência.

“(…) trata-se, porém de uma passividade anterior à oposição ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como

uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial” (Bondía, 2002, p.24).

A formação oferecida aos adolescentes no Camará, neste sentido, sempre foi para esse ativismo-passional político, inventando e forjando inúmeras formas e conteúdos de assim fazê-lo. É um ativismo *glocal*, numa analogia ao conceito de Caclini (2013) que interfere e é interferido por forças e frequências que, nem sempre, o próprio conviver com o trabalho consegue perceber a tempo.

Agamben (2005, p.25) quando fala dessa experiência faz uma distinção que me é muito cara: “A experiência, se ocorre espontaneamente, chama-se acaso, se deliberadamente buscada recebe o nome de experimento”. E é desse ativismo do acaso, do ativismo dos casos do dia a dia, da formação crítica de outros sujeitos, em ato, colocando forças outrora cristalizadas para circular é que reconheço como importante de ser pensado, analisado e cuidado. Cuidado porque é necessário para que não se torne experimento, para que as metodologias das fôrmas acadêmicas não os capturem e os formatem e retirem, nesse processo, a experiência de se fazer ativista político de si e do mundo.

Por isso, o olhar da pesquisa é por trajetórias, por essas experiências de travessias que os adolescentes e jovens fazem com o Camará – evitando o capturar dos experimentos – travessias em si e, também, em sociedade, com companhia. Trajetórias de experiências. Bondía (2002, p.21) nos presenteia:

“A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, não o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo que se passa está organizado para que nada nos aconteça”.

As experiências, portanto, que vivencio no trabalho cotidiano com esses adolescentes e jovens, têm produzido efeitos em rede que vão apontando rupturas, quebras, desconstruções, fortalecimentos e novas formas do adolescente se organizar em seus territórios que parecem ser muito próprias do trabalho desenvolvido pelo Instituto, apesar do recorte desses dados se fazer numa situação específica.

Essa situação se trata do referido Coletivo Co-Gestor, grupo de adolescentes e jovens de diversos territórios da cidade que conta com a atuação do Instituto e se encontra

em processo formativo crítico e político de maneira mais sistematizada. O Coletivo teve início no ano de 2016, como um espaço de formação específico para adolescentes num projeto chamado “Nossa Escola é em Todo Lugar”, projeto voltado à educação integral e acompanhamento psicossocial de crianças e adolescentes. Nesta ocasião, eu compunha equipe enquanto psicólogo. Na reedição do projeto em 2017, o grupo se fortaleceu e passou a incorporar nas suas formações os princípios da co-gestão e autogestão e provocou maiores discussões na equipe de educadores a respeito do lugar que ocupava na Instituição.

Neste ano eu estava como coordenador do projeto, e a metodologia passou a ser reconhecida, primeiramente pelo prêmio Itaú-Unicef de Educação Integral (2017 e, na edição futura, 2018), depois com visibilidade internacional por meio da VII Escuela Internacional de Posgrados en Infancias y Juventudes (2017). Fui convidado, portanto, a compor um coletivo de pesquisadores latino-americanos para pensar articulações entre América Latina e Caribe no campo da infância e da juventude. Sendo constantemente provocado pelos processos de participação e, naquele momento, sendo reconhecido como uma experiência ética e politicamente interessante do ponto de vista de composição e produção de ativismo político (o movimento glocal, que foi referido acima). O Coletivo Co-Gestor passou a ser um dispositivo de participação oficial no organograma do Instituto em 2018, que teve nesse ano uma grande renovação do ponto de vista jurídico e político-pedagógico.

A partir de um trabalho interno, neste ano, a organização passou por um processo de mudança em que foi reescrita sua missão institucional e reorganizada toda sua diretoria e conselho, como também os dispositivos de gestão institucional.

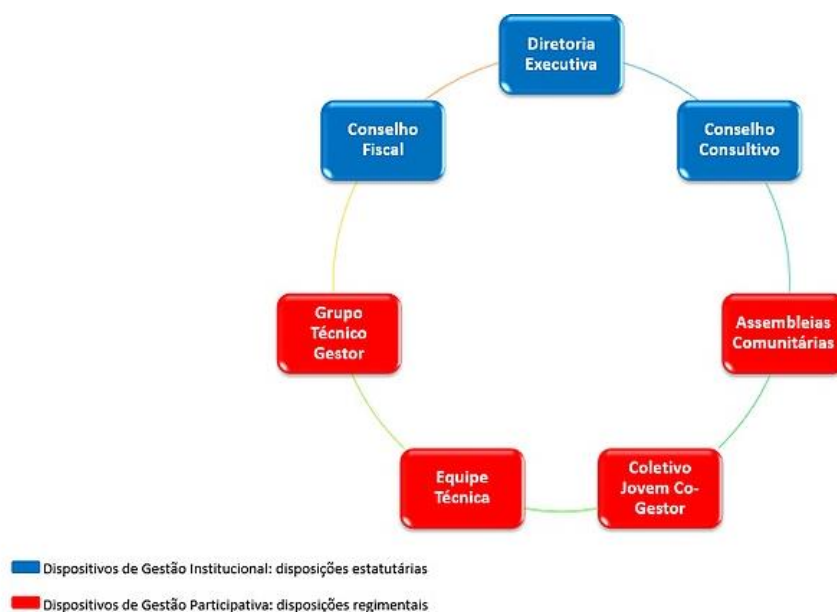


Figura 1. Organograma Institucional do Instituto Camará Calunga. (Figura cedida pela Instituição)

Nesta reestruturação, um organograma institucional não hierarquizado foi pensado e o dispositivo de jovens Coletivo Co-gestor foi um mecanismo criado para que gradualmente, e por meio de um processo de formação, os jovens passassem a se habituar ao papel de, a se desenvolver, como gestores do Camará. Ou seja, era uma forma de favorecer a atuação mais ativa dos adolescentes na tomada de decisões, na participação da organização e das tarefas da gestão para que as atividades e todos os processos educativos acontecessem, e também para que, por meio da convivência em grupo, se fortalecessem para que pudessem assumir a gestão da organização, no sentido de encontrar “sucessores” para esta função.

Neste sentido, a princípio 20 adolescentes foram pensados pela equipe para compor este grupo de formação, e estes seriam convidados individualmente para, caso tivessem interesse pela tarefa, pudessem compor este grupo de formação para a gestão. Adolescentes de 13 a 17 de anos, com representatividade de todos os territórios que o Camará tivesse atuação na cidade de São Vicente. Pluralidade de gênero, etnia, orientação sexual, organização familiar, maturação, vivência na proposta do Camará, capacidade de exprimir opiniões políticas, etc, foram fatores levados em conta nessa organização, para que o processo fosse recheado de diversidade e convidasse a todos a pensar coletivamente o que havia de comum entre eles e elas.

Com vistas à responsabilização dos participantes, Campos (2005) propõe um “Método da Roda” que faz parte dos pressupostos teóricos do trabalho da instituição. Esta

metodologia visa provocar experiências democráticas que sirvam também de espaço de cuidado e elaboração para os sujeitos, no sentido de, por meio da circulação das palavras - dos afetos, das identidades -, uma luta política pautada na experiência de todos os envolvidos seja fortalecida. “Criar Espaços Coletivos democráticos, onde de fato se tomem decisões, se negociem conflitos e se projetem reformas estruturais e funcionais de caráter democrático. Isso não seria uma nova forma de se fazer política?” (Campos, 2005, p. 48)

Ao propor o Método da Roda enquanto dispositivo de ação política, Campos (2005) propõe os espaços grupais enquanto ferramentas de transformações de sujeitos e de coletivos e uma estratégia democrática de subjetivação, que subsidia esta pesquisa para refletir sobre uma método de trabalho com a adolescência e juventude, seja ela nessa análise mais local do trabalho do Camará, seja nas análises mais sociológicas e gerais das juventudes no Brasil e das experiências de ativismo político juvenil na América Latina atualmente. Campos convida os pesquisadores e gestores a favorecer e garantir espaços que sejam:

“(…) um arranjo organizacional montado para estimular a produção/construção de Sujeitos e de Coletivos organizados. Refere-se, portanto, a espaços concretos (de lugar e tempo) destinados à comunicação (escuta e circulação de informações sobre desejos, interesses e aspectos da realidade), à elaboração (análise da escuta e das informações) e tomada de decisão (prioridades, projetos e contratos)” (Campos, 2015, p.149).

Esses espaços colocam a juventude e a adolescência também sob análise e buscam compreender e rearranjar as relações dos adolescentes com esse processo multifacetado que vivem e que carrega tantos estigmas. Um convite a uma análise política implicada com os sujeitos que se refazem no ato dessa análise.

O trabalho do Instituto, portanto, tem a intenção de produzir de-formações - ao passo que investe em formação políticas, procura fazer desconstrução de paradigmas e saberes/identidades cristalizadas - pela experiência e dialoga fortemente com as produções psicanalíticas contemporâneas que têm olhado para a dimensão sociopolítica do sofrimento da juventude brasileira, principalmente aquela que tem sido constantemente vulnerabilizada pelo mercado e pelo Estado. Juventude esta que tem

muito para dizer - esta pesquisa intenta ser uma pequena ferramenta para dar visibilidade ao dito e ao não dito.

Compreender a luta política a partir dessa visão que o Instituto tem sobre formação, nos faz deslocar um pouco do lugar comumente relacionado a este campo de ação política. Passamos a reconhecer ativismo político como uma postura ativa frente à sua própria vida, ao seu território e à coletivização de suas experiências diárias como categorias de análise para compreender a sociedade, seus processos de violência, invisibilidade, como também seus lugares de potência, desobediência, insubordinação e transformação.

Reconhecer a luta política como uma estratégia de leitura crítica de si mesmo, do seu território e dos seus parceiros de vida, e por isso, seus parceiros políticos, aqueles com quem você divide e constrói a polis. Uma estratégia, coletiva, nas dimensões mais tradicionais da vida política cotidiana (por meio de conselhos, política institucional, manifestações) mas também a fim de inventar outros dispositivos de ação que nas e com as comunidades das quais pertencem os adolescentes.

SEGUNDO DES-FECHO

O sofrimento e sua dimensão sócio-política

Quando fomos convidados pelos adolescentes para criarmos um espaço íntimo no qual eles pudessem falar de si, não recebemos o convite de maneira ingênua. Eram dois educadores que tinham relações com esses adolescentes, tinham vínculo, mas que também vinham de lugares muito diferentes. A princípio nosso primeiro pensamento passou pelas semelhanças que tínhamos com eles: éramos também jovens, ambos com algum espaço de reconhecimento por toda a equipe do Instituto e que podiam, portanto, dar um lugar interessante, de prestígio, ou de valorização ao grupo, num momento político-pedagógico da instituição em que se priorizam com mais profundidade o trabalho com as crianças.

Tínhamos, entretanto, como certo de que as meninas e os meninos reconheciam em nós figuras de cuidado, e o convite falava em nós principalmente por esse recorte: eles estavam pedindo espaço de escuta, escuta de um viver adolescente. Esse espaço nos colocou em questionamento e análise: como oferecer esse espaço de uma maneira que garanta coletividade, cuidados recíprocos e, também, formação política? Não nos parecia ser interessante que fosse um espaço de terapia em grupo, mas também reconhecíamos a importância das relações de grupo como estratégias de formação de Sujeitos e de Coletivos, do grupo enquanto ferramenta clínico-política.

O convite era a nós, duas figuras que tinham tons de trabalho muito próximos ao cuidado, mas através de recursos tão diferentes, visto os campos epistemológicos da psicologia e da dança, por exemplo - que olham para os sujeitos e para a articulação mente e corpo por caminhos diferentes. Observávamos que o pedido passava por todas essas dimensões e precisávamos criar uma estratégia de cuidado que dialogasse com a instituição e não caísse tão rapidamente em uma lógica de atendimento individualizado, de exposição, nem vitimizante.

Fui convidado então a pensar o desafio dessa clínica que tinha de estar eticamente comprometida com as situações políticas e sociais desses adolescentes. Se, ao sermos convidados pelos meninos fizemos o exercício de olhar para que lugar ocupávamos no trabalho a partir dos marcadores sociais que nos estruturavam, o trabalho clínico a ser construído juntamente com eles tinha de ter esse mesmo rigor ético.

Esse rigor passava muito claramente, para mim, para uma autoanálise de como produzir um espaço de cuidado que não fosse moralista, normativo, e como fazer uso de estratégias de análise que reconhecessem as lacunas que existiam entre eu e eles e entre a psicologia que eu havia sido educado para (uma disciplina, majoritariamente, individualista e essencialista) e a psicologia que aqueles meninos, negros e periféricos, reivindicavam de mim (um olhar clínico-político para seus processos subjetivos).

Ribeiro (2017), àquele momento, me ajudou muito a pensar meu lugar de fala e meu lugar de psicólogo nesse espaço ali pedido, primeiramente porque ela dizia de um lugar social. Ela assim considera: “(...) o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala (...) faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora de poder (...)”. Rosa (2016) vai ressaltar essa importância no que se refere ao “lugar da escuta”, quando a psicanalista afirma ser necessário reconhecer as distâncias sociais entre analista e analisando, no caso aqui do pesquisador e dos adolescentes em suas diferentes classes sociais, apontando para a necessidade de uma escuta qualificada que só assim será quando romper o pacto de silêncio do grupo social que exclui, o qual eu estou inserido.

Meu questionamento de como usar este lugar que já era meu ampliava-se para a psicologia e a psicanálise, campos de conhecimento aos quais eu me aliava para o trabalho. Era importante reconhecer naquele momento que eu carregava comigo, no meu lugar de privilégio, teorias e ferramentas de trabalho baseadas também em lugares de fala de privilégio e recortados historicamente. Que metodologias e éticas me aliar quando ao reconhecer esses lugares? Quais os cuidados eu poderia tomar? Rosa (2016) afirma que os “(...)discursos jurídicos, médicos, políticos, policiais [que] compõem uma montagem e produzem uma série de figuras que se atualizam na cena social – o delinquente, o louco, o pobre – modo utilizado para impor uma verdade sobre eles” (p.26). O desafio era olhar e trabalhar com os adolescentes para além de seus recortes sociais e raciais, mas reconhecendo-os em suas singularidades e inseridos em um contexto social e histórico determinado.

O exercício tinha de ser o de pensar uma outra clínica, que inclusive pudesse caber naquele convite, nas dimensões daquela demanda específica, e que essa clínica tratasse de dar conta tanto do ponto de vista do método, quanto do ponto de vista teórico e articulado a esse contexto. Como afirma Rosa (2016, p. 26), “(...) a verdade do sujeito

pode vir a se elucidar não necessariamente entre quatro paredes, mas em outra cena, outro discurso.”, longe dos espaços tradicionais e individuais dos consultórios, por exemplo.

Ao recuperar a psicanálise, reconheci em Freud a afirmação da relação das questões clínicas com o laço libidinal entre os homens, seus pactos sociais como a cultura, a guerra, a morte. Ao pensar o Mal-estar na Civilização, Freud (1856/1939) reconhece a cultura e política como lugares de análise para a produção dos nossos conflitos e traumas no processo consciente e inconsciente de subjetivação. Ao me aproximar de Lacan, quando reconhece e afirma o sujeito marcado pela História, vou conseguindo pensar um processo de clínica desse ser social - de uma civilização que viola direitos sociais - recusando, juntamente a ele, a distinção de individual e singular e coletivo e social, no conceito do laço social.

Era preciso, portanto, me aproximar de uma prática psicanalítica que se relacionasse estruturalmente com a política e a cultura, que levasse em conta os lugares de fala de todos os envolvidos, uma dimensão sociopolítica de ser sujeito no mundo, de ser adolescente nesse recorte, recuperando mais uma vez o reconhecimento das pluralidades: adolescênciaS, juventudeS. E se eles reivindicavam um lugar de cuidado, de intimidade, de partilha do secreto, eu precisa pensar como me aproximar da dimensão sociopolítica desses afetos.

Em Rosa (2016) encontrei subsídios para pensar esse trabalho, juntamente com os parceiros teóricos e suas produções coletivas, já bastante recuperados nesse texto até aqui. Lacan, no Seminário 14 (A lógica do Fantasma) afirma: “O inconsciente é a política”. Penso que aqui ele faz uma provocação num caminho próximo ao que Freud (1856/1939) faz em Mal-estar, nos convidando a reconhecer as facetas sociais que nos constituem inconscientemente e que dizem do desejo. Convida pensar como o olhar para o inconsciente no trabalho clínico nos remete imediatamente a pensar um sujeito político. “Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade da época”. (Lacan, 1998, p. 322).

É preciso, portanto, de uma *psicanálise implicada* para esse trabalho que segundo Rosa (2016) se refere a um processo investigativo de compreender a demanda a partir da escuta e no qual o processo interventivo e o cuidado estão articulados, análises implicadas com a transformação de condições sociais que produzem sofrimento em sujeitos que tem seus direitos violados. No contexto desses adolescentes, inserido num laço social de inúmeras violações, seria importante pensar que “(...)uma psicanálise implicada não é

específica para adolescentes (...) mas diz por meio das experiências deles de um modelo de laço social que usa as violências como estratégias de poder.” (p.30) em que “(...) a invisibilidade dos conflitos gerados no e pelo laço social recai sobre o sujeito, individualizando seus impasses, patologizando ou criminalizando suas saídas.” (p. 24), visibilizando que “(...) são outras modalidades de violência que ficam mascaradas em inúmeras questões sociais, como nas situações de miséria, sempre acompanhadas de um processo histórico de exploração e de humilhação” (p.26).

O caminho seria oferecer espaços em que a escuta de ser adolescente, morador de uma palafita, negro, pobre, tenha lugares sociais que precisam ser historicizados, como também a emergência da escuta dessas angústias e do sofrimento sociopolítico. “Historicização dos laços sociais em dados grupos sociais, o que se dá pelo resgate da memória na e pela experiência compartilhada, com o que a psicanálise contribui”. (Rosa, 2016, p.29).

Esta parecia, portanto, uma estratégia de cuidado que reconhecia uma dimensão sócio-política do sofrimento e que, nessa escuta, se deslocava do saber individualizante e colonizador, para um reconhecimento de um sujeito inserido em um laço social. Para Rosa (2016, p. 22):

“O sujeito não é indivíduo justamente no ponto que o singular de seu desejo escapa de uma conjuntura que busca determiná-lo e exercer seu poder no escuro das relações. Nesse ponto do laço social comparece a política que rege as relações sociais e em contraponto a ética e a política da psicanálise.”

Isto é, estar em um espaço coletivo de escuta e elaboração, um espaço clínico no qual o trabalho analítico não se insira numa dimensão narcísica da experiência, mas que permita ao sujeito “deparar-se com o desejo que o causa, desejo esse inserido e significado de certo modo no campo do jogo relacional e suas determinantes históricas, culturais e políticas” (Rosa, 2016, p.22). Ou seja, uma clínica política como uma estratégia de intervenção nos grupos de adolescentes, ciente da necessidade de desconstruir uma lógica privatista e intimista, que propõe intervenções nas dimensões sociais e institucionais, com vistas à ocupação do espaço público.

Quando recuperamos os psicanalistas que foram pensar a psicanálise para os sobreviventes da guerra, vejo embriões de uma clínica política como esta. Como Rosa mesmo afirma, seguimos sobreviventes de uma guerra sem nome, em que esses

adolescentes seguem invisibilizados por um recorte de classe e um recorte político. É necessário reconhecer que “as condições *normais* do capitalismo são os primeiros agentes traumáticos” (Kehl, 2016, p. 10) e que esses sujeitos excluídos e marginalizados acabam por se encontrar desamparados pela falta de recursos institucionais (familiares, escolares, culturais e de saúde), para elaborar os acontecimentos traumáticos e, como a autora mesmo afirma, essa “falta de elaboração produz efeitos de dessubjetivação” (Rosa, 2016, p.48).

Ao construir minimamente no Instituto Camará Calunga um grupo que pode significar a constituição de um espaço de ancoragem, esses adolescentes acabam por conseguir enunciar um pedido para olhar para esses contextos e falar deles. Se o cerne da subversão psicanalítica está em não desenraizar o sujeito do seu tempo, seria a saída para esse convite “(...) despotencializar a violência para retomar o lugar do sujeito na cena” (Rosa, 2016, p.70)” num investimento de coragem para assumir todos os contrastes e distanciamentos na produção de um comum – uma comum-idade – em diálogo e escuta recíproca.

A política se apresentaria assim, aí, em duas faces: não somente como poder e domínio sobre o sujeito, “mas também como a ação no espaço entre as relações, ou seja, aquela que tem no horizonte a produção do comum. A condição do comum é sustentar um lugar vazio como um espaço que possibilita a criação. O comum e as formas que tomam a comunidade são as inscrições das construções que se fizeram em torno desse vazio” (Åleman, 2013 *apud* Rosa, 2016, p.23).

A experimentação desse espaço e fortalecimento dessa metodologia de escuta clínico-política, ainda aliada aos processos e contribuições de minha parceira de trabalho, e suas sensibilizações corporais, suas análises de grupo a partir das posturas, dos corpos e não somente das vozes, foram encontrando nas intervenções psicanalíticas clínico-políticas um desenho de metodologia de pesquisa que ajudasse a compreender melhor todo esse processo, que resulta neste texto de dissertação.

“Intervenções psicanalíticas clínico-políticas trata-se de um campo epistemológico ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e violência que abre inúmeras questões. É a prática psicanalítica possível com aquelas pessoas que passam por experiências de sofrimento e luto – muitas vezes luto impedido

ou negado – provocados por situações sociopolíticas ou econômicas insustentáveis. O ponto de partida do atendimento é o sujeito em sofrimento que nos faz interrogar sobre as condições necessárias para atendê-lo do modo que ele pode se apresentar naquele momento”. (Rosa, 2016, p. 31)

Partindo dessas concepções teóricas, apresento no próximo item alguns sujeitos dessa pesquisa, por meio de narrativas/histórias. Cada narrativa interlaça a trajetória de dois adolescentes e elas foram escritas tendo por base os cadernos escritos por eles, com suas experiências cotidianas e também as crônicas produzidas pela cronista do grupo. Contribuem ainda para isso as discussões dos grupos realizadas por mim e pela minha colega de trabalho, durante todo este período.

Escutatórias e Trajetórias

*“Vocês me veem aqui e não sabem o que eu passo na minha casa,
com a família que eu tenho e naquele lugar que eu vivo.*

*Eu preciso vir aqui. É importante para mim,
senão eu não aguento a minha vida.”⁹*

(Fala de uma adolescente. Grupo Operativo)

Quando pensei na metodologia dessa pesquisa, queria forjar dispositivos que me aproximassem ainda mais das experiências que as meninas e meninos vivem diariamente em seus territórios. Algo em mim supunha que algumas questões não apareceriam nos grupos operativos, por serem muito íntimas, e que estas precisariam de algum dispositivo que pudesse facilitar a expressão ou enunciação disso. Suposição que foi desmontada pelos adolescentes durante o processo, por eles compreenderem o oposto disso.

Logo no princípio reconheci que havia ali uma resistência deles em fazer os cadernos que pensei enquanto resposta a esse problema. Eles se interessavam mais pelo dispositivo do grupo do que na escrita de suas experiências individuais, por mais que reconhecessem que a depender dos encontros não se sentiam à vontade para falar tudo que pensaram ou gostariam de falar.

No começo, desconfiei que havia uma resistência a escrever e que talvez o uso de gravadores pudesse ser mais eficaz nesse caso. Mas ao longo do processo, reconheci que não necessariamente estava no fato de escrever o problema, mas sim no fato de que, ao escrever no seu caderno pessoal, havia uma individualização deste problema e ainda com nome e sobrenome do “dono” dessas questões. De toda forma, essa resistência aos diários acabou por ser recuperada no próprio grupo ou em conversas anteriores ou posteriores ao grupo quando me procuravam separadamente.

Fui reconhecendo ao longo do tempo que a estratégia de compartilhar, principalmente as angústias e dificuldades, passava por não quererem deixar marcado ali

⁹ As sentenças em *itálico* neste item farão referências literais às frases e trechos escritos nos cadernos de experiência que os adolescentes sujeitos da pesquisa escreveram. Optamos por não fazer distinção de qual adolescente, nem de citá-lo nominalmente, em acordo coletivo com os mesmos. As frases que compõem as narrativas que não estão em *itálico* são uma produção escrita do pesquisador inspirado nas escritas dos cadernos, mas sem transcrição literal.

no caderno aquilo que foi vivido. *Quando a gente escreve, fica aqui no caderno pra gente ler sempre. Eu não quero nem você nem eu lendo isso sempre, entende? Então não vou escrever nada sobre hoje. Na quinta-feira eu conto.*

Bastante, reconheço eu, passava pelo fato de que o grupo operativo foi se fortalecendo enquanto um espaço de circulação de palavras, de discursos e de elaboração de acontecimentos traumáticos entre, principalmente os seus semelhantes, apesar de reconhecerem em nós uma figura de suporte e escuta. E também passava por um lugar em que eles assumiam os distanciamentos sociais entre a minha experiência de vida e a deles e recusavam qualquer que fosse um espaço em que pudessem se sentir como objetos a serem estudados ou assujeitados.

Interessava para os meninos se precaverem de qualquer possibilidade de deixarem marcados relatos que espetacularizassem seus sofrimentos – *e se alguém rouba esse caderno? E se alguém que eu não quero que leia, lê? Aqui no grupo eu confio.* Uma fuga àquela posição de que já viveram, quando as violências a que estão expostas servem “para saciar a curiosidade do outro, que passa mais por uma exposição do sofrimento para o deleite do outro, ou da exibição pelo grotesco - como se vê, frequentemente, na televisão”. (Rosa, 2002, p. 11).

Assim sendo, pensei enquanto estratégia a criação de narrativas que compusessem os elementos e também, claro, os trechos trazidos pelos adolescentes em seus cadernos, mas cuidando bastante para que se um leitor qualquer desse trabalho estiver em uma posição de simples curiosidade sobre o sofrimento do outro, ele não encontre saciedade nessas linhas. O que eu entendo aqui como um jeito de não cair numa relação de subordinação entre classes ou grupos sociais, a partir de uma falsa escuta, mas reconhecer os lugares aos quais falamos e colocar a dimensão ético-política como primeiro plano, assim como recomenda Rosa (2016).

O grupo constituído com a tarefa de cuidado coletivo e de escuta das vivências dos adolescentes foi também influenciado e atravessado pelas necessidades e interferências da instituição, seja pelo seu cronograma de formação, de eventos, de viagens.

No espaço deste grupo operativo foram vivenciadas cenas de escuta, de diálogo, de conflito, de circulação de palavra e de análise sociopolítica das vidas e territórios dos adolescentes, a fim de oferecer subsídios de leitura e instrumentos de análise na formação

para o ativismo político dos adolescentes, entendendo o ativismo enquanto uma posição de enfrentamento à violação de direitos, leitura crítica do mundo e de organização de luta pelo direito de exercer os seus direitos sociais.

Todas as referências à situação de grupo descritas ou mencionadas, foram realizadas nesse espaço e por mais que eu tenha tentado fazer uma separação na análise dos escritos, individuais ou coletivos, o grupo tomou uma dimensão que transbordou e se tornou o sentido primeiro e de maior importância desse trabalho.

Como subsídio para este trabalho está principalmente o trabalho do psicanalista Pichon-Rivière (2005) e as metodologias aprimoradas e desenvolvidas pelo psicanalista Jorge Bróide e também por Emília Bróide (2016). A dinâmica do grupo e as produções dele são analisadas a partir das crônicas produzidas pela estagiária, como também por transcrições de frases anotadas com consentimento dos adolescentes ou ainda por percepção e experiências do pesquisador e da educadora que era referência do grupo.

Desde o primeiro convite feito pelos adolescentes a um espaço de escuta e de conversa próprio, o grupo foi o dispositivo mais validado e reconhecido por eles. Ao longo de todo o processo de formação do Coletivo Co-Gestor, muitos encontros coletivos com a intenção de se produzir grupo foram realizados.

Alguns dos adolescentes que pensaram esse grupo não o sustentaram até o final da produção dos dados da pesquisa: houve entradas e saídas, flutuações, ausências e também presenças assíduas em todos os encontros. O recorte era uma roda de conversa, com duração de 2 horas aproximadamente, em que os adolescentes, reconhecidos como co-gestores, se reuniam para falar de si e de suas experiências formativas.

Por serem sujeitos da pesquisa e ao mesmo tempo serem responsáveis pela co-gestão da organização, alguns adolescentes deixaram ou foram afastados da função (e conseqüentemente do grupo) e outros adentraram ao grupo quando este já tinha um processo iniciado. A pesquisa respeitou as decisões coletivas do grupo e da organização nessa flutuação por entender-se exatamente parte dessa dinâmica, e por reconhecer que esse dispositivo tinha de ser analisado a partir de todas as interferências reais dos sujeitos que o compunham e da organização que os abrigava.

Sem mais delongas, as narrativas:

Vai passar sempre pela mulher que sou.

Ela se remexe, sentada: olha para os lados e deseja outro dia que não esse. Colada em suas costas, a camiseta denuncia o calor da noite. É terça-feira e nem parece que seja. Queria dormir sem roupa. Não queria os olhos em cima de si. Nenhum olho masculino, nenhum olho outro, só o seu em si mesma, só alguns metros quadrados privativos. Ainda não tem, mas está no caminho para ter, pelo menos é o que diz. Quer pelo menos um espaço para ser mulher assim, de um outro jeito, mais livre. Mas ainda não tem. Os pés tocam o chão que, por falta de sorte, nem gelados estão - tem duas frestas em que um sol tímido entra pelo quarto. Esfrega os olhos e pede, por favor, lá dentro de si, pra ninguém falar com ela. Olha o espelho e tem de cuidar dos cabelos que tem dito todos os dias que não gostam de ser assim, impostos, alisados. Ela também não gosta e não está pronta, mas há tanto para mudar e tem de ser uma coisa de cada vez.

Antes mesmo de estar desperta tem a irmã para acordar que, claro, faz drama, não quer, quer mais é voltar a dormir. Tem de acordar, tem escola pra estar e, ainda pequena não sabe que tudo só vai piorar quando crescer. Tem leite, mas não tem café porque ela mesma decidiu não fazer. Acorda, menina, que ainda tem o seu cabelo pra gente acalmar. Enquanto prende o cabelo da irmã, pensa em outras prisões. Os meninos dormem na casa, enquanto ela penteia cabelos. Veste o uniforme, deixa a menina linda. Pequena com a mochila nas costas, leva a irmã à escola antes mesmo de se cuidar direito. No caminho olha a irmã observando tudo com seus olhos de criança, ela, entretanto, só consegue prever que tudo só vai piorar.

Volta, acorda, se troca, se arruma. Pega o livro que está lendo. A capa tem duas pessoas brancas que quase se beijam. Por um momento olha com inveja aquela capa. Parecem livres. Bolsa, mochila, uma faixa colorida na cabeça. Avisa a galera, pelo celular, que está indo, e não vai esperar os atrasados. Odeia atrasos. Combinado é combinado. Sobe a rua com fones de ouvido: no som consome o que ninguém espera que ela faça. Ali toca MPB. De repente, deu pra gostar disso, desde que começou a ler mais. De calça jeans, uma mochila nas costas e sabendo que o dia será longo, ela caminha bons quarteirões até o ponto da lotação. A rua cheia de cicatrizes, o *allstar* que toca o chão que também vai se empoeirando.

Na lotação, faz o esforço de se transportar. Odeia o cheiro. Odeia a luz. Odeia o pó que a van carrega. Odeia a conversa, o grito, as várias exclamações. Odeia a ponte que quase cai toda vez que a lotação passa por ela. Odeia os urubus no caminho. Fita o olhar numa senhora, de pé, negra, gorda. Uma gota de suor que escorre pelo seu pescoço. Sente raiva por ela, sente vontade de mudar por ela.

De repente se escuta, se olha, se admira. Parou para pensar que tem amadurecido esse ano. No caminho, pensou que aquela cena e aquela raiva solitária podiam ser algo que pudesse escrever no caderno. Do tanto que as coisas têm estado tão simples e tão complexas, do tanto que parece que tudo vai piorar ao mesmo tempo que pensa que pode melhorar, afinal é por isso que tem bancado de fazer tantas e tantas coisas. Não está fácil, mas vai melhorar. Será que vai?

Como que em um clique qualquer, que ninguém sabe quem deu, ela se sente forte, ali, de repente, sentada na lotação, quase chegando no Camará para o Cogestor. Se sente confusa. – No próximo, desce! – ela grita ao motorista para avisar que vai descer. Desce com um sorriso no rosto, se amando, assim de repente. Na esquina tem uma árvore verde. Uma sombra. Alguns amigos. De repente parece possível saber que vai melhorar, mesmo não sabendo como. Será que tem alguma atitude possível pra lhe libertar?

Do calor que sentia, de repente refrescou. Desistiu de escrever a cena no caderno quando compartilhou com no grupo algumas horas depois. Para a escrita ficaram as seguintes palavras: *Eu sou uma menina que gosta de coisas redondas e também pontiagudas, gosto de leão e também de porco-espinho. Tenho dificuldade de me expressar e solto piadas as vezes ácidas. Espero que no futuro eu tenha orgulho de quem eu sou agora.*

Do outro lado da cidade, o sol não é tímido coisa nenhuma, para outra menina que acorda de manhã com o mesmo destino: o encontro do co-gestor. Na janela da sua casa, tem duas madeiras que tapam de uma maneira bem porca pro sol para ele não entrar. Já empenou a madeira, já tá tudo uma bosta, ela mesmo disse assim que chegou ao grupo: *o sol é mais teimoso que eu, vai vendo.*

Aquele dia acordou irritada com a vida. Cansada de estar cansada. Cansada da gritaria e de não dormir direito e não vai para escola hoje porque está cansada também da

escola. Na sua casa tinha pão de ontem, e não comeu não. Ela nem sabe que ontem é esse. Não tem gás pra fazer um pão quente pelo menos, na frigideira. No co-gestor tem frigideira e se abusar mortadela. Ela bota um short e uma blusinha. Prende os cabelos pra trás, põe um batom. Enquanto toma café, sentada com os meninos do co-gestor, ela diz assim: *acordei linda hoje, né não?!*

O calor é em tudo que ela pensa. Meu deus, que calor. Saiu cedo de casa, chegou mais cedo que todo mundo. É porque logo se deu conta que as irmãs não acordaram para a escola e se ela já não vai embora antes de alguém acordar, ela tem que aprontar e levar pra escola e tudo mais e daí vai se atrasar de novo pro co-gestor. Hoje não vai cuidar de ninguém, não vai arrumar ninguém, não vai nem voltar tão cedo. Pega o celular, bota no bolso. Tropeça na porta e quase que cai. Segue a trilha das madeiras em cima do mangue. Ela mora lá na última casa, tem uma vista muito bonita, mas é cheio de mosquitos, já logo te avisa. Mas de lá dá pra nadar na maré, é só pular.

O povo que vai lá pela primeira vez morre de medo das tábuas quebrarem e eles caírem na maré. Ela não, ela já sabe como é, já sabe onde botar o pé pra pisar, anda por ali, nas tábuas finas e curtas e se imagina mesmo é numa passarela. Tem gente que tem medo, ela mesmo desfila por aquele lugar. Passa e fala oi pra geral, cumprimenta todo mundo com sorriso no rosto. – Mas você não estava irritada com o calor? Perguntam os meninos. *Eu tô irritada mas por fora estou linda, desfilando na palafita* – ela diz.

Andando até o ponto de encontro, não encontrou ninguém por lá. Mais uma vez ela se atrasou. Claro que ficou pra trás e já vai chegar brigando com geral porque não esperaram por ela. Chegou depois, suada, cansada, irritada. No caminho, pensou tanto em si mesma. Não mais na passarela das tábuas, mas no asfalto. Veio caminhando em silêncio. E também em tristeza. Sente de uma tristeza que não sabe qual é. Nem de onde vem. No grupo, comenta assim: *Um dia eu só quero sair daqui desse lugar.*

No braço, duas marcas de corte que ninguém tinha notado até aquele dia. É burrice, ela diz pra si mesma. Está cansada e triste. Como se estivesse de ressaca. Mas dessa vez não é de bebida, é ressaca de viver desse jeito. Quando provocada de porque faz isso, responde: *Tem dias que dá vontade de mandar todo mundo ir tomar no cu.*

Vai passar sempre pela mulher que sou foi uma tentativa que encontrei de aproximar as histórias de duas garotas que partem de lugares muito diferentes e, ao mesmo tempo, muito semelhantes, e se encontram ali no nosso grupo co-gestor. As narrativas que construí a partir da convivência com elas, seus relatos e escritos tentam trazer elementos que me parecem importantes e ilustram a dimensão sócio-política do sofrimento. Trata-se de dois lugares de existência, duas meninas ou duas mulheres atravessadas por diferentes violências e recheadas de infinitas vidas. Duas meninas que carregam marcas de existir como mulheres negras nas favelas de São Vicente.

Construí essas narrativas me baseando nos encontros que tivemos e nas poucas linhas que elas escreveram nos cadernos. Ambas, por várias vezes chegavam ao grupo com o caderno na mão. Dentro dele, poucas linhas escritas, mas cheio de folhas soltas com pensamentos e experiências também trazidos no papel. Essa era uma semelhança que me chamava a atenção. Elas escreviam para si, não para o caderno. E as folhas soltas talvez carregassem mais importância que as linhas fixas do caderno. Poucas as vezes os cadernos foram entregues para que eu pudesse ler. Quando sim, elas retiravam as folhas soltas. Uma ou outra folha solta vieram juntas, não sei se por descuido, ou para aparentar um descuido. Essa foi uma semelhança das duas meninas que me fazia pensar na dimensão do preso e do livre, tão presente em suas histórias contadas e suas rotinas relatadas. O que estava solto, ficava com elas, como que em um objeto transicional.

De toda forma, a semelhança das folhas soltas e o teor das rotinas contadas ou escritas, mesmo que com poucos detalhes no caderno, me convidam a aproximar essas duas histórias no processo de construção desse texto. Em ambas experiências, me parecia comum a tensão do preso/livre, do cuidar/ser cuidada e do sorriso e esperança/raiva e a tristeza quando liam suas realidades, assim como a violência sofrida no cotidiano transferida ao próprio corpo por automutilação que acompanha vários jovens no contemporâneo. Ambas as histórias trazem uma dimensão do desamparo e das estratégias de buscar ferramentas que as tirassem dessa condição de sofrimento.

Essas situações me remeteram a pensar como se dá essa experiência de desamparo, em um contexto comum às duas meninas, mesmo vivendo em territórios diferentes – mas que também é comum a outras e outros do grupo. Compreendo essas narrativas, que construí tentando colocar detalhes e simbologias que elas traziam, como uma expressão da condição de desamparo - porque entendo que o exercício que as meninas fazem ao contar suas trajetórias e a dividi-las comigo e com o grupo tenha sido

um recurso que encontraram para não produzir condições traumáticas nelas, mesmo que muitas vezes tenhamos identificado coletivamente como isso já se estabelecia.

Falo aqui de desamparo e condição traumática a partir de Freud (1856/1939) que afirma a condição traumática enquanto um excesso de tensão vindo do exterior, aliado a uma falta de recurso no sujeito para responder a tal excesso. Essa falta de recurso gera o que vamos chamar desamparo, e no caso dessas narrativas, de um desamparo social, que seria um impedimento ao “acesso efetivo aos recursos institucionais organizadores da vida social (saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, etc.)” (Rosa, 2002, p. 1).

Muitos dos sentimentos que as adolescentes relatam estão nos detalhes dessa narrativa e dizem desses organizadores sociais citados por Rosa como lugares ou situações que identificam um certo desamparo – a dimensão da moradia, a dimensão da violência, da relação público privado, da questão de gênero, corpo, negritude.

Reconheço que há nesses versos uma dupla exposição a esses desamparos: “(...) por um lado, a constante exposição a situações de violência; por outro os recursos sociais, institucionais e subjetivos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos, promovendo efeitos de desobjetivação” (Rosa, 2016, p.48), quando conotam, por exemplo, uma durabilidade extensa de sensações como a dificuldade, o cansaço, pensando que a vida no geral somente vá piorar. Quando chegavam ao grupo sempre no tom da reclamação e do reconhecimento das dificuldades, me levavam a pensar com eles como os recursos e as saídas para essas situações não estavam tão claros para todos, ou até mesmo pareciam irreais.

As meninas trazem em seus diários marcadores sociais de gênero, de classe, de etnia que se inserem de maneira traumática em suas vidas e que vão exigindo delas mecanismos de leitura e de elaboração, que muitas vezes elas não sabiam ou não tinham como operar.

Quando uso o sol como símbolo nas suas narrativas, por exemplo, escolho a partir de suas escritas: ambas trazem o sol, mas o tratam de maneira diferente. O sol aparece como símbolo de uma convocação a enfrentar situações dolorosas ao acordar: não espaço, suas obrigações enquanto mulher, sua casa ou barraco precários. Se, em uma, o sol timidamente faz com que ela se perceba suada no calor de uma noite dormida e a confronte para a sua não privacidade de mulher para poder dormir segura, na outra, o sol é aquele que violentamente diz que ela, em sua casa, não tem nem o direito de se esconder

ou entristecer. Ambas acordam na violência do raio de sol. Que também é aquele que denuncia a vida, o nascimento do dia. Uma contradição típica de suas vidas, me parece, a existência e a morte, o querer viver e a sensação de que pode melhorar, e o querer morrer quando tudo parece que só vai piorar.

Sawaia (1999) vai dizer que os processos de violência e exclusão não têm uma única forma e que a exclusão pode afetar o sujeito por meio de diferentes estratégias e artimanhas. Aqui, na construção dessa narrativa, uso o sol como um símbolo que evidencia os efeitos dessa exclusão, porque ele nasce para denunciar as precariedades de suas vidas.

Nas narrativas, também aparece o caminho que fazem até o Camará, assunto de muitas das conversas, como elementos violentos ou muito provocativos todo o tempo. De maneira sutil, tento colocar os detalhes como símbolos das experiências que elas trazem em todo esse processo. Uma delas sai de casa no horário combinado, já a outra atrasada – de um lado uma menina que responde às condições de violência com traços de maior controle, por outro, aquela que tem uma organização familiar que coloca ainda mais dificuldades em cumprir com a pontualidade, por exemplo.

As ruas cicatrizadas ou a passarela da palafita, os brancos quase se beijando na capa do livro que uma delas lê, o caminhar solitário ou aquela que cumprimenta a todos no caminho estreito que faz. Enquanto fazem esses trajetos, muitos são os símbolos que dizem e marcam seus lugares sociais.

Os sorrisos que dão, as raivas e tristezas que sentem são similaridades que têm nesse caminho, apesar de terem rotinas tão diferentes. As obrigações que tem ao cuidar das irmãs e irmãos ao passo que querem dizer que querem ser cuidadas, ambas terminam, em suas narrativas, no encontro coletivo onde é possível se reconhecer ser uma pessoa dentro desses espaços.

Nesta obrigação do cuidar, mesmo que não queiram, as meninas já estão submetidas a uma função social de prestar serviços às crianças da família. Assumindo as funções da maternagem com os irmãos mais novos, ou ainda com os irmãos mais velhos homens, para que suas mães se dediquem aos trabalhos remunerados e, nesses casos específicos, precarizados.

Outro processo de dessubjetivação apontado por Rosa (2016), que trago como símbolo na narrativa, é a relação da adolescente com seus cabelos, e também com os cabelos da irmã. Quando diz de uma prisão dos cabelos, parece que aponta uma história (que não é só sua) de aprisionamentos, aponta também para o afastamento da valorização dos traços e ancestralidades negras no seu corpo, para uma imposição diária de beleza e padrão que é submetida violentamente, todos os dias, para uma transformação embranquecida. Esse vai aparecendo como um de seus dilemas e dificuldades no grupo.

Seu cabelo não é seu, não diz da dimensão do seu desejo. O marcador social da negritude é o tempo todo presente desde que passam a se reconhecer como uma menina negra. Os cabelos aparecem como espaços de (des)conhecimento e mostram que essa relação diz de lugares sociais que acarretam não em sofrimentos privativos ou individuais, mas uma ordem política. Ordem esta que submete mulheres negras a estratégias violentas de esconder ou transformar e mascarar suas ancestralidades. Rosa contribui (2016, p. 48): “Ou seja, aliam-se aos inúmeros tipos de desamparo a falta de um lugar no ideal social e a perda de um discurso de pertinência.” Ou seja, há uma representatividade que lhes foi negada, mas que quando reconhecem essa diferença que as marca e ressignificam-na como um outro lugar de existência, em afirmação coletiva, passam a romper lenta e progressivamente com essa sensação de não pertencimento.

Vou identificando que, ao passo que ambas vão reconhecendo suas condições (seja de imediato numa fala no grupo ou em um início de processo de leitura crítica a partir das trocas que fazem), um processo de elaboração deste lugar de subalternização começa a ser visível, mesmo que ainda não tenha acarretado em mudanças práticas na realidade. E essa é também uma perspectiva que tento trazer para a narrativa, quando titubeiam entre ler criticamente suas realidades e ao mesmo tempo atuam sobre ela, quando reconhecem que amadureceram no processo ou querem falar disso no grupo. Há, portanto, junto com a elaboração das condições de opressão uma sutil mudança de posição subjetiva dessas meninas, de apassivadas diante tanta violência para um olhar mais crítico, histórico e ativo no sentido de não mais aguentarem tudo tão calada e de forma naturalizada.

O desamparo que aparece em suas trajetórias não me parece ser somente um desamparo social, mas também um desamparo discursivo, que evidencia um lugar de resto no discurso social (Rosa, 2016), que trago como simbologia nos cortes que ninguém nem vai notar, aliado a uma culpabilização de seu lugar social. A outra menina, quando

senta na van, se culpa por ter de estar nessa posição, apesar de saber com clareza que não a escolheu para si. Sua solidão no trajeto, por não gostar de atrasos, faz com que ela ainda assim conviva com outros atrasos de ordem política (que ela identifica por meio da raiva): o do acesso às políticas públicas que deveriam assisti-la, por exemplo.

Não à toa, ela não gosta dos atrasos, desde o atraso da real transformação de lugar de mulher negra que ocupa, até o mais simples, como o do relógio. Ao viver esse desamparo político, que vai observando nesse trajeto, inclusive ao perceber que não só ela, mas muitas como ela estão submetidas, a menina vive o seu silenciamento quando odeia todas as coisas que se relacionam com seu trajeto ao mesmo tempo que reconhece como essa sua raiva é produzida e faz a leitura crítica da situação, aparecendo na narrativa como ela mesmo faz um elogio à sua “maturidade”.

Rosa (2016) diz que, muitas vezes, o desamparo social vivido pelo adolescente “(...) é inteiramente culpabilizado por sua condição social plurideterminada. Sem endereçamento possível ao Outro.” (p. 47). E esse desamparo leva ao silenciamento do sujeito: “o sujeito silencia, sendo lançado ao não senso e à dificuldade de reconhecer, ele mesmo, seu sofrimento, sua verdade, seu lugar no laço social e no discurso” (Rosa, 2016, p.47). Nos pensamentos que passam pela menina na lotação, ao observar a mulher negra do seu lado, ela sente raiva, mas logo em seguida reconhece em si maturidade. Ou seja, ela vai transitando, nesses pensamentos, em culpa e pertencimento, numa postura individualista quando se percebe em um processo bastante individual e distante daquela mulher que observa, ao passo que logo em seguida consegue ler que naquela raiva e desconforto, há uma dimensão sócio-política do seu sofrimento, o que a aproxima da mulher.

Situação similar acontece quando a outra adolescente, por meio da sua narrativa, nos faz saber que ela segue sorrindo e se achando linda na passarela que criou para si daquele caminho de tabuas sobre o mangue. Da precariedade de sua moradia, um sorriso simboliza ironicamente a dor, a revolta, a fome e o cansaço desse caminho. Ela caminha pela passarela precária, como que em um desfile e segue fantasiando os holofotes que gostaria que estivessem sobre ela para trazer luz às suas questões.

O processo de desamparo que ambas trazem em suas experiências intenta, por meio do grupo, construir uma leitura um pouco mais complexa e política. Ao passo que muitas vezes elas caíam nessas armadilhas da individualização, seus discursos também

vão ganhando enunciação ao irem reconhecendo na própria análise honesta e crítica que conseguem fazer de si, que há recursos e caminhos que podem se constituir em outra saída para a condição traumática em que vivem.

Ocupar os dois lugares, de análise e também de fuga (entre fantasia e realidade), se dividir entre eles, me parece como um mecanismo de defesa para os discursos que convivem nas experiências do Instituto. Por isso brincam, entre o sorriso e a tristeza dos cortes, entre os livros de brancos e os cabelos negros, entre a raiva da van e a maturidade que têm, entre as pontualidades e os atrasos. Mas que parecem chegar num lugar comum: uma árvore de esquina onde ambas as sensações e contradições se encontram para mais enfrentamento de diferenças, mas dessa vez em diálogos.

Duas meninas que acordam confrontadas por uma realidade que não gostariam que tivessem. Não gostariam porque já reconhecem que são realidades de uma violação de direitos sociais. Ambas as meninas não acordam com um outro que as violentam, acordam com situações, efeitos, instituições como, por exemplo, a condição de suas moradias. Elas acordam cientes de algumas faltas. A falta da privacidade, a falta do espaço escuro para sofrer, a falta do tempo, a falta do ancestral ao olhar no espelho, a falta de comida na cozinha para o café, a falta de justiça em relação aos meninos nas mesmas condições sociais que elas.

Ao passo que reconhecem essas faltas, constroem outras possibilidades. Tentativas de encontrar outras posições subjetivas que não aquelas passivas que rapidamente cairão nas lamentações e vitimizações. Sabem que são vítimas de um abandono político-institucional, mas também sabem que não querem nem pretendem ser vítimas de condições cristalizadas de pensamento ou de alienação, e vão construindo pontes e passarelas que as possibilitem existir sob esses paradoxos.

Assim, as meninas se levantam e compreendem que precisam sair de casa para cuidarem de si. Cada qual com uma organização, cada qual com suas singularidades, da mais organizada que odeia atrasos àquela que atrasada tem de ir a pé sozinha. Ambas vão sendo, em cada passo desse trajeto, convidadas a pensar suas posições. Ali naquele caminho, o processo de análise já começou. Na van ou no trajeto a pé, olham para os marcadores de suas diferenças. Ambas querem um espaço de análise e já estão críticas às suas vidas e situações.

Ao passo que também se defendem nessas análises, ao não se assemelhar diretamente à mulher na van que a provoca como uma condição de possível futuro para ela, dada as semelhanças que já tem hoje, ou ainda quando a outra adolescente olha para os cortes que fez em si, como uma fuga para um sentimento de culpa de suas condições – tristes, de alguma forma – fruto de uma condição criada na sociedade de exclusão em que, como afirma Guareschi (2001 p. 154) “é necessário encontrar uma vítima expiatória sobre quem descarregar o pecado de marginalização, ou quase genocídio, de milhões. Essa vítima é o próprio excluído.” Que neste trabalho vamos identificando como sendo os adolescentes periféricos, em sua maioria, negros como elas.

Passear entre a culpabilização individual por suas condições, o sentimento de inferioridade que pode emergir – seu cabelo que é feio, sua casa que não tem comida, seu cansaço, seu atraso, seus cortes, suas tristezas – e as dimensões político-sociais de suas vidas, nas leituras e nas ações que tomam, vão descrevendo um tanto do processo de formação que percorrem no Camará, como também o espaço de encontro do coletivo co-gestor. As análises a que são convidadas na “simples” enunciação de suas trajetórias já fazem um processo de transformação para uma posição subjetiva mais ativa frente a essas condições, porque vão percebendo ao fazê-lo que não só não são culpadas por tudo que lhes desagrade, como também não são meros componentes movidos por estruturas desconhecidas e inevitáveis. Como Rosa (2016, p.29) sugere “(...) que o sujeito não se equivoque nos artifícios do poder nem tome o discurso social como um campo simbólico que recobre por inteiro o real, sem espaço para o enigma”. Isto é, que reconheçam como sujeitos afetados por essas forças, mas não somente resultados diretos delas. Ou seja, nos aproximamos aqui da ideia de responsabilidade social e cada uma das adolescentes pode questionar as malhas invisíveis que as amarram ao lugar de dejetivo, objeto sexual e resto social.

Essas narrativas tentam trazer as trajetórias dessas meninas e como elas vão se formando enquanto mulheres que resistem, ao passo que re-existem, de outra maneira, em outra posição - em contradições, mas também em lutas.

Des-cobrir é um processo.

Eu não vou escrever nada nesse caderno, já bem aviso. Primeiro que não quero contar nada pra ninguém, eu gosto é de saber, segundo que eu não gosto de escrever então não vou escrever. Ele começou assim já dizendo o que precisava ser dito e a narrativa desse menino não vai passar por uma reviravolta em que ele vai aprender a se expressar no caderno, não vai não. Ele seguirá contando o que escreveria no caderno, mas falando para o grupo, quando se sentir à vontade.

É que ele acordou antes de chegar ao grupo já com um monte de coisa pra fazer, um monte de assunto para tratar, um monte de gente pra ver. A vida do moleque é assim, só tem correria. Não é de agora, sempre foi assim, mas só piorou depois que só restou ele e os santos dele. É isso mesmo, ele segue sozinho. É menino preto, sabe que é, então sabe bem onde encontrar conversa: na gira.

Mas não venha de abraço, carinho, o corpo dele está travado, duro e casca grossa. Não fala de si, mas fala dos outros como ninguém. Todo mundo confia no menino, apesar disso... vai entender. Todo mundo conhece, todo mundo ajuda. Ele é desses meninos que limpam, lavam, passam e cozinham. Cozinha é o espaço dele. É dono de negócios, faz de tudo e se vira, não precisa de muito dinheiro, mas se precisar, encontra. Você pode ficar bem sossegado que o menino se vira. E por se virar, sabe como é, é cheio de rolo.

A comunidade que cria o menino, sempre foi assim. A mãe tá no registro e na urgência, no máximo. Se precisar muito ela está lá, mas é se precisar muito mesmo. De resto, cada um segue como dá. Agora ele já se considera jovem, então ele bebe. Sai todo dia pra comemorar, mesmo não sabendo o quê, exatamente, ele celebra. Nas sociais que vai, ele é quem cuida das parceiras, das amigas. Carrega e leva pra casa. Ele sabe cuidar. Põe o balde do lado da cama e limpa o que precisar. É amigo, companheiro, confidente. Sabe dos segredos de todos do grupo, está sempre na sua zona de conforto. Se quiser tirar ele dela, já sabe, oferece um abraço. Não tem abraço que faz o menino desarmar.

O corpo é um mistério e a mãe que tem não é a mesma do papel. Pelo menos não pra ele. Ele tratou de encontrar uma mãe nas outras redes que fez, nos contatos que teceu. Para além da mãe secreta que tem, onde chora, abraça e tem abrigo ele também vive amores secretos. Proibidos e aceitos. Experimenta o amor: de menino pra menino, de menino pra menina, de preto pra preto, de preto pra branco. Faz café, almoço, dorme

junto, bebe um tanto. Experimenta a companhia e a doçura, desde que no privado, no mais secreto espaço.

No secreto está descobrindo. Compartilha só um pouco. Experimenta. Outro dia escreveu escondido num papel enquanto a gente conversava no grupo: *Estou sozinho, é a pior dor do mundo*. Mas não parece que está.

Não há muito o que ser dito sobre o menino que pouco fala de si. De toda forma, entre essa solidão e as companhias secretas que tem, ele regularmente comparece aos encontros para ter espaço para conversar. Ele gosta de conversar. E parece que todos querem contar, não oficialmente, que ele tem companhia pra dormir e tem mostrado um corpo menos travado pra abraçar. Nas entrelinhas, o grupo quer dizer o que estava escrito no papel dele outro dia sequer: *Hoje eu beijei um menino que eu gosto*.

Do outro lado da cidade, outro menino do grupo acorda na casa que não é dele. E nada naquele lugar é dele. E ele nem queria estar morando ali. Morava em outro lugar, os homens vieram e tiraram tudo e mandaram pra esse lugar onde a vida vai melhorar. Ele não gosta. Lá ele não passava fome não. Não muita. Mas lá agora já era. Esses dias ele escreveu assim no caderno que tem: *de que adianta apartamento se eu não sei viver aqui?*

No co-gestor que participa, esses dias teve que se apresentar de um jeito diferente que não o usual, usou as seguintes palavras: *eu não estou bem e espero que mude bastante coisa*. O menino é categórico quando fala, mas fala pouco, porque pensa bem – pelo menos é o que faz a gente acreditar.

Perguntaram a ele esses dias, enquanto tomavam café, qual era o seu sonho e ele disse que só espera que pelo menos esteja todo mundo vivo daqui pra frente. Aqui, e na rua, onde estão de fato aqueles que ele se importa. É um menino de amigos. Tem um olhar poderoso. Faz uma companhia silenciosa e sorridente. E boas perguntas. E muito mistério.

A gente pode dizer que o menino é palhaço, mas não sabe. De repente, sai de dentro dele personagens. Irrompem personagens. Você não vai estar esperando quando vem dele um ato disruptivo, um corpo que amolece, um olhar que você não mais conhece. Ele brinca com você.

Aprendeu a ser artista na rua, no semáforo, onde conheceu gente que lhe apresentou companhias pra pensar. Ainda está aprendendo sobre isso, mas sabe bem

escutar. Ele só tem treze anos, mas parece ter mais quando decide falar no grupo. Tem um repertório de frases diferentes e esquisitas pra dizer que está com fome. Honra compromissos e não sabe muito bem mentir. Escreveu no seu caderno assim: *Hoje eu não estou passando por boas necessidades.*

Tem caminhado pela cidade pra experimentar. Todo mundo segue preocupado com os silêncios de suas andanças. Na verdade, nem todo mundo. Tem feito outros amigos e bebido em outras fontes. E tem também bebido em fontes alcoólicas, mesmo nos seus treze anos. Tá procurando mudança, de todo jeito, olhando pra todo canto, querendo de todo modo encontrar com as diferenças. Quer saciedade.

Seu caderno de escritas tem mais perguntas do que contos de sua vida, o que anda vivendo por essas andanças. Nos caminhos que procura, que percorre, parece que tem encontrado a si e a outros que moram dentro dele. Estão tentando dizer no grupo, mas nas entrelinhas, que ele anda beijando um menino que gosta.

Na última escrita do caderno assim perguntou: *Hoje tenho só uma pergunta, e aí? Mudou?*

Des-cobrir é um processo foi uma narrativa que decidi escrever com dois dos adolescentes que menos produziram dados escritos nos cadernos, simultaneamente pouco se colocavam pessoalmente nos encontros coletivos que fizemos. Ao mesmo tempo que eram meninos que todo o tempo se comunicavam por meio de expressões corporais, posturas, piadas, ou muitas vezes, com frases escritas que trocavam com outros amigos por bilhetes enquanto os encontros de conversa aconteciam.

Ao decidir escrever três narrativas que trouxessem seis personagens, em duplas, propositalmente escolhi dialogar essas duas histórias e, enquanto escrevia sobre elas, fui tomando ciência, nos próprios encontros, de que aquelas histórias de fato se relacionavam num contexto para além dos encontros semanais do grupo, mesmo que os meninos no começo não fossem amigos, nem morassem no mesmo território.

Em um dos encontros em que conversávamos sobre conflitos que estavam aparecendo entre eles em outros contextos do Camará, foi que decidi colocar em diálogo essas duas trajetórias mesmo que com poucos dados diretos fornecidos por eles. Portanto, é uma narrativa sobre as entrelinhas dos não ditos pelos dois garotos. Enquanto ouvíamos os adolescentes, suas questões e diferenças uns com os outros, natural no processo de grupalidade, começaram a emergir questões que de acordo com eles “não eram coisas do grupo, e sim da vida pessoal”. Essas “coisas” envolviam experiências amorosas e sexuais entre eles, para além dos encontros do grupo. No momento em que começam a expor no grupo as experimentações que viviam uns com os outros em outros contextos, que foram desencadeadas pelos vínculos que fizeram nesses encontros, consegui observar com mais cuidado o encontro dessas duas histórias.

A mobilidade urbana da cidade é um fator que atravessa a vida dos adolescentes, no que diz respeito à circulação entre periferia-centro ou periferia-praia. Esses trajetos são costumeiros aos trabalhadores residentes nesses bairros, mas esses deslocamentos não apareciam nos diários na vida dos meninos, bastante porque eles costumam circular entre Camará, escola e casa - sua escola é regionalizada no próprio território, a sede do Camará fica próxima a esses lugares e eles não trabalham – o que era uma realidade na maioria dos sujeitos da pesquisa. Pelo menos era assim que eu entendia, com base nas experiências contadas e escritas por outros adolescentes. Havia uma ou outra exceção, em que os meninos se encontravam fora da escola, e isso aparecia como uma questão para a equipe do Camará, para tratar de alguma aula cabulada, ou algo do tipo.

Por esses dois meninos não funcionarem na lógica cotidiana da escola (um costumava ir, outro sequer estava matriculado), eles construíram estratégias de circulação dentro e entre seus territórios, por meio de bicicletas e caronas. E, passaram, a partir da relação que construíram, a ser familiarizados um no território do outro e a circular com mais facilidade, conhecendo a realidade, as leis, as regras e as dinâmicas de cada um.

A dimensão da família, da ausência ou do conflito com ela, me parece ser outro fator que aproxima essas histórias. Especificamente, a primeira narrativa apresenta um menino que tem enquanto referência familiar a rede que criou na vizinhança do território e a própria comunidade em si. Sem uma figura paterna presente ao longo da vida e numa relação bastante estrangeira com a mãe, o menino se reconhece sendo criado pela comunidade e, na liberdade que diz ter, criou autonomia e fez escolhas a partir do que considera ser seus desejos.

Minayo (1990) quando apresenta o perfil de adolescentes em contato com a violência assim os descreve:

“(...) suas relações familiares são geralmente marcadas pela ruptura e pelo conflito, pelas dificuldades da transição cultural devido ao fato da cosmologia rural paterna não mais responder à realidade atual. Em seu lugar, os jovens vão reconstruindo com elementos da tradição uma subcultura de classes, marcada pelas contradições e conflitos que vivenciam (...)” (Minayo, 1990, p. 288)

Essa me parece uma realidade muito próxima à experiência dele. Ao passo que deixou de ser criança, a escola aos poucos foi deixando de ser um lugar de sentido, pois se tornava cada vez mais um espaço violento pelas brincadeiras maldosas, pelo “desajuste” com a sexualidade ou os trejeitos que acarretavam em perseguição e exposição. Portanto, deixar o espaço escolar para enveredar em sonhos, relações, paixões ou ainda na procura de trabalho, pareceu ser mais interessante na vida desse adolescente que, num contexto em que não havia nenhuma outra referência adulta, não entrou em contato com alguém que apresentasse uma contraposição dessa escolha de sair da escola de uma maneira mais enfática.

A ausência dessa referência, entretanto, flerta com certa negligência de uma vida que vai se construindo na circulação do território, mas que não tem uma centralidade de cuidado no sujeito, e que esse cuidado organizativo cidadão (alimento, escola, consultas médicas, transporte) acaba por se tornar algo a ser improvisado e resolvido por ele

próprio. Uma experiência que o convoca a responder por si mesmo muito precocemente, e para isso ter de se envolver, a partir da rede que constrói, em improvisos de trabalho para seu sustento. Esse jeito de se organizar se torna um meio de subjetivação, no qual não há disponibilidade ou ferramentas para olhar para sensações, sentimentos e paixões que não de uma maneira rápida e superficial. Sua forma de ler e ver o mundo acaba sendo sempre para imediatamente gerar alguma solução improvisada, mas suficiente para seguir sobrevivendo.

Rosa & Vicentin (2010) vão dizer que o processo da adolescência em si já é uma ausência de lugar social pré-definido, que cobrará por qualificação escolar para entrada do jovem no mundo do trabalho, e em situações em que não há referência de um pai vai colocar o adolescente a mercê da sobrevivência todo o tempo porque ele não só enfrenta a morte simbólica do pai, como enfrenta a possibilidade real, na negligência em que está vivendo. Assim, os adolescentes:

“(...) exigem definições quanto aos valores e regras que adotará, além de saber quem é e o que espera da vida, para poder escolher seu modo de inserção social. Definições difíceis quando a referência ao pai sofre abalos, caído de um pai ideal para um pai mortal, o que deixa o adolescente à mercê não mais da morte simbólica, mas da morte real.”. (Rosa & Vicentin, 2010, p.116-117).

Em outro território, o outro menino que conheceu a equipe do Camará nos semáforos, trabalhando ainda criança, tem uma convivência familiar, um núcleo que se responsabiliza por ele, mas enfrenta um cenário de existência que não passava pela exigência da escola. Não passava porque ela conflitava com a exigência da fome, muitas vezes. Em uma família que vem vivendo uma mudança de organização diária, a partir da contemplação do programa de moradia que os fez migrarem do barraco que viviam para um conjunto habitacional em outro território.

O cenário de viver e de estar com outros amigos e irmãos nas ruas, na apropriação e circulação da cidade pelos seus próprios meios e numa subjetivação pelos caminhos e trajetos é algo que organiza esse menino a partir da liberdade e das relações – afinal, é por meio delas que encontrava subsídios que respondiam à fome e ao reconhecimento e afetividade da família. Conforme a autora:

“Além dos aspectos de mudança no modo de ver o mundo, há um uso competitivo do espaço físico no lar sempre restrito, há pouca possibilidade de

assistência material e afetiva dos pais, pelos baixos salários e condições de trabalho, o que geralmente obriga as crianças e os jovens precocemente a assumirem sua manutenção e, muitas vezes, a da família”. (Minayo, 1990, p.288)

Esse modo de viver, quando numa mudança tão radical para um apartamento, do desaparecimento da rede que tinha de vizinhança e de cuidado, na necessidade de pagar outras contas que não eram necessárias quando em moradia irregular, e numa organização de vida num território ainda mais distante com problemas graves de mobilidade, geram na família e no adolescente a sensação de desajuste completo, além de agravar as dificuldades financeiras e aumentar a convivência árdua com a fome.

Na prática, essa nova casa faz com que o menino deseje a rua ainda mais. Mas tenha de conviver agora com a importância de sua formação e coletividade que encontrou no Camará e no convite cada vez mais claro de retornar a frequentar a escola, agora com outros referenciais. Literalmente, de um dia para o outro, ele tem uma nova casa que lhe exige uma outra vida, sem convite ou preparação, sem processo – o que vai lhe gerar afastamento da família, enquanto responsável por essas exigências, crise, conflito, e dificuldade de se encontrar enquanto sujeito em todas essas mudanças.

“Nessa perspectiva, o adolescente assemelha-se a um imigrante que ainda não encontrou seu próprio lugar. Como este, seu dilema situa-se entre a ânsia identitária, uma identidade social pela qual possa ser reconhecido e que o estabilize no laço com o outro, e a ânsia desejante, que lhe abre novas experiências e possibilidades até então moduladas por promessas de adiamento”. (Rosa & Vicentin, 2010, p.117)

Nesse turbilhão, ele encontra espaço na circulação e nas relações atuais que tem no grupo co-gestor. E passa a investir nelas. E a experimentar outros trajetos. E a encontrar um outro menino que vive desgarramentos, inquietações e desejos pela circulação na cidade. Dali, se ampliará de companhia para amores, desejos, experimentações e introduções amorosas e sexuais. Estrangeiros de suas famílias, migrantes dos e nos seus territórios, experienciam uma relação velada que só é exposta no grupo operativo que frequentam, ainda com muito tato.

De toda forma, no espaço coletivo, ensaiam circular as palavras ou ainda conviver num espaço de pertencimento, onde essa relação, mesmo que ainda não entendida como tal, é lida e aceita com naturalidade. E a partir daí os convida para apropriação,

responsabilização e olhar cuidadoso para ela, para si mesmos e para os outros que os recebem. Como afirmam as autoras, “(...) ao intensificarmos e mobilizarmos nossas redes de relações, podemos tocar o desejo, vetor da cena lúdica e coletiva, de modo a reinventarmos o sexual, o social, o político” (Rosa, Vicentin & Catroli, 2009, p. 65).

Essa relação, que o tempo todo passa a aparecer no grupo de maneira indireta, coloca em análise as relações com os territórios e com as sexualidades, as relações entre eles e as relações intrapessoais com seus desejos e orientações – isto é, suas experimentações amorosas. Enunciam e anunciam reflexões políticas de sexualidade.

Digo que são reflexões políticas porque muitas vezes os conflitos amorosos que apareceram no grupo trataram das questões sociais e políticas que construíam aquelas relações e o quê aquelas relações diziam quando analisadas em suas dimensões sociopolíticas. Não numa tentativa de não acolher as questões amorosas, ou fazê-lo de maneira dura, mas de colocar em análise que dimensões a produziam ou a sustentavam, para pensar que sofrimentos eram esses e porque eles eram passageiros ou duradouros.

A dimensão das experiências amorosas é uma temática bastante importante para os adolescentes e o acolhimento para essas questões aparecia o tempo todo como uma demanda para todos, isto é, como uma questão importante de ser pensada coletivamente no grupo, se nos colocássemos em posição de escuta e com liberdade para que eles falassem de suas questões e sofrimentos.

Neste caso específico da narrativa, essa relação nunca apareceu diretamente, mas as reflexões eram feitas por meios de outras situações (muitas vezes colocados a roda propositalmente pelas semelhanças que os adolescentes já sabiam que tinham com esse caso específico). Tomando essa relação como ilustrativa, neste caso, os meninos circulavam pelos territórios, em suas bicicletas, ou nas caminhadas que faziam, e os sofrimentos que demonstravam ter em suas vidas também ganhavam circulação.

Ambos viviam de maneiras completamente diferentes naquele momento, mas o enamoramento entre eles (que parecia afetar a todos porque colocava em circulação vários dos afetos no grupo) parecia que acontecia porque eles encontravam alívio e suporte no contraste da vida um do outro.

Por algumas vezes, no grupo, a dimensão da paixão ou do desejo sexual por alguém foi aparecendo de uma maneira singular e específica, e conforme íamos

conversando sobre quais sensações eram essas e o que elas provocavam neles, iam aparecendo as dimensões sociais e políticas que estavam diretamente relacionadas ou provocando aqueles enamoramentos.

O lugar da conquista daquele outro, geralmente, passava por uma aproximação do jeito diferente do outro de viver, e de como esse jeito diferente fazia o/a adolescente se sentir. Isto é, de como a atração sexual não necessariamente passava pelas características individuais do outro, mas por aquilo que o outro supostamente preenchia naquilo que o adolescente reconhecia que faltava em si mesmo. E de que, ao perceber, que eu me atraio por uma pessoa porque ela de certa forma responde a uma falta que eu tenho, não importava necessariamente se essa pessoa seria um menino ou uma menina, e muitas vezes, não importava nem a outra pessoa, e sim a resposta que eu estava procurando por algo em mim, as vezes no lugar errado – as vezes não.

Ao perceber as diversas dimensões que produziam os relacionamentos, a experiência homossexual passa a não ser vista como um problema ou algo não-natural, (mesmo que eles e suas famílias sejam atravessados pelos valores heteronormativos e religiosos), porque a dimensão sociopolítica do “amor” leva o grupo a falar e a acolher os sujeitos em suas diversidades e complexidades, não os recortando, não os rotulando – pelo menos não por esse motivo da orientação sexual - e pôde favorecer a construção de outro laço social em que a experiência de ser adolescente, em sua complexidade fosse bem-vinda e desejável.

Aqui escolho apontar essa situação trazendo essa dimensão da sexualidade como destaque nessa experiência específica porque vou entendendo, com o decorrer do processo, que apesar de haver muitas questões que precisam ser olhadas nesses relacionamentos que vão sendo construídos a partir dos encontros do grupo (não só esse caso específico, mas outros que fomos vivenciando ao longo do tempo), essa dimensão da sexualidade só é possível de ser vivida porque as dimensões sociais e políticas dessas histórias se encontram num processo de análise coletiva. E a partir desse momento não vigoram os moralismos, mesmo que seus contextos familiares muitas vezes os convidem para essas posições. E assim, pouco a pouco, foram sujeitos desejantes e erotizados que emergiram no grupo.

Nessas leituras sociopolíticas de existência que vamos fazendo nos encontros coletivos, a dimensão desse relacionamento sempre apareceu de um jeito ou de outro

como uma questão para os meninos, mas não na dimensão da hetero ou homossexualidade, mas nas outras dimensões sociais e políticas que compunham essas e outras relações. Onde expomos as liberdades e prisões, as saciedades e fomes, os controles, disciplinas e desgarras que cada qual tem em suas vidas? Onde encontramos alívio? Em outros sujeitos? Em um relacionamento amoroso? Encontramos sentidos e vislumbramos possibilidades de aliarmos ao outro para uma resposta do que consideramos ser nossos desejos? A partir dessa aliança, inventamos outros mundos possíveis para nós? Ou atuamos nas mesmas faltas?

Nos meninos, cheios de mistérios e silêncios, parecia que encontravam um no outro seu maior desejo naquele momento: vincular-se a uma família que se importe com cada um deles ou que lhe cobre algo ou experimentando a liberdade de viver sem uma. Intercambiando os territórios, encontrando espaço e resposta de suas prisões e inquietações na casa um do outro. No apartamento privado para o menino criado pela comunidade, ou na casa de todos do menino que só queria voltar à sua primeira comunidade. Do desejo de ambos de experimentarem a rua como espaço de subjetivação.

“Assim, falar de sujeito é falar de uma concepção ético-política e não de uma faceta do indivíduo recortado em bio/psico/social. O sujeito é produto e produtor da rede simbólica que caracteriza o que chamamos de social.” (Rosa & Vicentin, 2010, p. 115) e também a sua dimensão afetivo-sexual.

Penso que ao recortar essa dimensão afetivo-sexual para pensar essa situação específica, entendo quão potente pode ser o espaço de análise coletiva de um grupo, cheio de silenciamentos e de não-ditos. Talvez até o momento dessa escrita não pudemos analisar o quanto a produção de alianças e relacionamentos dessa ordem podem ser emancipatórios ou endossar processos de alienação, mas reconheço que ao colocarmos em pauta as dimensões sociopolíticas dos sofrimentos, alguns rompimentos importantes com linhas duras e de moralidades podem ser superados e produzir outras políticas de sexualidades. Como afirma Vicentin (2004, p.23):

“Que os modos de ser e de viver construídos pela juventude sejam rebeliões felizes ou trajetórias de morte, dependerá do quanto o mundo adulto - as vontades políticas, pedagógicas, jurídicas, comunicativas, familiares etc, - for capaz de dialogar com as experiências juvenis, for capaz também de inventar

seus próprios modos de resistir nestes tempos contemporâneos, for capaz de forjar seus próprios mundos”.

Entre solidão e companhia.

Ele se sente sem jeito de dizer qualquer coisa ou até mesmo de abraçar. Mas se comunica com o olhar. Olha profundo, de canto, sem erguer a cabeça direito. Tem um amigo ao lado, que segue também em silêncio. Veste uma bermuda, um par de tênis e um moletom com capuz que usa para esconder a cabeça. Fala pouco. Mistura timidez e mistério. Em seu caderno começou escrevendo assim: *Não tem muita coisa interessante pra escrever aqui. Hoje choveu. Aqui chove todo dia. Só isso.*

Às vezes chove, pouco. Às vezes chove, muito. Às vezes até alaga. Parece que apesar das pessoas que se reúnem ali com ele, ele está sozinho. Parece que se sente assim. De toda forma, há ali com ele outras pessoas que se achegam, com o respeito necessário a quem parece estar tão distante. O dia é triste, claro, ele enterra quem ama. No velório social, nem o direito ao luto é garantido: tem bem poucas horas para cumprir o ritual e depois é o sepultamento. Pobre não tem nem direito de morrer com calma, alguém diz.

Ela era quem ele tinha. Que topava dividir com ele a vida. Ele no quarto, ela no sofá, e ele agora nem sabe se vai é conseguir dormir de novo. Morreu dormindo, ela. Ele está morrendo agora. Parou de respirar. Pelo menos nisso ela teve paz. O caminho agora, para ele, é encontrar outra referência, mas sem esquecê-la porque algo dela ficou nele. Depois de enterrar, claro.

Está bravo, revoltado. Quer é encontrar lugar. Tá desesperado por um lugar pra sentar, para descansar. Pega duas lotações se for preciso para encontrar um lugar. Tem pouca companhia. Tá procurando. Quando dá risada causa surpresa, traz outra feição. Quer matar policial na pedrada ou o que seja, quer só matar. Um por um vingar o que não sabe direito o que é. Tem raiva é da dor. Tem raiva da fome. Tem raiva dessa tal família. Tem raiva de polícia.

Mas namora uma menina aí. Pelo menos isso, né? Daí não precisa chorar mais todo dia. Ou tem mais motivo né, porque mulher assim decidida não é fácil de namorar não. Chorar pelas mulheres, já virou rotina, costuma dizer. A família, coisa que tanto odeia é que mais quer pra si, dois filhos clássicos: um menino e uma menina com o amor da sua vida. Nem parece o mesmo do capuz se o papo é amor.

Certa vez assim escreveu no seu caderno: *O país tá foda. A sociedade tá uma merda. Não tem muito espaço pra ficar sonhando não.* De toda forma, dá para agradecer

por tudo que tem. Levantar as mãos pro céu – seja pra agradecer ou pra atirar, não dá pra saber pra onde essa chuva toda vai escorrer.

Hoje choveu.

Do outro lado da cidade, ela também chora. Não imaginava que estaria ali naquela cena, deitada no chão da sala. Todo mundo falou onde ia dar. Todo mundo falou. A mistura é entre a vergonha de ter apanhado de novo e a vontade de sair dessa sozinha, com a força que sabe que tem.

No fundo também é isso, uma hora alguém perde a cabeça e ela apanha. Os chutes, os tapas, o xingamento de puta. *Eu não tenho coragem de escrever aqui o monte de coisa que eu vivo*, ela escreve no caderno que tem. De toda forma, tia, mãe, amiga, prima, avó, vizinha, todas elas já apanharam de homem e de mulher. Todas elas já apanharam de mãe.

A menina sabe de muita coisa, tem acesso a tudo e tal. Sabe o que é feminismo, aponta os machismos, discute bem o que é a exploração do pobre. Tem ódio do Bolsonaro. Sabe que é foda. Mas todo mundo apaixonou, né? Todo mundo se ilude, todo mundo odeia e todo mundo perdoa. Ela gosta do espaço da conversa, muitas vezes é grossa, mas tem uma doçura no sorriso. Se expõe, fala o que precisa, valoriza demais os espaços que tem fora daquela casa cheia de gente. *Me sinto sozinha apesar disso tudo*, ela sempre fala. E tá escrito também.

Sabe pedir ajuda. As vezes ela odeia a ajuda que está pedindo. Quer alguém pra tirar do chão ali, assim como ela tem tirado tanta gente do chão. Seus sonhos? Ela escreve assim: *quero uma família unida sem stress*. Parece justo, certo?

A verdade é que a vida dela é rodeada de mulheres, poucos homens ficaram. O pai que tanto ama é um deles, ufa!, ele a entende como ninguém. E não é só a vida dela que é assim não, com poucos homens no dia a dia pra conviver. A dela, a da mãe dela, as das irmãs dela. É coisa de família de geração em geração. Só a mulherada reunida. Se cuidando e se abandonando também. Tem de tudo.

Mas ela é muito mais. E tem rede. E recurso. E com quem contar. Do chão da sala pode até ter de levantar sozinha depois da vida, mas na vida, ela sabe como é: Nenhuma a menos. Se precisar, vai mesmo é embora, sozinha e acompanhada. Mas não de homem.

O caminho, os futuros sonhados se tornam incertos. Não dá pra saber onde essa chuva vai escorrer. O curioso é que no caderno dela também está escrito: *Hoje, só choveu.*

Entre solidão e companhia foi uma narrativa que escrevi sobre duas trajetórias que se encontraram por um curioso motivo, a escrita da frase: *Hoje, choveu*. A junção para a construção dessas duas narrativas se deu quando analisava os cadernos produzidos por eles e ambos faziam a escrita de um dia qualquer com a frase com essa descrição tão sintética. Fiquei pensando se aquela escrita teria acontecido no mesmo dia e porque a importância de assim colocar.

Os elementos que aproximam as trajetórias desses dois adolescentes a talvez passariam por mim despercebidos se não fosse chamado a atenção quando no relato que ambos fazem igualmente com a frase sobre a chuva. E daí em diante fizesse a leitura dos poucos escritos que tiveram com um olhar inclinado a essas similaridades.

A cidade de São Vicente, localizada na Baixada Santista, tem como característica ser uma cidade chuvosa, visto sua localização aos pés da Serra do Mar. A chuva, entretanto, não é só um fenômeno climático na vida desses adolescentes. Quando chove, toda a logística de viver um dia comum muda, porque, principalmente, e muito rapidamente, suas moradias e territórios são afetados pelos alagamentos bastante típicos da precariedade da infraestrutura urbana (ou da ausência dela).

A mobilidade da cidade, que se dá por meio de motoristas autônomos em cooperativa através das lotações, faz com que muitos dos trajetos sejam cancelados ou alterados para evitar situações de alagamentos em dias de chuva constante, com pouco ou nenhum aviso prévio. Essa precariedade, muitas vezes, dificulta ou impossibilita os encontros presenciais dos grupos porque não existem possibilidades de saída dos seus territórios (as opções de transporte público deixam de passar por essas regiões porque estão em situação de alagamento, e as opções de aplicativos de carros ou taxis são inviáveis porque os motoristas não costumam aceitar corridas desses endereços na justificativa da insegurança sejam em dias ensolarados ou chuvosos). A partir desse contexto, a leitura da simples frase: *Hoje, choveu* tem um sentido bem mais complexo. Ela não só diz de um fenômeno climático, ela diz de um dia em isolamento. Diz de mais um direito violado: o de circulação e mobilidade pela cidade.

O isolamento, ou a solidão, são questões presentes nas narrativas desses dois adolescentes. Ambos, nos seus relatos escritos ou orais trazem essa dimensão. Entretanto, a partir de lugares muito diferentes, porque dizem de condições familiares distintas em

organização e sensação de pertencimento, ao mesmo tempo que são atravessados por condições práticas muito semelhantes.

A dimensão da moradia, principalmente, é algo que está diretamente presente e, ao longo de um processo de encontros semanais, aparece cada vez mais recheado de complexidades. As distâncias físicas dos adolescentes dessas histórias também refletem os distanciamentos que vivem ou sofrem do grupo, em maior ou menor grau a depender dos arranjos. Muitas vezes, a distância da menina parece não ser somente pelo território, mas também nas relações, bastante porque sua experiência um tanto mais sensível e de facilidade ao expor seus sentimentos implica em um estranhamento do grupo (geralmente, ela aponta a pré-tarefa do grupo ou a defensiva que ele fica em entrar em discussões difíceis ou temas que lhe são espinhosos).

A menina se mostra interessada logo na conversa, e não gosta de assumir tarefas de preparação de espaço ou de organização do mesmo ao final do encontro, ela está interessada é na escuta das suas dores. E de compartilhá-las. E se deixar chorar. E se deixar falar como que se vomitasse o que guardara a semana toda. Essas outras necessidades do grupo que parecem ser o espaço “fora” da tarefa, de acordo com sua percepção, ela não se importa de estar presente. Mas é neste espaço que acontecem também vinculação e integração entre os adolescentes, o que ela acaba não presenciando, por vezes.

O menino, entretanto, faz o caminho oposto. Ao perceber esse distanciamento que tem do grupo, opta por não abrir mão dessas tarefas primeiras ou finais. Apesar de precisar de mais de uma condução de transporte para chegar ao Camará, ele acorda muito mais cedo e costuma chegar primeiro do que todos. A tarefa da preparação do café antes do começo do grupo acaba sendo um espaço onde ele cuida de outros, mesmo não aparentando uma vinculação mais próxima com os outros adolescentes. O espaço do grupo geralmente se faz como um espaço de silêncio e escuta por parte dele, e seu distanciamento parece ser mais explícito aí. Durante muitos encontros se posiciona pouco. Mas começa a se abrir e a trocar com outros meninos enquanto cozinham, fervem água no fogão, preparam a mesa. Ali, nesse espaço, sorrisos se ensaiam e algumas conversas que passam a ser recuperadas pelos outros no grupo ganham enunciação.

Outra semelhança nessas narrativas se faz porque, nas colocações e nos escritos que trazem, ambos têm um tom de rebeldia, de raiva, de revolta. Uma adolescência que

vai sendo marcada por dor e morte, e sentimentos passionais aparecem em frases e sentenças que buscam encontrar sentido para situações tão disruptivas que vivem. Por muitas vezes, nos pegamos preocupados com o tom das frases e dos desabaços que pareciam querer de fato por fim em suas próprias vidas ou na vida dos outros.

Essa veracidade com que traziam as revoltas que sentiam, pareciam dizer de uma busca para encontrar um lugar de ser no mundo, um estar presente com acolhida, marcar-se enquanto sujeito no aqui e no agora. Nessa busca, e ao não encontrar esse espaço, pareciam que perdiam um pouco de si mesmos e de suas possíveis redes de acolhimento e cuidado.

Vicentin (2004, p. 12) afirma que

“(...) para quem vive um cotidiano de ‘ser nada, ninguém’, o esforço de presentificação é imensamente importante (...) Certamente essa tarefa – ‘presentificar-se’ – está colocada como questão para todos os que são tomados como objeto de violência, seja ela repressiva ou doce (as tutelas), mas, especialmente no campo da juventude, dado o lugar problemático e patológico de que esta tem sido revestida, este esforço de presentificação tem sido destacado por muitos estudiosos como um modo singular de subjetivação”.

Este esforço de presentificação que a autora se refere me parece passar pelas duas posições delicadas que ambos vivem no momento de seus relatos escritos. O menino que perde sua referência de família e vive um luto difícil porque se vê diante de uma solidão em casa, sendo menor de idade, e provavelmente com um futuro incerto, em risco de ficar sob a tutela de um Estado que ele conhece ser violento. E a menina que vive entre ser expulsa de casa e morar com outras pessoas por um tempo por conta das relações conturbadas que tem com a família, um desgarrar-se que a faz enfrentar violências do não pertencimento (que lhe é tão importante) e se vê perdida na dualidade de precisar de ajuda e de manter-se no esforço de se virar sozinha, assumindo a rebeldia de não voltar para casa dessa vez, mesmo depois de ter vivido tantas vezes essas “expulsões”.

Ambos, conforme o tempo passa e os encontros coletivos se fortalecem, passam a deixar cada vez mais evidente, por meio das frases que falam ou das poucas escritas que entregam em folhas soltas para que leiamos, o tanto que valorizam e precisam desse espaço como forma de enfrentar essa solidão.

“Colocados nessa zona de indistinção entre lei e vida, entre luta por direitos e violência, o que os jovens querem com as rebeliões?” (Vicentin, 2004, p. 22). Vicentin (2004, p.22) responde categoricamente a essa pergunta no contexto da antiga Febem quando diz que os adolescentes em atos rebeldes ou em rebelião “(...) querem ampliação do poder contratual, de negociação de seus interesses, da capacidade de palavra; saída do isolamento e da submissão; desejo de protagonismo e de participação; enfim, querem reciprocidade.”

Essa é uma pergunta que me faço a todo o tempo, principalmente quando me coloco para pensar essas duas trajetórias. Nos processos que ambos vivem, algo parecia não encontrar sentido lógico quando eu observava os comportamentos tão difíceis e as escolhas que pareciam nada condizentes com os espaços de elaboração que viviam no grupo. As vezes os comportamentos eram tão violentos com os outros que ficávamos em situações delicadas para manejar o grupo, e por outras vezes eram tão catárticos nos choros, ou nos silêncios que todo o grupo se comovia com suas necessidades, e os acolhiam.

Os relatos, muitas vezes, bastante conscientes dos lugares que viviam e sofriam e os posicionamentos que tinham frente as discussões de classe, gênero, política pareciam tão contraditórios aos sentimentos de querer matar, se vingar, ou ainda de culpabilizar as pessoas nas situações que traziam e compartilhavam, atacando o lugar que por muitas vezes os acolhia em suas diferentes necessidades do dia.

A revolta frente às situações de dor e de morte que ambos viviam não parecia para mim algo espantoso, ou descontextualizado, mas sim as saídas que eles pareciam encontrar para isso. E por outras vezes, eles mostravam processos incríveis de elaboração, entrega e vinculação com o grupo, que neste momento é quase que o único espaço de pertencimento que têm.

Rosa & Vicentin (2010) me ajudam a pensar essa relação quando contextualizam o que aparecia ali para mim nessas narrativas. Elas dizem:

“Freud responde localizando a importância da agressividade. Há dois tipos de manifestação: aquelas que tendem a preservar e a unir – que ele denomina pulsão de vida – e aquelas que tendem a destruir e matar, as quais agrupa como pulsão agressiva ou destrutiva. Entretanto, alerta: Não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal. Nenhuma dessas pulsões

é menos essencial do que a outra; os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambos” (p. 115).

O deslocamento para mim acontece quando reconheço importante esse processo de raiva e de revolta, e os vejo como algo positivo e passo a tentar valorizar esses desabafos que apareciam na escrita e nos gestos desses adolescentes. Nessa postura, o grupo passa a acolher a agressividade de ambos, que se expressavam de jeitos muito diferentes, mas bastante marcantes fazendo ampliar as discussões sobre raiva e dor. Muitos dos grupos falaram sobre raiva. Muitos dos encontros falaram sobre dor. Muitos dos momentos foram de revolta e de sofrer junto. Muito lentamente, o caminho coletivo foi sendo descristalizar as possíveis respostas violentas para as violências vividas ou ainda colocar em circulação a palavra entre todos a fim de buscar elaborar essa agressividade, canalizando-a na luta, seja por uma morte digna ou um enterro digno, ou ainda como conquistar espaço de fala e escuta familiar que reconheça autonomia e responsabilidade nas situações em que eles se envolvem.

Valorizar os processos de rebeldia juntamente aos processos de responsabilização ética e coletiva me parece ser uma análise que leva em conta a dimensão sócio-política do sofrimento desses meninos, ou seja, os espaços de valorizar a rebeldia, ao mesmo tempo que oferece espaço de ancoragem para eles.

E quando revisito essas narrativas percebo exatamente este pedido: de reciprocidade, de presentificação, de lugar no laço social, de existência. Um pedido por grupo a que pertença. Nessas raivas, um pedido: resposta.

Vicentin (2011) afirma: “São exemplos que nos ajudam a perceber que as ‘emergências’ da expressividade juvenil configuram uma máquina letal ou uma rebelião a depender dos agenciamentos sociais com que se conectam. Individualismo, narcisismo, nihilismo, delinquência não são traços de personalidade (...)” (p. 106), mas efeitos de lugares no laço social, efeitos políticos. Ela continua: “(...) trata-se de encontrar outros ângulos analíticos que abram novos espaços de reflexão e que permitam pensar algumas relações entre processos políticos, sociais e subjetivos que atravessam vidas cotidianas de adolescentes em espaços sociais de trauma, estigma e perigo”. (p.108)

Penso que não posso dizer que o grupo é um antídoto para essas violências. Foram muitas as vezes, nesse processo, que assistimos repetições de ações, vimos os meninos responderem a situações exatamente do mesmo jeito que há poucas semanas avaliaram como não sendo saudáveis, vimos repetirem ações diferentemente daquilo que pareciam terem elaborado aos seus sentimentos, sensações e sofrimentos, mas que novamente a resposta era aquela outra do ódio, do ataque, do rompimento.

Ainda assim, especialmente nessas duas trajetórias pudemos acompanhar a importância do espaço do grupo para sobreviver e para pensar estratégias que não os fizessem por fim em suas vidas ou em outras, mesmo que muitas vezes eles pratiquem atitudes de autodestruição ou auto sabotagem. Ou seja, a pulsão de destruição direcionada contra eles ou contra outras pessoas de seu cotidiano. A trajetória desses meninos nos parece ter a ver com um lugar de pertencimento, que fica cada vez mais evidente no cuidado e em como organizam sua vida a partir deste espaço. O quanto valorizam e expressam de maneira clara a necessidade de ter momentos como esse: de vômitos, choros e de sorrisos de estar em um lugar seguro.

Segundo Vicentin (2011, p. 108): “Para que as insurgências e as rebeliões juvenis não se afirmem apenas como uma forma degradada de vingança diante da demanda urgente de justiça e, desse modo, mais geradora de ódio e de desconfiança, será necessário que ampliemos suas conexões, seus agenciamentos coletivos”. Isto é, ressignificar para “(...) um sofrimento-resistência em que se passa do lugar de vítima ao de testemunha.” (Vicentin, 2011, p.101), e de companheiro de luta: significado de Camará.

CONCLUIR OU DES-FECHAR

E aí, tio? Desculpa aí te mandar mensagem essa hora da madrugada, tá ligado? Ah... Eu sei lá, velho, eu não tô conseguindo dormir essa última semana aí, tá ligado? E eu não queria incomodar ninguém, também... eu acho que eu já dei peso demais pra todo mundo, tá ligado, que gosta de mim, mano. E eu odeio essa coisa de me colar no papel de vítima, porque eu não sou vítima de porra nenhuma, tá ligado? Mas às vezes não dá velho, as vezes tem que falar, mano. Eu guardo muita coisa pra mim, tá ligado? Demonstro pra todo mundo que eu tô bem o tempo inteiro. Parece que depois daquela merda lá, tio, eu tenho que demonstrar que eu tô bem todo dia e nenhum ser humano consegue tá bem todo dia, tá ligado? Sei lá, tio, você é um moleque cheio de responsa, você venceu na vida, tá ligado? E mais que vencer na vida você fez várias pessoas vencer na vida também, tá ligado? Tu fez uma parada muito importante. E eu ainda tô travado, moleque. Eu não me sinto realizado, tá ligado? Como ser humano, tá ligado mano? Como filho. Ainda não consigo me encaixar, tá ligado, nesse plano aqui, tio. Minha cobrança espiritual é muito louca dentro de mim, tá ligado? As vezes eu me sinto muito mal, mano. Eu sinto medo de ter feito escolhas erradas a ponto de não poder mudar mais, tá ligado? Mas, às vezes, eu fico pensando que essa porra tá na minha cabeça, tá ligado, mano? E tipo, é foda, irmão, é tipo uma doença essa porra, mano! Parece que essas porra de remédio não adianta merda nenhuma... mais de um ano, quase dois anos tomando essa porra. Sei lá, mano, só precisava falar alguma coisa pra alguém mesmo, mano. Ah... é isso, tio.

(Emicida, AmarElo, transcrição da narração anterior à música no clipe disponível em plataformas digitais. Minuto 00'08" até 2'49", 2019)

Quando ouvi pela primeira vez a narração que antecedia o clipe da música AmarElo do Emicida, eu me remeti imediatamente aos encontros grupais que fazemos com os adolescentes. De alguma forma, o desabafo daquele homem, em um áudio pelo celular dizia algo muito parecido daquilo que pudemos dividir com os meninos e meninas ao longo desse tempo. Muito do que ali era dito, eu e minha parceira ouvimos semanalmente naqueles encontros. E outras pelo celular, como nesse mesmo formato, em madrugadas ou fim de semana. Noutras vezes, por escrito em cartas que eles nos entregavam.

Próximo à finalização dessas escritas, um dos adolescentes nos leu uma carta que escreveu sobre si no grupo, ela começava da seguinte forma “*Meu nome é xx, tenho 15 anos. Estou morto por dentro*”. E no fim deste grupo intenso, ele me disse nas mesmas palavras da música “*sei lá, mano, só precisava falar alguma coisa pra alguém mesmo...*”.

Penso que, com a intenção de ser um grupo livre para associar suas falas e pensamentos, e ter como tarefa falar de si e de como sentiam o processo vivenciado em seus territórios, o grupo por vezes era levado a caminhos inesperados: desde cenas como

essa, doloridas e fortes, como por discussão política institucional do cenário brasileiro; ou por saídas a eventos ou reuniões que dialogavam com as temáticas que eram trazidas naquela roda em outros momentos; passou ainda por dinâmicas de trocas em duplas e trios, ou ainda pedidos de conversas singulares depois dos afetos dos encontros; por tarefas institucionais que serviam de pretexto para disparar reflexões e conversas a respeito de suas experiências; assim como por viagens de formação que duraram dias em que o grupo esteve reunido diariamente para não só produzir conversas, mas participar de eventos, comer junto, viver momentos de lazer, etc. Tudo isso era processo de intervenção psicanalítica clínico-política.

Todo esse dinamismo nos encontros do grupo se deu pela abertura e pela concepção de que o grupo não se faz somente em um agrupamento de pessoas com recorte e setting específico, mas sim a partir de uma tarefa clara que foi esta: falar de si e de sua vida nos seus territórios, das experiências que vivem, sejam em suas vidas particulares, sejam coletivamente nos eventos da instituição. E eles falaram. Vieram aos grupos. Pediram por mais encontros. E seguiram falando sobre si, das mais diferentes formas.

Entendo como relevante para a análise desse processo o rigor metodológico que tivemos para que esse espaço estivesse garantido a despeito de qualquer intercorrência. “Para nós, a tarefa é o elemento essencial do processo grupal” (Pichon-Rivière, 1970, p. 21). O autor explica e nos fundamenta: “A tarefa é a marcha do grupo em direção ao seu objetivo, é um fazer-se e um fazer dialético em direção a uma finalidade, é uma práxis e uma trajetória” (Pichon-Rivière, 1970, p.189), ou seja, ela é de fundamental importância para a constituição do grupo, que nasce a partir dela.

Uma tarefa clara, entretanto, não quer dizer uma tarefa que será vivida de maneira linear pelo grupo. Fabris (2014) afirma que, em geral, o cumprimento da tarefa tem avanços e retrocessos, em ziguezagues, com momentos caóticos, com caráter multidirecional, mas sempre crítico e dialético. E exatamente por esse aspecto, não são possíveis as certezas. “Se quisermos manter aberta a espiral dialética, essa incerteza inevitável deve ser respeitada. Pode-se ter a impressão de que o giro da espiral passará pelo mesmo lugar, mas ela sempre se desloca um pouco mais além do previsto” (Fabris, 2014, p. 112).

A tarefa clara que tínhamos não necessariamente dizia de uma simplicidade, mas do oposto dela, complexidade encarada como tal, e por isso com investimento:

“Cabe observar que os objetivos visados na tarefa são específicos, mas não especificáveis, pelo menos no começo de um processo. Há tarefas prescritivas e objetivos específicos endereçados aos sujeitos, em geral fixados pelo contexto organizacional ou pela instituição. Mas, à medida que se envolvem em suas tarefas, os sujeitos descobrem sentidos imprevisíveis e em parte imperceptíveis, já que estes só se revelam com a imersão na tarefa. Além do que pode ser prescrito, a tarefa é um processo singular, único e que não se repete” (Fabris, 2004, p 112).

Produzido por causa da tarefa, a definição e as potencialidades de grupo, trazidas pelo autor, permitem a afirmação de que, o próprio grupo, enquanto dispositivo, é político, porque coloca em análise sujeitos e suas relações. O autor orienta que a técnica do trabalho de grupo não deve ser centrada nos indivíduos nem na totalidade do grupo, mas “na relação que os membros do grupo mantêm com a tarefa” (p. 21), e é aí que a dimensão sociopolítica da experiência alia-se ao dispositivo, quando faz suas leituras e análises a partir do laço social, isto é, no sentido da relação dos sujeitos em seus contextos de violação de direitos.

Um grupo que vive a experiência de estar em tarefa se percebe transformando algo e se sente transformado, em ato, pela atividade na qual intervêm, e a fala do adolescente, que recupero logo no início desse item, ilustra exatamente a função operativa do grupo com a tarefa. Ele vivencia estar na tarefa quando vê que trabalha e se trabalha naquele encontro, forjando uma relação transformadora e criativa entre os sujeitos e a tarefa. Fabris (2014, p. 114) conclui: “Na tarefa, e pela tarefa, os sujeitos tomam em mãos um objeto problemático, fazem descobertas e se descobrem, enquanto operam sobre significações e ultrapassam obstáculos, o que lhes permite esquivar-se de confrontações estereotipadas e improdutivas.”.

O ponto de partida de uma experiência grupal é a potencialidade que ela carrega em si de circulação das experiências e falas e que, por isso, se torna sempre um espaço de cuidado, muitas vezes clínico, ao se propor a essa escuta. “Nossa experiência é que sempre há um lugar e que podemos nos colocar em uma boa posição de escuta. E o sujeito fala. Seja quem for e seja onde for” (Broide & Broide, 2016, p. 77).

Reconhecer o grupo enquanto instrumento clínico é construir uma coletividade que mobilize para ações concretas, ou seja, para posições ativas, de Sujeitos. Garantir espaço

da escuta e da palavra e fazer a diferença circular, ou seja, produzir um campo no qual o território e as subjetividades sejam lugar da circulação. Ou autores afirmam:

“A circulação da palavra que cria a tessitura do território. Falar da dor é diferente de drogar-se; falar do medo é diferente de matar ou agredir; falar da pobreza é diferente de roubar; falar da relação com a justiça ou o PCC é o que permite o pensamento transformador. A palavra, tal como agulha e linha, tece o encontro entre as pessoas e permite a construção de caminhos alternativos” (Broide & Broide, 2016, p. 77).

Produzir intervenções clínico-políticas, a partir da enunciação das diferenças num espaço de escuta e de fala, de recuperação e construção de uma história, de troca, no qual as violências são olhadas em suas dimensões políticas e postas em reelaboração. Estas reflexões são muito caras para mim e remetem as palavras de Rosa (2016) quando se refere à violência e a diferença.

“A violência destrói a diferença – é monótona e repetitiva. Já o processo de construção da história opera uma dialetização que, ao dar nome e lugares, constrói história, separa o passado do presente, permite localizar as feridas e elaborar as dores e pode inibir as repetições sintomáticas. Pôr em ato amor, ódio e destruição é escolha e responsabilidade do sujeito – mas o ultrapassa. Põe em jogo, de um lado, a trama pulsional do sujeito e também a trama política, ideológica ou cultural de uma dada comunidade que sustenta tal ato. Torna-se um fato social, de responsabilidade coletiva” (Rosa, 2016, p.63).

Entendo, a partir da experiência que vivi nos grupos operativos, é que eles se tornaram espaços de construção de histórias e que o próprio processo dessa pesquisa colocou em ato essa trama pulsional e política que a autora se refere. O grupo foi se tornando, a cada encontro, um dispositivo clínico e estruturalmente político porque se negava às capturas individualistas.

Cuidei, entretanto, para que apresentação dos sujeitos a partir das narrativas produzidas não perdesse a crueza e a expressão do traumático de viver com direitos violados que os adolescentes traziam - sejam elas as mais dedicadas e extensas, sejam os relatos mais crus e menos detalhados, muitas vezes retratados em pequenas frases.

O trabalho de Malvasi et al (2018) me ajudou a escrever essas linhas levando em consideração quais as políticas das narrativas que estavam sendo escritas. Bastante porque essa escrita me produzia inúmeras inquietações, principalmente no que se relacionava ao fato de não serem histórias que expusessem os adolescentes, que trouxessem minhas percepções e análises, mas também os escritos e jeitos deles de falar e escrever de si mesmos. Que essas narrativas que eu escreveria dissesse de uma linguagem de muitos de nós, que trouxessem nossas poesias, e também nossas implicações e sofrimentos, e não uma leitura distante.

Acredito que essas inquietações são próprias do diálogo entre pesquisa, militância e política e a tentativa que eu faço, por meio dessa dissertação, de fazer pontes entre esses campos.

“Tal perspectiva – vale salientar – nada tem a ver com uma suposta intenção de ‘dar voz’ aos nossos interlocutores. Tampouco se trata de retomar as reflexões acerca da ‘observação participante’, ou mesmo das relações assimétricas que atravessam os contatos entre pesquisadores e “nativos”. Dessas linhas, construídas a tantas mãos – onde cada um de nós se desdobra em vários – não emergem interlocutores, “nativos” e muito menos informantes, mas, sim, construtores em suas transversalidades, o que não implica em suprimir as desigualdades inerentes às posições ocupadas.” (Malvasi et al, 2018, p.79)

Cada momento que aqui tentei trazer, portanto, diz primeiro de uma metodologia criada junto com os adolescentes. Uma metodologia de trabalho clínico e terapêutico - porque assim foi relatado por eles - mas também uma metodologia de formação, crítica e política, porque também assim foi, e uma metodologia também de pesquisa, que pretende comunicar uma experiência de cuidado e formação interessada, com rigor e não com rigidez, em dialogar com as adolescências e a luta política.

Estou certo, ainda, de que apesar de ter desenvolvido um trabalho que faz esse diálogo, ele não é um trabalho que aqui pretende ser modelo. Recordo-me quando recebi a ligação de uma parecerista do Prêmio Carrano de Luta Antimanicominal e Direitos Humanos: ela dizia que havia tomado conhecimento do trabalho que desenvolvíamos em cuidado e formação com os adolescentes e que, ao ler as prévias dessa escrita, por meio do trabalho disponibilizado para os estudantes de pós-graduação do programa em um dos seminários de discussão (que acabou sendo compartilhado entre pares), ela entendia que

esta metodologia era merecedora do prêmio. Nesta ligação, conversamos muito sobre a importância de ser reconhecida e visibilizada uma metodologia, mas que eu entendia que essa metodologia não era mérito de um projeto de pesquisa, mas sim fruto de um trabalho coletivo que começava muito antes dela e que certamente teriam ecos muito para além desse pequeno recorte de pesquisa. E que, o trabalho, o Instituto Camará Calunga, aceitaria receber o prêmio por toda uma trajetória vinculada e precedente deste recorte, e que esta sim seria uma maneira que eu considerava ética de aceitar esse prêmio. E assim foi. Conto isso porque compreendo que esse processo também conta histórias e dificuldades várias de um trabalho de formigas, um trabalho cheio de inconclusões, de atravessamentos, de falhas e de sensações como “isso não está dando nada certo”.

Este trabalho tenta provocar um olhar, ou ainda dizer de uma concepção de adolescentes em que eles não são considerados como os algozes da sociedade, assim como recuperamos historicamente no começo desta dissertação. Mas sim defende que, ao escutá-los, é possível reconhecer que eles trazem em si o paradoxo que é próprio do humano, mas que também trazem algo que é um enigma: diante de tantos ataques e violências diárias, esses adolescentes são mesmo muito violentos, como berram a mídia e a sociedade classe média no geral? Ou será que não são pacíficos demais, aprisionados pelo pensamento de estão *mortos por dentro*? Penso que esta é uma contradição importante para avaliarmos que formação estamos fazendo e quais são estratégias de luta dos nossos tempos e contextos.

Eu tenho muita preocupação de que processos de pesquisa e de análises de trabalhos da sociedade civil sejam capturados pelos floreios e pelas visões um tanto otimistas que a produção acadêmica deste campo comumente acaba caindo. O trabalho que se encerra nessa dissertação de mestrado continuou e ainda continua e ao longo desses dois anos de pesquisa, muitas das escritas que fiz caducaram, perderam o sentido, porque ao nos apegarmos rigorosamente à tarefa, muitas flutuações tivemos. Em todo momento, não tive nem tenho o interesse de que essa escrita sirva para contar histórias de superação ou transformação, a partir de uma metodologia infalível, mas quero e desejo comunicar da importância e da absoluta relevância de um trabalho que se propõe a acompanhar as vidas e oferecer convivências que provoquem adolescentes a outras possibilidades de existência, com leitura crítica do mundo que vivem, e atuando na medida das possibilidades que têm.

Entendo ser importante salientar que minha defesa em compreendermos com a devida importância a dimensão sociopolítica do sofrimento e tecer estratégias de cuidado é *uma* força contra o *status quo* e contra condições de vida pouco imagináveis para os leitores desse escrito. E, que, essa força é muito pequena diante de todas as outras que são de violações, durezas, violências, individualidades, sobrevivências, méritos, assassinatos e outras referências completamente diferentes ética e politicamente da nossa do Instituto Camará Calunga. E que por isso me pareceu importante, muitas vezes, privar o leitor de detalhes, de conversas transcritas, ou ainda de mais exemplos a respeito das afirmações que fiz. Por que a mim interessou dizer que o diálogo sobre adolescências com a formação política diz de ampliarmos nossas leituras e reconhecemos a dimensão sociopolítica dos sofrimentos desses meninos e meninas em suas vidas nos territórios e que precisamos forjar dispositivos de cuidado para com eles. E não, pretensiosamente, querer solucionar, ou investigar e expor predatoriamente essas experiências.

Ao tentar concluir este trabalho, reconheço a enorme importância do passo que a Universidade está dando, e precisa fortalecer, em produzir pesquisa com a sociedade civil, conhecendo e escutando suas metodologias de trabalho. O Instituto Camará Calunga não é só referência no trabalho direto com crianças e adolescentes ou na articulação para produção de políticas públicas, mas também é um importante espaço de formação de trabalhadores e profissionais, do qual eu sou fruto, ao passo que os inserem nas realidades dos territórios marginalizados das cidades e provocam para que, a partir das afetações e dos incômodos que vivem nessas experiências, construam outras políticas e narrativas de pesquisa e conhecimento que sejam feitas conjuntamente, a partir das pessoas.

Durante o decorrer desta pesquisa, uma adolescente, com 15 anos, integrante do grupo co-gestor, uma das histórias que escrevo acima, Isabelle Cristina Bispo Menezes, foi morta por um tiro de bala perdida durante um baile de carnaval no território que vivia. Isabelle, que conheci na primeira semana de estágio, em 2014, com uma boneca na mão, cinco anos depois, sangrou no pescoço até o hospital, depois de ser socorrida pelos adolescentes amigos, também integrantes do co-gestor, e morreu por morte cerebral, dois dias depois do ocorrido. Eu estava lá na porta do Pronto Atendimento quando sua mãe recebeu a notícia da morte. Talvez um dos momentos mais difíceis que já tenha vivido. *Nós perdemos a nossa menina*, ela disse.

Isabelle foi mais uma menina negra morta pelo abandono de políticas públicas que vulnerabilizaram sua vida até que não houve outra saída senão a morte. Nós tentamos,

mas fomos uma força que não foi capaz de protegê-la para que ela vivesse. Talvez fosse um momento em que a equipe, ou os próprios adolescentes, desistissem ou se despotencializassem, porque o trabalho de cuidado e formação não impediu o pior dos cenários. Ela morreu.

Mas este trabalho coletivo fez do luto, luta, e homenageou Isabelle na Marcha das Mulheres da Baixada Santista, no dia seguinte ao seu enterro, com tambor, corpo, dança, lágrimas e cura, num processo de aquilombamento. A nós, não deixamos que a culpa predominasse, mas cuidamos de reconhecer que estamos lutando, juntos.

Faço, com esta dissertação, um manifesto pela escuta como meio e como fim, enquanto uma estratégia de luta contra a barbárie que vivemos no país neste momento. Desde os motivos que me levaram a escrita desse texto, até as linhas finais que aqui concluo, faço a defesa de um modo de concepção de adolescente que parta do reconhecimento de sua posição crítica e ativa. Este modo de enxergar os adolescentes é possível e está aí, se expressando de diversas maneiras, para que possamos observar.

Entendo que a escuta clínico-política é uma ferramenta importante para nos provocar e nos orientar no sentido de reconhecermos as melhores estratégias de luta política para este tempo. Nos últimos anos, perdemos consideravelmente os investimentos para a formação de base, e reconheço que o cuidado em saúde, sob esta perspectiva, pode ser um recomeço para nossa retomada no trabalho de formação de base.

Uso essa dissertação para assinalar que este trabalho de escuta clínico-política é uma estratégia de ativismo político e que, levada com rigor, pode ser uma ferramenta de transformação coletiva. E que a resposta não está em cada um, como costumam dizer os clichês, mas naquilo que produzimos em coletividade, em posições de abertura à escuta e à análise de nossos cotidianos. É o que produzimos ali, a partir dali, no grupo, que tem força para alterar os sistemas endurecidos vigentes.

Este é o ativismo político que defendo: escutar enquanto convivemos.

Pela Isabelle. Por todos estes adolescentes.

Para que amanhã não seja só um ontem com um novo nome.

(...)

O abutre ronda, ansioso pela queda (sem sorte).
Findo mágoa, mano, sou mais que essa merda (bem mais).
(...)

Estilo água, eu corro no meio das pedra
Na trama tudo, os drama turvo, eu sou um dramaturgo,
conclama a se afastar da lama enquanto inflama o mundo.
(...)

Ponho linhas no mundo, mas já quis pôr no pulso.
Sem o torro, nossa vida não vale a de um cachorro – triste!
(...)

Que o mesmo império canalha, que não te leva a sério
interfere pra te levar a lona – Revide!
(...)

Permita que eu fale “não” às minhas cicatrizes,
tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí.

Permita que eu fale “não” às minhas cicatrizes,
se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
é roubar o pouco de bom que vivi.

Por fim, permita que eu fale “não” às minhas cicatrizes,
achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes.
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir.

Tenho sangrado demais,
tenho chorado pra cachorro
(eu preciso cuidar de mim).
Ano passado eu morri.
Mas este ano eu não morro.

(Emicida, AmarElo, 2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Casa (1991). *A Rua como Espaço Clínico – Acompanhamento Terapêutico*. Escuta: São Paulo.

Abramo, H.W. (1994) *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. Ampocs Scritta: São Paulo.

Abramo, H.W. (1997) Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. n.5.n.6.

Agamben, G. (2005). *Infância e história: Destruição da experiência e origem da história*. Editora UFMG: Belo Horizonte.

Agamben, G. (2009) *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Argos: Chapecó.

Áleman, J. (2013). Sujeto, política: Común. In: *Conjecturas sobre uma izquierda lacaniana*. Grama Ediciones: Buenos Aires. p. 13-41.

Andrade C. B. & Coutinho L. G. (s/d). A escola é nossa: uma escuta dos movimentos das ocupações.

Barros, M. (2007) *Memórias inventadas: a infância*. Planeta: São Paulo.

Bessant, J. (1993/94). *Contesting models of youth policy*. Youth & Policy, n. 43.

Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. Educ.*, n. 19.

Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069*. Brasília, DF.

Brasil (2003). *Redução de Danos. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília, DF.

Broide, J. (2010) *Psicanálise nas Situações Sociais Críticas. Violência, Juventude e Periferia: em uma abordagem grupal*. Juruá Editora: São Paulo. 1 ed.

Broide, J. & Broide, E. E. (2016) *A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. Editora Escuta: São Paulo. 2 ed.

- Canclini, G. (2013) Antropología y estudios culturales: una agenda de fin de siglo. In: Valenzuela, J. *Los estudios culturales em México*. Fondo de Cultura Economica: México.
- Campos, G. W. S. (2015). Um método para análise e cogestão de coletivos. Editora Hucitec: São Paulo.
- Carvalho, J. E. C. (2007), Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, 17 (3), jul.-set.
- Castro, P. L. (2006). *El adolescente de la secundaria básica*. ICCP, La Habana, Cuba.
- Colectivo de autores. (org). *El adolescente cubano. Uma aproximación al estudio de su personalidad*. Ed. Pueblo y Educación. La Habana, Cuba.
- Coutinho, L. G. (2009). *Adolescência e errância: destinos do laço social contemporâneo*. Nau: Rio de Janeiro.
- Coutinho, L. G. Poli, M. C. (2019). Adolescência e o Ocupa Escola: retorno de uma questão?. *Educ. Real. [online]*, vol.44, n.3
- Coutinho, L. G. & Andrade, C. B. (2017). O que as ocupações nos ensinam sobre adolescência, o laço social e a educação? *Educação Temática Digital*, Campinas, São Paulo, n. 19.
- Eisenstadt, S.N. (1976). *De geração em geração*. Perspectiva: São Paulo.
- Emicida. *AmarElo*. (2019). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.
- Fabris, F. (2014). A noção de tarefa, pré-tarefa e trabalho na teoria de E. Pichon-Rivière. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, v. 17, n. spe. 1.
- Fefferman, M. *et al* (2018). Contextualizando as realidades dos adolescentes e jovens no Brasil. In: Vázquez, M., Ospina-Alvarado, M. C. & Domínguez, M. I. *Juventudes e Infancias en el Escenario Latinoamericano y Caribeño Actual*. Clacso: Buenos Aires.
- Foucault, M. (2005) *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Martins Fontes: São Paulo. 4ed.
- Freire, P. (1979). *Educação e Mudança*. Editora Paz: São Paulo.
- Freire, P. (1996) *Pedagogia da Autonomia*. Paz e Terra: São Paulo.

Freud, S. (1856-1939). *Freud (1930-1936). O Mal-estar na Civilização e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ed.

Freud, S. (1856-1939). *Freud (1916-1917). Conferências introdutórias à Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ed.

García, K. R. E. (2018). *Autodirección pioneril: una experienciade investigación/intervención con adolescentes de secundaria básica*. Unicef: Cuba.

García Baptista (org). (2002) *Adolescencia y desarrollo*. Ed. Pueblo y Educación. La Habana, Cuba.

Gorgatti, V. (2017). *Marcas da experiência no trabalho socioeducativo: Narrativas Camaradas da formação profissional*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo: São Paulo. *No prelo*.

Guareschi, P. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: Sawaia, B.(org.). *As artimanhas da exclusão*. Rio de Janeiro: Vozes.

Kehl, M. R. (2000). *Função Fraterna*. Relume Dumará: Rio de Janeiro.

Kehl, M. R. (2016). Prefácio. In: Rosa, M. D. (2016) *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Editora Escuta/Fapesp: São Paulo.

Kupfer, M. F. (1996) *Freud e a Educação*. Scipione: São Paulo.

Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Zahar: Rio de Janeiro.

Lancetti, A. (2006). *Clínica peripatética*. Ed. Hucitec: São Paulo.

Malvasi, P et al. (2018). Saberes da encruzilhada: militância, pesquisa e política no sistema socioeducativo. *Etnográfica*. n. 22, v. 1. fev. pp. 75-96.

Martin-Baró, I. (2017) *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Lacerda Jr, F. (Org). Vozes: Petrópolis, RJ.

Minayo, M. C. S. (1990) A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. n.3., v.6.

- Moreira, R. R. (2011) *Meninos do Cense: as relações de estigmatização, violência e disciplinarização de adolescentes em conflito com a lei internados*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Negri, T. (2011) *“Exílio”*. Iluminuras: São Paulo.
- Núñez, P., Chmiel, F., & Otero, E. (2017). Estilos de hacer política en la escuela secundaria: um estudio de la participación juvenil em dos escenas históricas (1982-1987 y 2010-2015). In: Vazqu ez, M., Vommaro, P. & Blanco, R. *Militancias Juveniles en la Argentina Democrática. Trayectorias, espacios y figuras de activismo*. Imago Mundi: Buenos Aires, Argentina.
- Passos, E., Kastrup V. & Escóssia, L. (orgs.) (2012). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-interven o e produ o de subjetividade*. Sulina: Porto Alegre.
- Pichon-Rivière, E. (1970). Historia de la técnica de los grupos operativos. *Revista Temas de Psicología Social*, n.6.
- Pichon-Rivière, E. (2005) *O processo grupal*. Martins Fontes: São Paulo.
- Radiszcz, E., Cabrera, P., Jiménez, A. (2017) *Los sue os del malestar adolescente em Chile*. Disponible em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT26/GT26_Radiszcz_Cabrera.pdf .  ltimo acceso em 16 de março de 2019.
- Ribeiro, D. (2017). *O que   lugar de fala?* Letramento/Justificando: Belo Horizonte
- Richard, F (2011). *L’actuel malaise dans l’aculture*. Paris: Editions de l’Olivier.
- Rocha, M. L. & Aguiar, K. F. (2003) Pesquisa-interven o e a produ o de novas análises. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 23, n. 4, p. 64-73.
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das “vidas secas”. *Textura: Revista de Psicanálise*.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fen menos sociais e políticos: metodologia e fundamenta o teórica. *Revista mal-estar e subjetividade*. Fortaleza. v. 4, n. 2, p. 329 – 348.
- Rosa, M. D. (2009) *Histórias que não se contam: o não dito na clínica com crianças e adolescentes*. Casa do Psicólogo: São Paulo. 2 ed. v.1.

Rosa, M. D. (2016) *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Editora Escuta/Fapesp: São Paulo.

Rosa, M. D. & Vicentin, M. C. G. (2010). Os Intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*. v. 10. n 19. pp. 107-124.

Rosa, M. D., Vicentin, M. C. G. & Catroli, V. S. C. (2009). Viver em tempos sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v.15, n.1, pp. 51-68.

Saraiva, J.B.C. (2005) *Adolescentes em conflito com a lei. Da indiferença à proteção integral. Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Livraria do Advogado: Porto Alegre.

Sawaia, B. (1999). Introdução: exclusão ou inclusão perversa In: Sawaia, B.(org.). *As artimanhas da exclusão*. Rio de Janeiro: Vozes.

Sposito, M. (1996). Juventude: crise, identidade e escola. In: Dayrell, J. *Múltiplos olhar sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG. p. 96-104.

Vazqu ez, M. (2013). En torno a la construcción de la juventude como causa pública durante el kirchnerismo: principios de adhesión, participación y reconocimiento. *Revista Argentina de Estudios de Juventud*. v.1. n. 7

Vazqu es, M. (2015). *Juventudes, políticas públicas y participación. Un estudio de las producciones socioestatales de juventude en la Argentina reciente*. Grupo Editor Universitario: Buenos Aires.

Vazqu ez, M. Rivarola, D.R. & Cozachcow, A. (2017) Fotografías de las juventudes juveniles em Argentina. Um análise de los compromisos políticos juveniles em el Movimiento Evita, el Partido Socialista y el PRO entre 2013 y 2015. In: V zqu ez, M., Vommaro, P. & Blanco, R. *Militancias Juveniles en la Argentina Democrática. Trayectorias, espacios y figuras de activismo*. Imago Mundi: Buenos Aires, Argentina.

Viana, C.V.A., Imbrizi, J. M. & Jurdi, A. P. S. (2017). *Narrativas sobre o brincar: aproxima o da experiência infantil*. *Psicologia & Sociedade*, n. 29.

Viana, C.V.A. (2018) *Assembleias comunitárias de crianças e adolescentes em territórios vulneráveis: um dispositivo de forma o e mobiliza o comunitária*.

Memórias da III Bienal Latinoamericana y Caribeña de Infancias y Juventudes: memórias, desafios a la democracia y re-existência. Clacso: Colombia.

Vicentin, M. C. G. (2004). Violência-Resistência: o que as rebeliões dos adolescentes em conflito com a lei nos ensinam. *Impulso*. Piracicaba, 15(37), pp 35-48. Disponível em <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/cristina%20vicentin.pdf>.

Vicentin, M. C. G. (2006). Da formação-verdade à formação-pensamento: o que a clínica do AT nos ensina sobre formação. In: Santos, R. G., (org). *Textos, texturas e tessituras no acompanhamento terapêutico*. Instituto A Casa/Hucitec: São Paulo.

Vicentin, M. C. G. (2011). Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: Adolescentes em conflito com a lei. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 23, n. 1

Vommaro, P. (2015) *Juventudes y políticas en la Argentina y América Latina. Tendencias, conflictos y desafíos*. Grupo Editor Universitario: Buenos Aires.

Zibechi, R. (2017). *Movimientos Sociales en América Latina: El “mundo otro” en movimiento*. Ediciones Desde Abajo: Colombia.